U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O LUGAR À MARGEM DA CIDADE

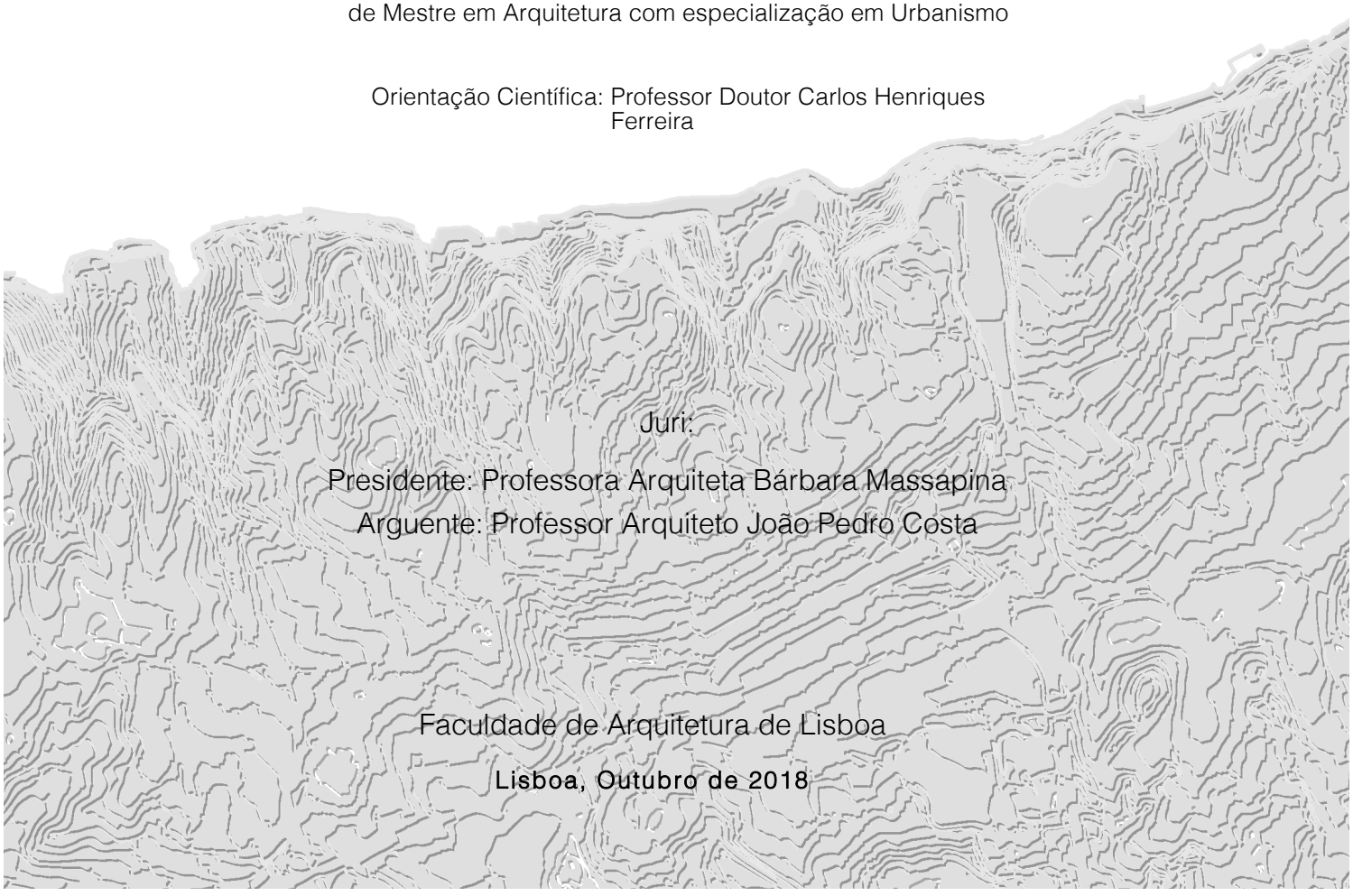
Regeneração Urbana da Frente Ribeirinha de Almada

Sara Leal Gonçalves da Silva

(Licenciada)

Proposta de Projeto Final de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura com especialização em Urbanismo

Orientação Científica: Professor Doutor Carlos Henriques Ferreira



Juri:

Presidente: Professora Arquiteta Bárbara Massapina

Arguente: Professor Arquiteto João Pedro Costa

Faculdade de Arquitetura de Lisboa

Lisboa, Outubro de 2018

RESUMO

A frente ribeirinha de Almada perspetiva-se como um território singular no contexto metropolitano. A relação deste lugar com o rio Tejo sofreu várias fases de aproximação e afastamento ao longo do tempo devido à ocupação e posterior abandono desta frente por atividades sobretudo ligadas à indústria, moldando os seus limites aos vários paradigmas e vontades de refazer cidade. Atualmente surge a necessidade de reativar esta relação perdida, através de uma descoberta sobre a identidade e o sentido deste lugar, revertendo a rotura entre a cidade e a sua margem, cedendo a este espaço novos conteúdos capazes de perdurar no tempo.

Integrando a estruturação do projeto, fará parte uma reflexão sobre as pré-existências neste território, bem como uma análise sobre limites, vazios, e outros elementos urbanos que se constituem como oportunidades num processo de requalificação e criação de novas centralidades.

Este espaço constitui uma oportunidade para refletir sobre questões ligadas à reabilitação do Património Industrial, à manutenção da sua memória e em que medida estes podem ser reintegrados nas cidades.

Com vista à salvaguarda de memórias e práticas associadas a este lugar, pretende-se que a água seja o elemento catalisador do espaço público, reativando a estreita relação deste lugar com a margem.

Assim, espera-se que a solução de projeto encontrada permita a compatibilização dos vários tempos contidos no lugar com uma nova existência formal e funcional.

Palavras Chave:
Frentes de Água | Reabilitação | Memória | Património | Limites

ABSTRACT

The river front of Almada is envisioned as an unique territory in the metropolitan context. The relationship between this place and Tejo river has undergone several stages of approach and distancing over time due to the occupation and subsequent abandonment of this waterfront by activities mostly related to industry, shaping its limits to the various paradigms and wills to redo the city. Nowadays there is the need to reignite this lost relationship through the discovery of the identity and meaning of this place, reversing the rupture between the city and the river margin, yielding this space new content that is able to last.

Integrating the structuring of the project, a reflexion will be included on pre-existing buildings in this territory, as well as an analysis of limits, voids, and other urban elements that represent opportunities in a process of requalification and creation of new centralities.

This place sets an opportunity for reflection on questions regarding the rehabilitation of the Industrial Heritage, the maintenance of its memory and the possibility of their reintegration in the cities.

In order to preserve memories and practices associated with this place, it is intended that water will be the catalyzing element of the public space, reactivating the close relationship of this site with the river margin.

Thus, it is expected that the designed solution allows the compatibilizaty of the various times contained in the place with a new formal and functional existence.

Key words:
Waterfronts | Rehabilitation | Memory | Heritage | Limits

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, o Professor Carlos Ferreira pela disponibilidade e confiança que depositou neste processo e por todas as conversas que se demonstraram essenciais à concretização deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas de curso, por todos os momentos de trabalho e descontração, pelo companheirismo e amizade que sempre demonstraram.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional ao longo de todo o meu percurso académico, e pela força que sempre me deram neste caminho que chegou agora ao fim.

INDICE

I INTRODUÇÃO 1

1.1 Enquadramento e Objetivos 2
1.2 Metodologia 3
1.3 Estrutura 4

II A FORMA DA ÁGUA – Limites, Práticas e a Memória Construída 7

2.1 A Água como Limite 8
2.2 A Água como Fenómeno Social 13
2.3 O Papel da Memória na Compreensão do Lugar 16
2.4 Património Industrial como Espaço de Oportunidade 20
2.5 Casos de Estudo 26
2.5.1 Matadero | Madrid-Rio 26
2.5.2 Piscinas de Leça 28
2.5.3 Termas de Vals 30

III O LUGAR À MARGEM DA CIDADE 35

3.1 O TERRITÓRIO – A Cidade de Almada 36
3.1.1 Formas de Ocupação e Crescimento Urbano 36
3.1.2 A Relação Cidade-Porto 40
3.1.3 Processos e Instrumentos de Planeamento 44

3.2 O LUGAR – Ginjal 54
3.2.1 A Chegada da Indústria 54
3.2.1 Habitar o Cais 56
3.2.3 O Auge e o Declínio 59

IV A PROPOSTA 63
4.1 Um Olhar sobre o Cais 64
4.2 Estratégia Urbana | O que se mantém, o que se anula 73
4.3 Programa e Conteúdos 79

V CONSIDERAÇÕES FINAIS 89

VI BIBLIOGRAFIA 91

VII ANEXOS 95

INDICE DE FIGURAS

001. Autor: desconhecido. Disponível em: https://pinterest.com

002. Autor: desconhecido. Disponível em: https://pinterest.com

003. M.C. Escher | Litografia de Ravello na Costa Almafitana, Itália, 1931. Disponível em: https://www.mcescher.com (p.8)

004. Obras da construção do Porto de Lisboa, s/ data. Fotografia cedida pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Disponível em: https://theportandthecity.wordpress.com (p.11)

005. Obras da construção do Porto de Lisboa, s/ data. Fotografia cedida pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Disponível em: https://theportandthecity.wordpress.com (p.11)

006. Porto de Lisboa nas Primeiras décadas do séc. XX. Fotografia cedida pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Disponível em: https://theportandthecity.wordpress.com (p.11)

007. Ritual de Banhos Femininos, 1909.Título original: "*A Favourite Custom"* 1909. Autor: Sir Lawrence Alma-Tadema. Disponível em: https://www.tate.org.uk (p.14)

008. A Persistência da Memória, Salvador Dali – 1931. Título original: *The Persitence of Memory*. Disponível em: https://www.dalipaintings.com (p.18)

009. A Desintegração da Persistência da Memória, Salvador Dali – 1954. Título original: *The Disintegration of the Persistence of Memory.* Disponível em: https://www.dalipaintings.com (p.18)

010. Arredores de Bruxelas – Bélgica, 2016. Fonte: BORGES, Henrique – URBEX – Incursão, 1ª Edição, Lisboa, 2018. (p.20)

011. Açores – Ponta Delgada, 2017. Fonte: **BORGES**, Henrique – URBEX – Incursão, 1ª Edição, Lisboa, 2018. (p.22)

012. Arredores de Liége – Bélgica, 2016. Fonte: **BORGES**, Henrique – URBEX – Incursão, 1ª Edição, Lisboa, 2018. (p.22)

013. Charleroi – Bélgica, 2017. Fonte: **BORGES**, Henrique – URBEX – Incursão, 1ª Edição, Lisboa, 2018. (p.22)

014. Matadero de Madrid – Vista interior de uma das naves. Autor desconhecido. Disponível em: https://www.pinterest.pt (p.26)

015. Matadero de Madrid - Nave de Música. Autor desconhecido. Disponível em: http://www.mataderomadrid.org (p.26)

016. Matadero de Madrid – Vista exterior de uma das naves. Autor desconhecido. Disponível em: https://archiscapes.wordpress.com (p.26)

017. Piscinas de Leça – Vista da piscina exterior. Autor: Fernando Guerra. Disponível em: http://www.archdaily.com.br/ (p.28)

018. Piscinas de Leça – Vista da saída dos balneários Autor: Fernando Guerra. Disponível em: http://www.archdaily.com.br/ (p.28)

019. Piscinas de Leça – Vista da entrada. Autor: Fernando Guerra. Disponível em http://ultimasreportagens.com/ (p.28)

020. Termas de Vals, vista da piscina. Disponível em: https://divisare.com/ (p.30)

021. Termas de Vals, vista interior. Disponível em: https://divisare.com/ (p.30)

022. Termas de Vals; Esquiço sobre a geometria dos espaços. Fonte: **HAUSER, Sigrid; ZUMTHOR**, Peter – Therme Vals, Scheidegger & Spiess, 2011 (p.63) | (p.31).

023. Termas de Vals; Esquiço sobre a circulação. Fonte: **HAUSER, Sigrid; ZUMTHOR**, Peter – Therme Vals, Scheidegger & Spiess, 2011 (p.78) | (p.32).

024. Autor: desconhecido. Disponível em: https://pinterest.com

025. Gravura sobre a viagem de Cosme de Médicis a Portugal, 1668/9. Disponível em: https://almada-virtual-museum.blogspot.com (p.36)

026. Entrada na Barra do Porto de Lisboa, c.1700. Disponível em: https://almada-virtual-museum.blogspot.com (p.36)

027. Torre de S. Sebastião da Caparica, 1794. Disponível em: https://almada-virtual-museum.blogspot.com (p.36)

028. Cova da Piedade, década de 1900. Disponível em: https://almada-virtual-museum.blogspot.com (p.38)

029. Panorâmica parcial de Almada com o Rio Tejo ao fundo, s/data. Disponível em: https://almada-virtual-museum.blogspot.com (p.38)

030. Trafaria, década de 1900. Disponível em: https://almada-virtual-museum.blogspot.com (p.38)

031. Vista sobre o Arsenal do Alfeite, década de 1930. Disponível em: https://almada-virtual-museum.blogspot.com (p.41)

032. 6 de Agosto de 1966, Sacerdote na inauguração da Ponte 25 de Abril. Autor: desconhecido. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/350647520969766400/ (p.41)

033. Planta de conjunto do Plano de Urbanização da Costa da Caparica, 1946. Disponível em: https://almada-virtual-museum.blogspot.com (p.45)

034. Plano de Urbanização da Costa da Caparica - Planta de Utilização do Solo, 1946. Disponível em: https://almada-virtual-museum.blogspot.com (p.45)

035. Plano de Urbanização do Concelho de Almada; Esquema de grandes artérias, 1946. Disponível em: https://almada-virtual-museum.blogspot.com (p.45)

036. Fotografias aéreas militares da via rápida da Caparica, Setembro de 1988. Imagens Cedidas pelo Centro de Cartografia da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. (p.48)

037. Ortofotomapa de Lisboa e Almada com a área de intervenção destacada. Fonte: Autora. (p.50)

038. Fotografia tirada a partir do Elevador da Boca de Vento; Vista sobre as praias. Fonte: Autora. (p.51)

039. Fotografia tirada a partir do Elevador da Boca de Vento; Vista sobre o Museu Naval e antiga CPP. Fonte: Autora. (p.52)

040. Armazéns no Ginjal, s/ data. Autor desconhecido. Fotografia cedida pelo Arquivo Municipal de Almada. (p.54)

041. Vista sobre os Armazéns La Paloma no Ginjal, década de 1940. Autor: Amadeu Ferrari. Fotografia cedida pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Disponível em: https://almada-virtual-museum.blogspot.com (p.54)

042. Vista sobre o Olho de Boi, década de 1940. Autor: Amadeu Ferrari. Fotografia cedida pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Disponível em: https://almada-virtual-museum.blogspot.com (p.54)

043. Homens e mulheres carregando o vinho Ginjal, s/ data. Autor desconhecido. Fotografia cedida pelo Arquivo Municipal de Almada. (p.56)

044. Praia dos Banhos na Trafaria, década de 1900. Disponível em: https://almada-virtual-museum.blogspot.com (p.56)

045. Mansão senhorial do século XIX na Quinta da Arealva; estado actual. Fonte: Autora. (p.59)

046. Conjunto edificado da Quinta da Arealva; estado actual. Fonte: Autora. (p.59)

047. Autor: desconhecido. Disponível em: https://pinterest.com

048. Barco na doca em frente à antiga CPP. Fonte: Autora. (p.64)

049. Pescadores no Cais. Fonte: Autora. (p.64)

050. Bancos de areia e pontões. Fonte: Autora. (p.65)

051. Bancos de areia e pontões. Fonte: Autora. (p.65)

052. Ponte 25 de Abril. Fonte: Autora. (p.66)

053. Edifício em ruínas na Quinta da Arealva. Fonte: Autora. (p.66)

054. Fotografia tirada a partir da doca em frente à antiga CPP. Fonte: Autora. (p.67)

055. Fotografia tirada a partir da Quinta da Arealva; barco atracado na Refinaria Tagol. Fonte: Autora. (p.68)

056. Fotografia tirada em frente à antiga CPP. Fonte: Autora. (p.69)

057. Vista sobre o Cristo Rei; Fotografia tirada em frente à antiga CPP. Fonte: Autora. (p.70)

058. Fotografias da vegetação. Fonte: Autora. (p.71)

059. Fotografias da vegetação. Fonte: Autora. (p.71)

060. Planta de Localização. Fonte: Autora. (p.78)

061. Planta de volumes existentes e propostos. Fonte: Autora. (p.79)

062. Núcleo de restauração. Fonte: Autora. (p.79)

063. Edifício do hotel. Fonte: Autora. (p.79)

064. Edifício das termas. Fonte: Autora. (p.79)

065. Modelo tridimensional dos módulos de restauração. Fonte: Autora. (p.80)

066. Planta do módulo de restauração. Esc. 1:400. Fonte: Autora. (p.80)

067. Diagrama da fachada. Fonte: Autora. (p.80)

068. Diagrama do piso térreo. Fonte: Autora. (p.80)

069. Planta do Piso 1 – Hotel. (p.81)

070. Diagrama dos pisos 1 e 2. Fonte: Autora. (p.81)

071. De cima para baixo: quarto duplo, triplo e individual. Fonte: Autora. (p.81)

072. Perspetiva do conjunto. Fonte: Autora. (p.81)

073. Planta do piso térreo – Termas. Esc. 1:400. Fonte: Autora. (p.82)

074. Diagrama das entradas de luz zenital. Fonte: Autora. (p.83)

075. 9:00 horas. Fonte: Autora. (p.83)

076. 12:00 horas. Fonte: Autora. (p.83)

077. 16:00 horas. Fonte: Autora. (p.83)

078. Diagrama das zonas de circulação. Fonte: Autora. (p.83)

079. Estudo elaborado a partir de esquissos sobre a posição do tanque principal em relação ao rio. Fonte: Autora. (p.84)

080. Caldário. Fonte: Autora. (p.85)

081. Corte perspetivado do caldário, tepidário e frigidário. Fonte: Autora. (p.85)

082. Vista da sala de repouso junto a piscina exterior. Fonte: Autora. (p.86)

083. Vista da zona junto aos duches de jacto. Fonte: Autora. (p.86)

084. Autor: desconhecido. Disponível em: https://pinterest.com



I INTRODUÇAO

1.1 Enquadramento e Objetivos

As frentes de água como lugares de permanência, pela sua singularidade, devido a ações defensivas, atividades setor primário e secundário, à fixação de indústrias e por motivos comerciais, impulsionaram o desenvolvimento das cidades portuárias, moldando a sua identidade ao longo do tempo.
Contudo, consequência do progresso e posterior obsolescência industrial, lugares que outrora eram fulcrais à cidade, perdem-se no tempo, quase que esquecidos, e são hoje apenas uma memória de tempos passados, onde existia uma forte relação entre a cidade e o porto.

A proposta elaborada terá lugar na frente ribeirinha de Almada, fortemente marcada pela presença industrial, mais concretamente, na zona compreendida entre o Olho de Boi e a Quinta da Arealva, com o propósito de redesenhar e repensar as relações que a frente deste território tem com o rio Tejo.
A localização privilegiada da cidade, e em particular da área de intervenção, junto ao estuário do Tejo foi o motivo que impulsionou a forte ocupação industrial que se inicia no século XIX e continua até perto da década de 60, onde começa o seu declínio.
O encerramento ou deslocalização das maiores fábricas por incapacidade ou vontade de adequar a oferta de produção à procura do mercado, deixam um rasto de lugares que hoje são obsoletos e desprovidos de função.

Atualmente, surge a necessidade de reverter a rotura da relação entre a cidade e a margem, repensando e reabilitanto os limites impostos pela indústria, ponderando a reabilitação e o valor do património industrial.
Através das estruturas de cariz industrial que hoje se encontram desarticuladas do tecido urbano, constituem-se oportunidades de reabilitação e reintregraçao destes lugares na cidade e na vida quotidiana dos seus habitantes.
Pretende-se evidenciar e fundamentar os motivos que tornam pertinente a intervenção neste lugar, através de uma base teórica, e pela prática de projeto desenhar uma possível solução que revitalize esta frente ribeirinha.
Através da disciplina de projeto pretende-se ainda que este trabalho compatibilize uma nova realidade funcional com a memória e identidade do lugar, concedendo a estes espaços obsoletos novos conteúdos e funções capazes de perdurar no tempo e servir de novo a cidade.

1.2 Metodologia

O processo de trabalho centrou-se, primeiramente, numa pesquisa bibliográfica extensiva que permitisse o domínio dos temas de base do objecto em estudo e conduzisse ao desenho de solução de projeto fundamentada.
Considerou-se que apenas através de um estudo intensivo do território e do lugar, a nível geográfico, histórico e social, explorando as questões identitárias e as diferentes perspetivas da sua existência, se conseguiria chegar a uma solução que compatibilizasse a memória e as diferentes valências deste espaço com a realidade atual deste lugar.
Esta leitura sobre o território formalizou-se através de uma pesquisa cartográfica, iconográfica e bibliográfica em paralelo com visitas ao sítio e levantamentos fotográficos, que espelham o estado atual do lugar e procuram evidenciar o seu potencial.
Analisaram-se alguns planos elaborados para a área de intervenção e as soluções que estes desenham, algumas delas já materializadas, para que o trabalho desenvolvido não entre em rotura com as dinâmicas atuais.

O exercício de projeto caminhou sempre a par da investigação teórica para que as decisões, tanto em relação à forma como ao programa, à escala macro e à escala de detalhe, estivessem devidamente justificadas.
No desenvolver do trabalho analisaram-se três casos de estudo que pretendem ilustrar e fundamentar algumas decisões projetuais e, apresentando problemáticas semelhantes, ajudaram na concretização da solução de projeto.
Efetuou-se um levantamento do existente que permitiu a compatibilização entre as estruturas existentes e os novos volumes propostos, processo este apoiado também, pela elaboração de modelos tridimensionais que ajudaram no desenho da relação entre o conjunto.

Por último, foi feita uma reflexão crítica sobre o processo de trabalho que levou a uma solução final de projeto que se entende ser capaz de responder às problemáticas existentes.

1.3 Estrutura

O presente trabalho desenvolve-se ao longo de seis capítulos, onde se pretende que a área em estudo seja abordada em difrentes escalas que vão desde uma leitura macro, à escala do território, até aos componentes de detalhe de uma solução de projeto.

O primeiro capítulo é introdutório, descrevendo o tema do presente trabalho, bem como algumas questões de reflexão e objetivos que se pretendem atingir, atavés do desenvolvimento deste trabalho.

O segundo capítulo, A FORMA DA ÁGUA - Limites, Práticas e a Memória Construída, procura entender e explorar os conceitos que servem de base teórica ao projeto. Apresentam-se também casos de estudo que tenham problemáticas semelhantes ao presente trabalho, quer em termos de programa, quer pela sua localização ou relação com a água.

O terceiro capítulo, O LUGAR À MARGEM DA CIDADE, subdivide-se em dois subcapítulos, procurando sobretudo apresentar uma contextualização histórica que permita uma compreensão integral da área em estudo.
O seu primeiro subcapítulo, O Território – A Cidade de Almada, numa primeira fase, incide sobre questões identitárias e de fundação da cidade de Almada, desde a formação da urbe até à ocupação da faixa ribeirinha junto ao Tejo. Seguidamente, explora-se a relação entre a cidade e o seu porto, e os impactos que a fixação de indústrias tiveram neste território, tanto a nível social, como a nível económico. Por último, são analisados os processos e instrumentos de planeamento elaborados ao longo de várias décadas, a pertinência das soluções que apresentam e a extensão da sua implementação.
O segundo subcapítulo, O Lugar – Ginjal, incide de uma forma mais concreta sobre a área de intervenção junto ao Tejo. Numa primeira instância pretende-se relatar o que foi a primeira fase da industrialização da frente ribeirinha de Almada.
De seguida, procura-se entender o quotidiano e as condições de vida de quem habitava o cais, através de testemunhos e descrições deste lugar que permitem um melhor entendimento do ambiente vivido durante o seu período áureo.
Por fim, analisam-se os fatores que fizeram deste lugar o motor económico do Concelho de Almada e o seu posterior declínio e consequente abandono do Cais.
O quarto capítulo, A PROPOSTA, divide-se em três subcapítulos, incluindo uma viagem fotográfica pelo local de

intervenção e abordando questões projetuais justificando-as e confrontando-as com as problemáticas que surgiram no decorrer do trabalho.

No quinto capítulo apresentam-se as CONSIDERAÇÕES FINAIS e, por último, os ANEXOS, onde se materializam as várias fases de análise e procura de soluções no decorrer do trabalho, bem como algumas peças técnicas produzidas até à data de entrega deste documento.



II A FORMA DA ÀGUA - Limites, Práticas e a Memória Construída

2.1 A Água como Limite

"(...) *os limites são os elementos lineares não considerados como ruas: são normalmente, mas nem sempre, as fronteiras entre duas áreas de espécies diferentes.*" [1]

A água é elemento iniciático e identitário a partir do qual se constituem uma grande parte das cidades. Deste modo, torna-se difícil compreender a evolução de uma cidade sem atentarmos na sua relação com a frente de água. (**Busquets**, 2008)
As cidades que se implantam junto à margem relacionam-se de forma singular com a água, existindo uma continuidade física e visual entre estes dois planos distintos; a cidade, o sólido, e a água, o líquido.
O seu papel, como elemento estruturante e polarizador na cidade, prende-se não só com a sua valência de enquadramento paisagístico, mas também pelos espaços de lazer e repouso que esta proporciona. É um espaço de contraposição na cidade, sendo vulgarmente percecionado como um grande vazio antagónico ao cheio urbano. [2]

Contudo, em determinados momentos ao longo da história, foram várias as cidades que dela se afastaram. Enquanto as cidades, numa fase inicial mantinham uma estreita relação e interdependência funcional com a sua zona portuária, os modelos de cidade industrial romperam com esta relação. Este processo é replicado em várias cidades, quando a frente de água começa a ser palco de uma marcante infraestruturação, cada vez mais complexa, constituindo-se como um "*bloco de território autónomo*", à margem das vivências urbanas que encontram outros eixos de desenvolvimento. [3]
Frequentemente as barreiras físicas começam muito antes da frente de água e são essas que impedem o usufruto da mesma, criando limites que transcendem a própria água.
As cidades foram conquistando sucessivamente as suas frentes, ocupando-as e limitando-as, por ações defensivas da linha de costa, logísticas portuárias e entrepostos, infraestruturas ferroviárias ou rodoviárias e nós de ligação. (**Portas**,1998)

[1] LYNCH, Kevin – *A Imagem da Cidade*, Edições 70, Lisboa, 1960/1989 (p.66).

[2] [3] OCHOA, Rita – *Espaço Público e Frente de Água [repensar o limite]*. Disponível em: https://ubi.academia.edu/RitaOchoa, (p.5-12) (Data de Consulta: 5-9-2018).



003. M.C. Escher | Litografia de Ravello na Costa Almafitana, Itália, 1931.

O acesso à frente de água era cada vez mais limitado pela infraestruturação, constituindo-se espaços, tanto vitais a nível económico, como reservados ao comum cidadão, gerando-se nas frentes de água "*tensões*" aparentemente inconciliáveis entre espaço público e infraestruturas de caráter industrial. (Ochoa, s/d). As cidades implantadas numa frente de água eram fortemente marcadas pelo ambiente industrial, sobretudo os *bairros ribeirinhos* que foram sempre crescendo e reinventando as relações quotidianas com o plano de água.[4]
Assim, a relação entre a cidade e a sua frente não constitui um elemento estático, antes variável ao longo do tempo.

Com a posterior desindustrialização destes espaços, devido aos avanços tecnológicos e ao surgimento de novos meios de transporte,[5] ficam para trás extensas áreas obsoletas e fortemente infraestruturadas, que hoje, através da sua reintegração, constituem oportunidades de valorização urbana, por meio da revitalização e reconversão destes tecidos.

Considerando o espaço público como elemento estruturante na cidade, revertendo a sua definição mais usual de "*vazio urbano*" e antes considerando-o como "*cheio urbano*" e, assumindo que o plano de água também pode ser considerado espaço público, sendo percorrível fisicamente ou navegável, este pode constituir-se como um prolongamento da cidade, subvertendo a ideia comum de que a cidade termina onde começa a água.
Este elemento é vulgarmente considerado como uma barreira natural ou um "*fim urbano*", quando na verdade se pode constituir como um elemento aglutinador.[6]
Num processo de regeneração, o plano de água dever ser considerado quase como um prolongamento da cidade, firmando ainda mais esta estreita relação. [7]

[4] PORTAS, Nuno - *Água: Cidades e Frentes de Água*. 12ª ed. Porto : FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade Porto, 1998, (p.4).

[5] MEYER, Han - *City and Port: Urban Planning as a Cultural Venture in London, Barcelona, NewYork and Rotterdam: Changing Relations Between Public Urban Space and Largescale Infrastructure*, Utrecht : International Books, 1999, (p.13).

[6] OCHOA, Rita – *Espaço Público e Frente de Água [repensar o limite]*. Disponível em: http://ubi.academia.edu/RitaOchoa, (p.1-4) (Data de Consulta: 5-9-2018).

[7] OCHOA, Rita; QUINAS, David - *Cidade, Espaço Público e Frente de Rio*. Projeto de Regeneração em Ribeira de Santarém, 2015, (p.2).

"*Mais do que qualquer outro território, a frente de água testemunha com acutilância as relações voláteis entre a cidade, a tecnologia e a sociedade.*" [8]

As frentes de água são lugares em que a única constante desde a revolução industrial é a mudança; são espaços que denotam de uma forma transversal a *transição* e o *sentido coletivo*, e para os quais as novas problemáticas que lhe estão inerentes são apenas mais uma fase do seu desenvolvimento.[9]

A integração urbana destes espaços na cidade é uma questão complexa, na medida em que requer a compatibilização de exigências quase sempre antagónicas. [10]
Um dos exemplos que reflete esta realidade é a disparidade de densidade, entre o tecido urbano consolidado (cheio) e a construção à escala da margem de pequenos bairros ribeirinhos, em oposição à infraestruturação em larga escala, que dá origem aos grandes vazios construídos.
As áreas industriais ribeirinhas desafetas de função e desarticuladas do tecido urbano, assumem um papel estratégico como parte integrante da imagem urbana das cidades de hoje,[11] constituindo-se como novos polos de atração que contêm funções diversificadas que anteriormente se encontravam separadas da própria cidade.
Estas áreas requerem um planeamento que seja capaz de prever alterações, tanto a nível climático como nas formas de planeamento e métodos de pensar cidade de forma a assegurar a sua eficaz integração urbana.
Considerando a relação entre Lisboa e Almada, cidades que coroam a margem Norte e Sul do Tejo, o plano de água aqui não deve ser considerado uma barreira, antes uma costura que une as duas margens.
Através da requalificação destes lugares que representam verdadeiros espaços de oportunidade no retrocesso da rotura entre as cidades e a sua frente litoral, pretende-se criar espaços plurais capazes de atrair novos investimentos e criar novas dinâmicas.

[8] [9] COSTA, João Pedro – *Urbanismo e Adaptação às Alterações Climáticas: As Frentes de Água*, Editora: Livros Horizonte, 2013 (p.27/ 21).

[10] PORTAS, Nuno - *Água: Cidades e Frentes de Água*. 12ª ed. Porto : FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade Porto, 1998, (p.5).

[11] MEYER, Han - *City and Port: Urban Planning as a Cultural Venture in London, Barcelona, New York and Rotterdam: Changing Relations Between Public Urban Space and Large scale Infrastructure*, Utrecht: International Books, 1999, (p.24).



004. Obras da construção do Porto de Lisboa, s/ data.



005. Obras da construção do Porto de Lisboa, s/ data.



006. Porto de Lisboa nas Primeiras décadas do séc. XX.

2.2 A Água como Fenómeno Social

A água tendo um papel fulcral à existência da vida humana e à fixação de populações nas cidades, constitui-se como elemento central e influenciador dos hábitos e dinâmicas da vida quotidiana. Este elemento tem sido alvo de diferentes cultos e conceções que diferem entre culturas, envolvendo-se num misticismo e universo simbólico que não se deixou abalar nem pelo progresso da ciência, nem pelos conflitos económicos, sociais e políticos que giram em torno deste recurso.
Atualmente a água é sobretudo usada como matéria prima na indústria, produto comercial e fonte de energia, banalizando-se os rituais que lhe estão associados. Contudo, por trás dos automatismos do dia-a-dia, existe uma longa história que faz da água o elemento central das práticas termais.

"*A imersão (banho) é uma espécie de escape, uma forma de desligar do mundo exterior, acima da superfície.*" [12]

De uma perspetiva cosmogónica (descrição hipotética da criação do mundo), a água abrange dois conceitos simbólicos antitéticos que se complementam, no que toca ao seu uso no termalismo; A água descendente e ascendente. A primeira, vulgarmente associada à esfera masculina, existe sob a forma de chuva para fecundar a terra. A segunda, ligada à esfera feminina, nasce da terra e é símbolo de fecundidade e de regeneração humana. (Mangorrinha,2002)

A relação do Homem com as águas termais remonta à Antiguidade, relacionando-se com práticas sociais, não só de convívio e de saúde, mas também políticas e religiosas.
Ao longo da história foram várias as civilizações que associaram os rituais da água a práticas higiénicas e salutares. Este apreço pelos rituais ligados à água atinge o seu expoente máximo com as culturas clássicas grega e romana que posteriormente transmitiram estas tradições a outras culturas, como a Islâmica.[13]
A civilização romana foi a primeira a reconhecer os efeitos terapêuticos tangíveis da água. Os balneários romanos ganharam cada vez mais popularidade, crescendo em dimensão e engenho nos sistemas de captação e adução de água e esgotos.

[12] MOORE, Charles W. – *Water and Architecture*, Editora: Thames & Hudson, 1994, (p.203).

[13] MANGORRINHA, Jorge – *Á Volta das Termas*, 2002, (p.15).

Os banhos romanos dividiam-se em diferentes fases que se relacionam com as diferentes temperaturas da água e os seus consequentes efeitos terapêuticos. As aplicações da água consistiam em banhos de imersão, em banheiras e piscinas, duches, estufas húmidas e secas, aplicação de lamas e também ingestão.

Geralmente existia uma espécie de "percurso" para quem frequentava as termas: primeiro, o utente dirigia-se ao *apodyterium*, espaço equivalente aos balneários, que se dividia em secção feminina, o *gineceum*, e masculina, o *androniceum*. Seguidamente, entrava no *unctorium*, onde se untava com óleos perfumados, passava pelo *spheristerium*, espaço dedicado ao exercício físico, pelo *laconium*, uma ampla estufa de ar quente, e, coberto de suor, mergulhava no *caldarium*, ampla banheira de água quente. Posteriormente, entrava no *tepidarium*, banheira de água morna, mas antes e depois era friccionado no *destrictarium* e, depois de enxuto e perfumado, voltava para o *apodyterium*. Existia ainda, na maior parte das termas, um local destinado ao templo, onde se encontrava a Divindade a quem eram consagradas as águas. [14]

Para além dos compartimentos dedicados às terapias, existiam salas destinadas à socialização, leitura, galerias de arte, piscinas para a prática da natação e até se organizavam jogos de bola. O hábito de fazer termas era mais do que uma necessidade de saúde, era uma prática social que fomentava o convívio. As termas romanas nunca incluíram os banhos mistos. A esfera feminina contava ainda com o *aloethesium*, que consistia numa sala onde as mulheres se aromatizavam e adornavam. [15]

O monumento termal romano constitui uma obra emblemática desta civilização, um símbolo de poder e luxúria em que todos os imperadores se tentaram superar. O seu desenho e organização funcional serviu de base para as termas românticas que foram surgindo na Europa no séc. XIX.

Atualmente, o termalismo está cada vez mais associado à hotelaria, congregando o alojamento temporário com a cura, a reabilitação e a prevenção.

O objetivo da intervenção proposta é precisamente criar um polo de atração cultural que fomente o convívio e a partilha, tirando partido não só da proximidade e estreita relação da área de intervenção com a água, mas também de memórias associadas ao lugar em que a água era protagonista deste espaço.

[14] [15] MANGORRINHA, Jorge – *Á Volta das Termas*, 2002, (p.16).



007. Ritual de Banhos Femininos, 1909.

2.3 O Papel da Memória na Compreensão do Lugar

"*O tempo presente e o tempo passado*

Estão ambos talvez presentes no tempo futuro,

E se o tempo futuro contido no tempo passado.

Se todo o tempo está eternamente presente

Todo o tempo é irredimível." [16]

A cidade construída é um conjunto de interações entre o presente e o passado, mas também entre o presente e o futuro, onde a história, a herança e a memória influenciam as novas dinâmicas e apropriações dos espaços. Estas interações subjacentes à cidade conferem-lhe um sentido de continuidade que importa preservar como testemunho para gerações futuras.[17] A relação entre a memória e a cidade está em constante mutação por questões naturais inerentes ao próprio passar do tempo, fazendo com que esta se reescreva permanentemente. A memória é uma característica que nos permite não só criar laços seja com um ser ou lugar, mas também criar relações com os espaços que são únicas a cada habitante ou visitante, resultando em formas distintas de apropriação e experimentação da cidade e dos espaços. [18] Assim, considera-se que "*A diversidade é gerada pela quantidade de agentes que sobre ela actuam (...), projectando a sua imagem na própria imagem da cidade*." (Jacobs, 2000)

No que toca à relação da memória com o objeto arquitetónico, analisam-se dois planos de atuação; O primeiro é a memória na sua aceção social, no que toca à memória coletiva como elemento que despoleta o próprio ato ou necessidade de projetar. O segundo, a memória na sua lógica disciplinar, inerente ao próprio processo de planeamento urbano e ao processo de projetar formas arquitetónicas. (Louro, 2016)

[16] ELIOT, T.S. - "Burnt Norton" in Four Quartets, 1935. *in* DIAS COELHO, Carlos (coord.) - *O Tempo e a Forma – Cadernos Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa*, Editora: Argumentum, 2014, (p.33).

[17] LOURO, Margarida – *Memória da Cidade Destruída: Lisboa/ Chiado-Berlim-Sarajevo*, Edição: caleidoscópio, 2016, (p.45).

[18] DIAS COELHO, Carlos (coord.) - *O Tempo e a Forma – Cadernos Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa*, Editora: Argumentum, 2014, (p.47).

O conceito de *herança arquitetónica* é estabelecido e firmado por se construir com o intuito de que algo dure e passe de geração em geração, entendendo a arquitetura como principal marco nas sociedades, por ser um testemunho construído de tempos e vivências passadas que vá eventualmente servir um tempo futuro.
A forma e o crescimento da cidade desenham-se através dos mais diversos elementos que não são necessariamente intervenções ao nível do planeamento urbano ou da prática de projeto; seja a topografia que condiciona a sua morfologia, uma catástrofe natural que a molde de forma distinta ou uma disputa de propriedade que inviabilize uma intervenção em determinado lote, [19] são exemplos de variáveis, muitas vezes imprevisíveis, inultrapassáveis ou intransponíveis que moldam territórios e condicionam as formas de ocupação.

Consideram-se agora três tempos que se entendem estar em permanente atuação na cidade e que a sua simultaneidade seja o fator que permite a interação e capacidade que o indivíduo tem de se relacionar com o espaço construído.

"*O primeiro tempo que deve ser considerado é o tempo do indivíduo que dispõe da cidade. Pela regularidade da existência da vida humana é talvez o tempo mais compassado de todos e de uma fatalidade ainda inultrapassável*. (...)". [20] A própria duração limitada da vida humana é um factor a ter em conta quando analisamos os tempos em permanente atuação na cidade, visto que é o Homem que passa pela cidade e não a cidade que passa pelo Homem.

"*O segundo tempo é o tempo das práticas e usos urbanos. Se alguns usos e funções urbanas são de grande volatilidade, também temos de considerar que muitos deles se caracterizam pela sua permanência ao longo de décadas, ou mesmo séculos, assistindo à passagem de várias gerações de indivíduos.*" [21] A adequação de funções e usos que o meio urbano e os próprios edifícios contêm em si num determinado tempo pode transpor gerações e firmar-se como testemunho ou ter um caráter temporário que permaneça por tempo limitado.

[19] DIAS COELHO, Carlos (coord.) - *O Tempo e a Forma – Cadernos Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa*, Editora: Argumentum, 2014 (p.14).

[20] [21] DIAS COELHO, Carlos (coord.) - *O Tempo e a Forma – Cadernos Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa*, Editora: Argumentum, 2014 (p.19).

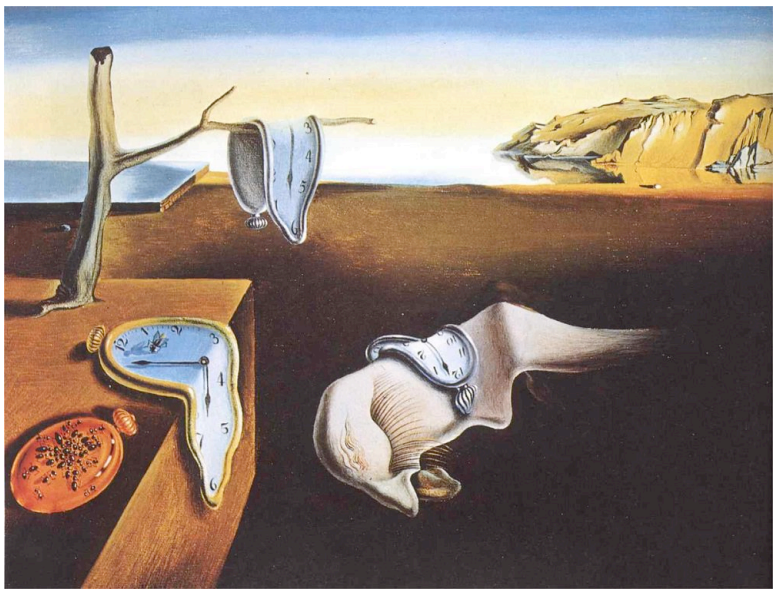
"*O tempo dos espaços e do edificado é o terceiro tempo e aqui se decifra a importância da cidade construída como objecto físico, sempre em metamorfose mas que apesar disso se destaca pela sua resistência e capacidade de ser reinterpretada.* (...)". [22] Trata-se da resiliência de alguns edifícios ao passar do tempo e a uma aparente inércia urbana, transpondo gerações mas, alterando os seus usos originais adaptando-se às necessidades do seu tempo atual.
Apesar da separação entre tempos proposta pelo autor na análise anterior, conclui-se que apesar de distinguíveis, existe uma dependência entre os agentes nos tempos em questão. Assim, a ação individual resulta da ação de um tempo, apenas quando existe esta tomada de consciência é possível agir do "sítio para o sítio", do "tempo para o tempo". (Dias Coelho, 2014)

Surge a necessidade de repensar a forma como percecionamos os vestígios existentes que prevalecem e resistem à passagem do tempo, tentando adaptá-los ás necessidades do tempo corrente, preservando as memórias para as quais nos remetem, encontrando novas formas de os reabitar. Esta forma de percecionar o existente e o devoluto, pressupõe o abandono do lugar comum de que o velho e obsoleto são algo negativo, passando a considerar estes espaços como espaços de oportunidade, devolvendo-lhes a vida e concedendo-lhes novos usos. [23]

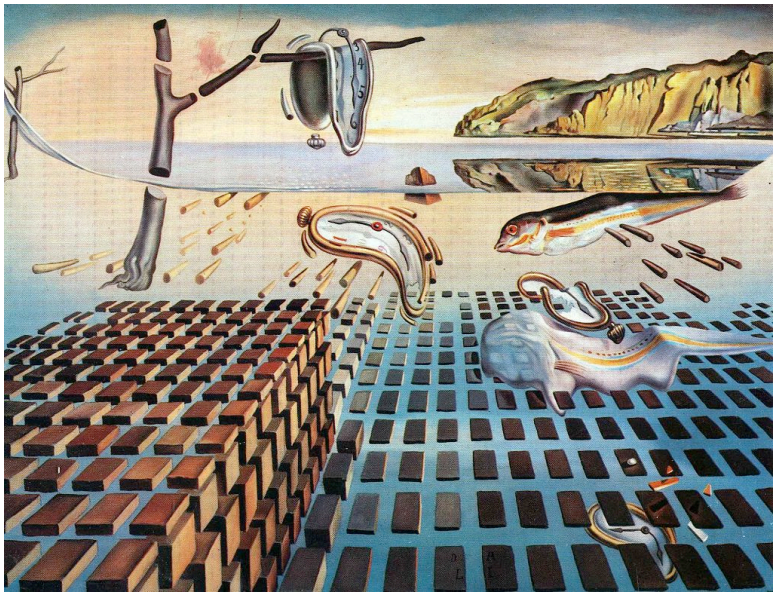
O desenvolvimento das cidades sobre o futuro só é possível tendo em conta a adequação do seu planeamento ao presente e a forma como esta se adequa às necessidades de quem a experimenta. A cidade é, afinal, contentora de todos os tempos, resultante de tensões entre os diferentes desejos individuais e coletivos daqueles que sobre ela atuam e a experimentam diariamente.
Entende-se que a preservação da "memória edificada" é um fator preponderante no estabelecimento da relação entre o indivíduo e o construído.

[22] DIAS COELHO, Carlos (coord.) - *O Tempo e a Forma – Cadernos Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa*, Editora: Argumentum, 2014 (p.19).

[23] AAVV - *Rehabitar en nueve episódios*, ep.1, Barcelona, 2010 (p.9-15).



008. A Persistência da Memória, Salvador Dali – 1931.



009. A Desintegração da Persistência da Memória, Salvador Dali – 1954.

2.4 Património Industrial como Espaço de Oportunidade

Considera-se necessário à compreensão do conceito de Património Industrial, em primeiro lugar, sistematizar o conceito de património e a forma como este evoluiu ao longo do tempo.
De uma forma geral, o conceito de património refere-se aos testemunhos construídos e heranças culturais do passado que são experienciadas no presente e posteriormente transmitidas a gerações futuras. Este deve compreender na sua dimensão mais vasta as diferentes valências de um tempo passado que se constitui de rupturas e sobreposições, reflexo das questões dominantes numa determinada época.

"O património, directa ou inderectamente associado à industrialização, tornou-se assim um testemunho imprescindível da nossa história, quer ao nível dos artefactos e dos espólios afectos a algumas empresas, quer ao nível das próprias construções. A sua preservação impõe a mobilização de muitas vontades, antes que a voragem do tempo e da inconsciência de alguns comprometa o esforço de todos nós." [24]

A preocupação com as questões de preservação do edificado com vista à sua renovação surge a par da Revolução Francesa e dos movimentos liberais que romperam com os estigmas herdados da Idade Média, no que toca à conceção do tempo.
O movimento Renascentista do séc. XVII que atinge o seu auge no séc. XIX traz consigo um interesse particular sobre a ruína, consequência do crescente fascínio pela Antiguidade Clássica. Manifesta-se um deslumbramento pela ruína por estes serem lugares representativos do equilíbrio frágil entre a *persistência* e a *decadência.* [25]
O interesse pela História herdado do Romantismo despoletou a preocupação com a proteção e conservação do património edificado, com vista à consciencialização da sua importância nas questões identitárias da cidade. Contudo, no séc. XX, a ruína ganhou um cariz meramente simbólico muito pela crescente teorização da sua existência. (**Monteiro**, 2014)

[24] SANTOS, António Maria A. – *Arqueologia e História*, Volume 52, Editora: Colibri, Lisboa, 2000 (p.137).

[25] MONTEIRO, Ricardo Rica Soares - *A Fábrica Do Ginjal: Abordagem no Contexto de Intervenções Arquitetónicas no Existente*, Dissertação/ Projeto para obtenção do Grau Mestre em Arquitetura de Interiores, Faculdade de Arquitetura de Lisboa, 2014, (p.13-15).



010. Arredores de Bruxelas – Bélgica, 2016.

Durante a década de 60, assiste-se à democratização do património e a um alargar das suas barreiras cronológicas e temáticas, passando a incluir e classificar outro tipo de bens naturais, imateriais e industriais, por exemplo.

"(...) *o domínio patrimonial deixou de estar limitado aos edifícios individuais; ele compreende, daqui em diante, os conjuntos edificados e o tecido urbano: quarteirões e bairros urbanos, aldeias e, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades,* (...)"[26]

O processo de desindustrialização e a deslocalização ou encerramento de grandes complexos industriais no final do séc. XX, suscitou um interesse pela preservação dos valores culturais e históricos das paisagens pós-industriais. Os edifícios industriais obsoletos passam a ser um objeto relevante, no que no que toca à riqueza patrimonial dos conjuntos edificados e urbanos pela diversidade formal que apresentam.
No entanto, não só as infraestruturas ligadas à produção são consideradas como património; os lugares onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com o trabalho fabril, meios de transporte, vilas operárias ou até mesmo maquinaria, são elementos ligados à realidade industrial e que por serem parte integrante da memória associada a estes lugares importam preservar. [27]
Nas cidades de hoje encontramos espaços que, pelas alterações na conjuntura económica global, se encontram esquecidos e devolutos, espaços estes que antes eram fundamentais e representativos do apogeu da Revolução Industrial.

Este património, tal como outros testemunhos construídos de um tempo passado próximo, são parte integrante das cidades, pelo que devem ser igualmente preservados.
A ausência de medidas que visem a preservação do património industrial fomenta o desapego e a falta de reconhecimento dos valores arquitetónicos e técnicos destes edifícios que são testemunhos de criatividade e de futuro.

[26] CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, 2ª Edição, Editora: Edição 70, Lisboa, 2008, (p.13).

[27] TICCIH – Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial, 2003, s/p.



011. Açores – Ponta Delgada, 2017.



012. Arredores de Liége – Bélgica, 2016.



013. Charleroi – Bélgica, 2017.

Esta postura de negação em relação ao valor do Património Industrial e a desvalorização das realidades fabris, seja por questões políticas, sociais, ambientais ou urbanísticas tem consequências perversas na própria transmissão de identidade às gerações futuras. [28]

As questões de fundo da reabilitação prendem-se com preservação da identidade e cultura, são a conjugação entre o "ontem" e o "hoje" resultando no "amanhã". O ato de reabilitar na verdadeira ascensão da palavra, não deve ser confundido com reconstruir de novo um edifício de forma fiel, mantendo o traçado, mas utilizando novos materiais e tecnologias para construir uma "réplica" do que existia, diluindo a linha entre o "autêntico" e a "cópia". [29]

Esta tomada de consciência quanto ao valor do Património Industrial e a sua reabilitação presume a conjugação entre a cultura, a integração e a ideia de continuidade, que permita preservar o sentimento de pertença e estabilidade no habitar, basilar à condição humana. Reabilitar ao nível do edificado é encontrar soluções que revertam a degradação física da construção, mantendo o seu valor estético, artístico e histórico e conceder-lhe novos usos adequados à atualidade. Contudo, reabilitar não é um conceito unidimensional, aplica-se também a nível social, visto que a degradação física do edificado é associada à própria degradação social e à estigmatização de certas áreas. (**Aguiar**, s/d)

A salvaguarda destes testemunhos construídos visa a preservação da história industrial, dos processos de produção e da memória coletiva associada a estes espaços que no passado desempenharam um papel fundamental, tanto a nível económico, como a nível social. A reabilitação destes espaços que hoje se encontram obsoletos, para além de ser uma opção sustentável a nível económico, transcende a intervenção material, permitindo a continuidade das memórias associadas a uma era de engenho e progresso.

[28] FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge – *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Editora: Livros Horizonte, 1999, (p.11).

[29] AGUIAR, José – *Reabilitação Urbana: Problemas e Oportunidades*, s/d, (p.2).

2.5 CASOS DE ESTUDO

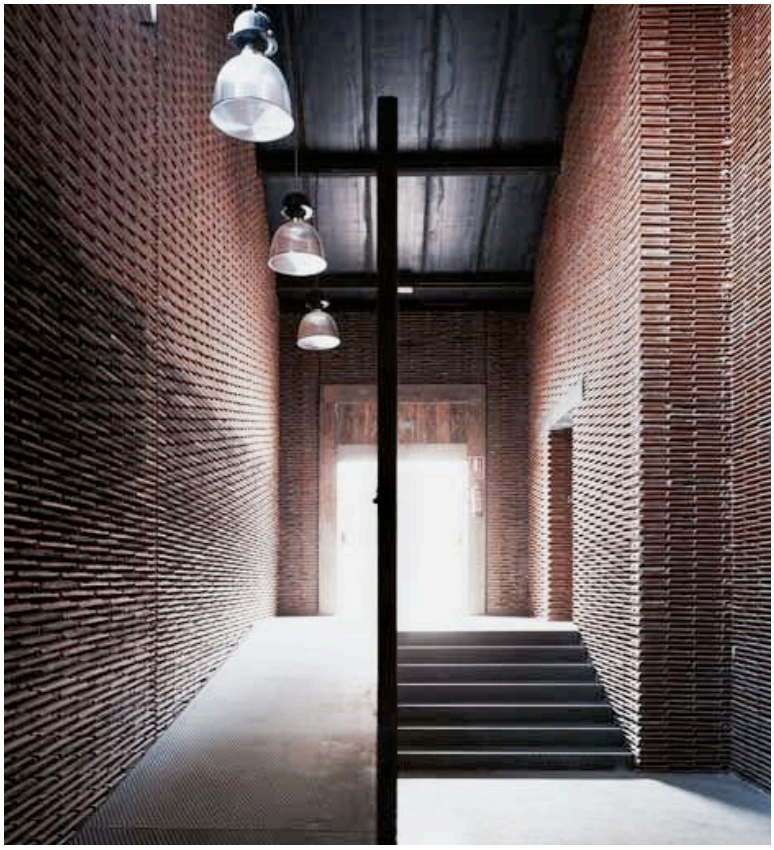
2.5.1 MATADERO | MADRID-RIO

Madrid, Espanha

O Matadero de Madrid é constituído por um conjunto de pavilhões projetados pelo arquiteto Luis Bellido, originalmente destinados à matança e comércio de gado. O projeto de requalificação de cada pavilhão ficou a cargo de diferentes arquitetos, que teriam como premissa respeitar ao máximo a estrutura edificada existente, de forma a equilibrar a memória do espaço com os novos conteúdos que lhes seriam conferidos. Aberto ao público desde 2007, depressa se transformou num centro pluridisciplinar para a criação cultural e troca de ideias entre os criadores de diferentes áreas ligadas sobretudo às artes e ao pensamento contemporâneo e o público em geral.
O sucesso e viabilidade deste espaço é fruto da cooperação pública e privada que promove a participação ativa e contínua da comunidade madrilena no projeto.
A destacar também a ligação entre o Matadero e o Projeto urbano de Madrid Rio da autoria dos arquitectos Ginés Garrido, Carlos Rubio e Fernando Porras, que veio requalificar a área urbana à margem do rio Manzanares. O projecto consiste num grande parque urbano com ambientes e áreas diferenciadas que se estende ao longo de 80 hectares e se encontra por cima de grandes infraestruturas rodoviárias que outrora constituíam uma barreira entre o rio e o centro da cidade. O projecto veio beneficiar a população residente nesta área, uma das mais densas a nivel habitacional, e devolver o rio Manzanares à cidade de Madrid. [30]

A pretinência da escolha deste projeto como caso de estudo, prende-se com duas das suas valências; a primeira, o facto de ser um projeto de reabilitação de um complexo industrial com valor patrimonial para a cidade de Madrid e a preocupação pela preservação do traçado original do antigo matadouro. Este espaço acaba, à semelhança da proposta apresentada, por se constituir como um remate ao parque urbano de Madrid Rio.
Por fim, a valência de enquadramento urbano do projeto do parque e a criação de espaços diversificados ao longo do precurso, quebrando barreiras infraestruturais, devolvendo o rio à cidade.

[30] Disponível em: http://www.mataderomadrid.org/ (Data de consulta: 3 de Outubro de 2017).



014. Matadero de Madrid – Vista interior de uma das naves.



015. Matadero de Madrid - Nave de Música.



016. Matadero de Madrid – Vista exterior de uma das naves.

2.5.2 PISCINAS DE LEÇA

Leça da Palmeira, Portugal

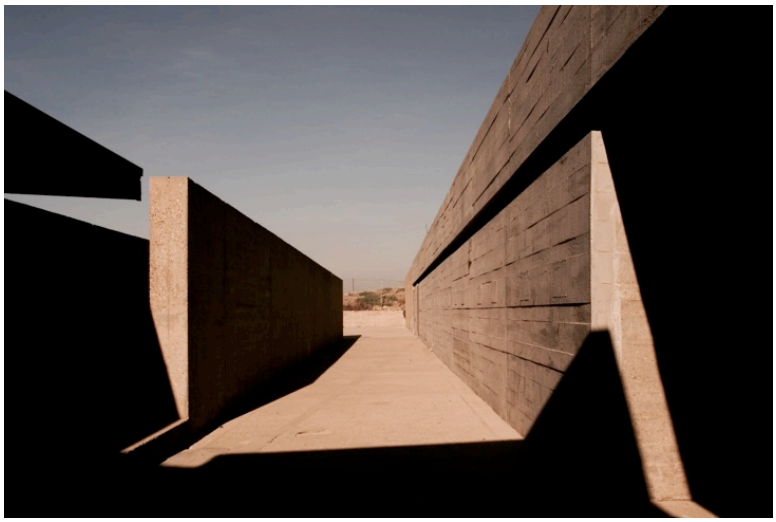
Concluído em 1966, o projeto do arquiteto Álvaro Siza Vieira inclui duas piscinas de água salgada, balneários e um café na frente-mar de Matosinhos. O volume implantado paralelamente à marginal, abaixo da cota da mesma, permite manter a vista desafogada sob o mar. A entrada no edifício faz-se por uma rampa que desce suavemente em paralelo à marginal que vai progressivamente criando um ambiente mais sombrio e bloqueando a vista, tanto do tráfego, como a do oceano. A partir deste momento de chegada, o mar é apenas audível durante o tempo que se permanecer nos balneários.
A implantação dos tanques de água salgada tira partido da morfologia natural do terreno numa contraposição entre a dura geometria da arquitetura e a plasticidade das formações rochosas. As piscinas limitadas por muros relativamente baixos de betão e rochedos pré-existentes, confundem-se com o horizonte, dando a ilusão visual de não existir qualquer barreira física entre as piscinas e o mar. [31]

A escolha deste caso de estudo centra-se em três das suas especificidades; primeiro, a decisão de implantar o volume abaixo da cota da marginal de Matosinhos, privilegiando o sistema de vistas para o mar. Em segundo lugar, a criação de barreiras visuais à saída dos balneários, constituindo um último obstáculo antes de se olhar o mar. Por fim, o facto da implantação dos tanques de água salgada tirar partido das formações rochosas existentes, diluindo-se na paisagem.

[31] Disponível em: http://www.archdaily.com.br/ (Data de consulta: 3 de Outubro de 2017).



017. Piscinas de Leça – Vista da piscina exterior.



018. Piscinas de Leça – Vista da saída dos balneários.



019. Piscinas de Leça – Vista da entrada.

2.5.3 TERMAS DE VALS

Graubunden – Suiça

"*(...) pensar o edifício primeiro como uma massa de sombras e a seguir, como num processo de escavação, colocar luzes e deixar a luminosidade infiltrar-se.*" [32]

O projeto de Peter Zumthor consiste num hotel e spa construídos sob as nascentes termais do cantão de Graubunden na Suíça. As termas foram pensadas como uma experiência sensorial, utilizando materiais existentes no local e integrando-o no ambiente da montanha. Esta integração do objeto no meio onde se insere, estando por vezes totalmente ou semi-enterrado, os jogos de luz e sombra e o respeito pelos materiais foram preponderantes na criação do ambiente deste espaço.
A circulação no edifício foi pensada de forma a não só conduzir, mas seduzir o utilizador enquanto percorre o seu interior, levando-o a pontos chave, mas, permitindo que o individuo explore outras áreas que o compõem, controlando sempre a perspetiva sobre a vista ou privando o indivíduo da contemplação da mesma.[33]

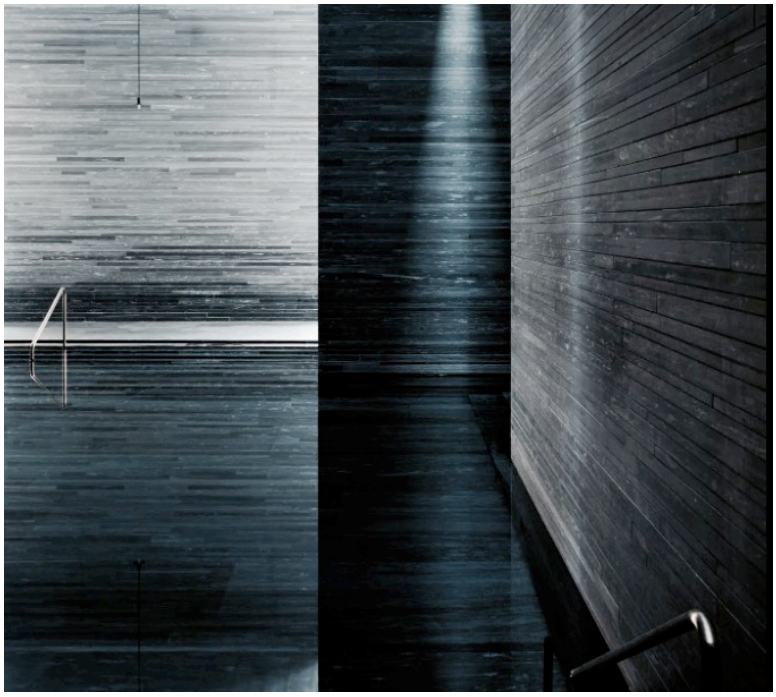
Este caso de estudo apresenta várias premissas que serviram de base à proposta elaborada. Em primeiro lugar, a sensibilidade com que o autor trata a luz quase como se esta fosse um material, deixando que esta transpareça ou que se sinta a sua ausência, de acordo com a viagem sensitiva que se propõe criar pelo espaço. Segundo, a integração do volume construído na paisagem e a escolha das materialidades que contrastem com o plano líquido. Por último, a preocupação no desenho dos ambientes, tanto da circulação, como dos tanques de água.

[32] ZUMTHOR, Peter – Atmosferas, 2006, (p.61).

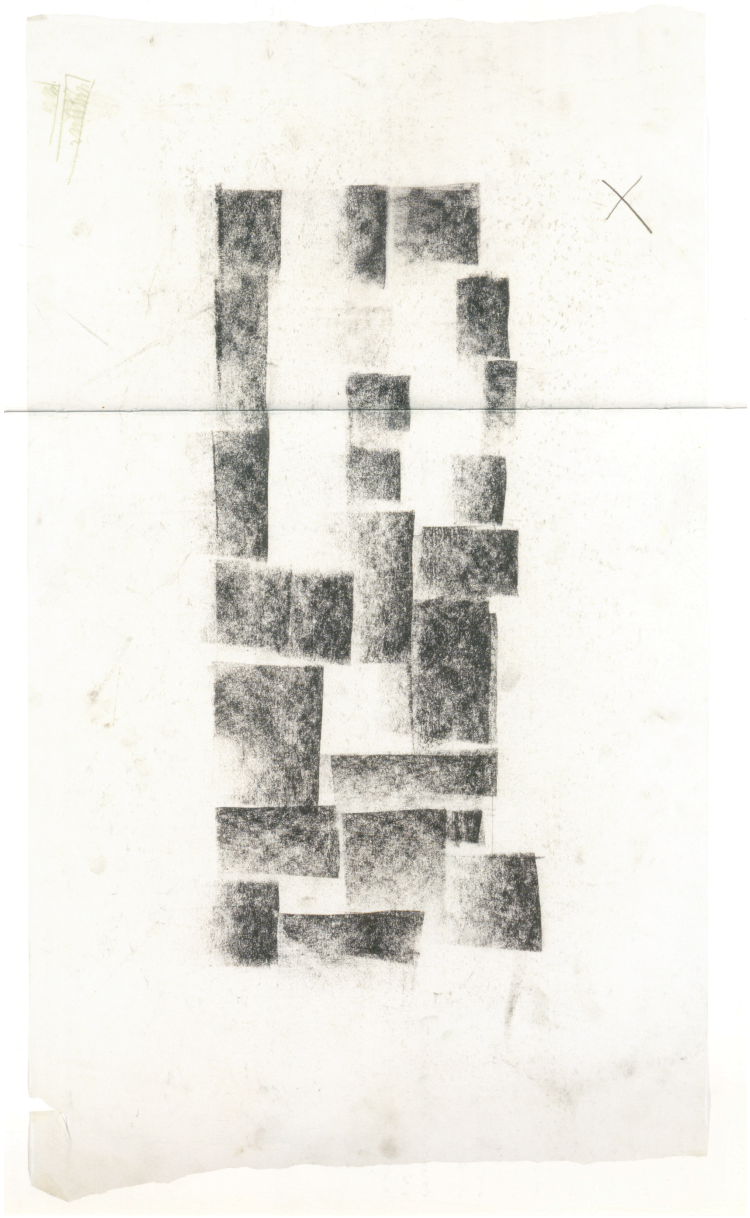
[33] HAUSER, Sigrid; ZUMTHOR, Peter – *Therme Vals*, Editora: Scheidegger & Spiess, 2011 (p.61).



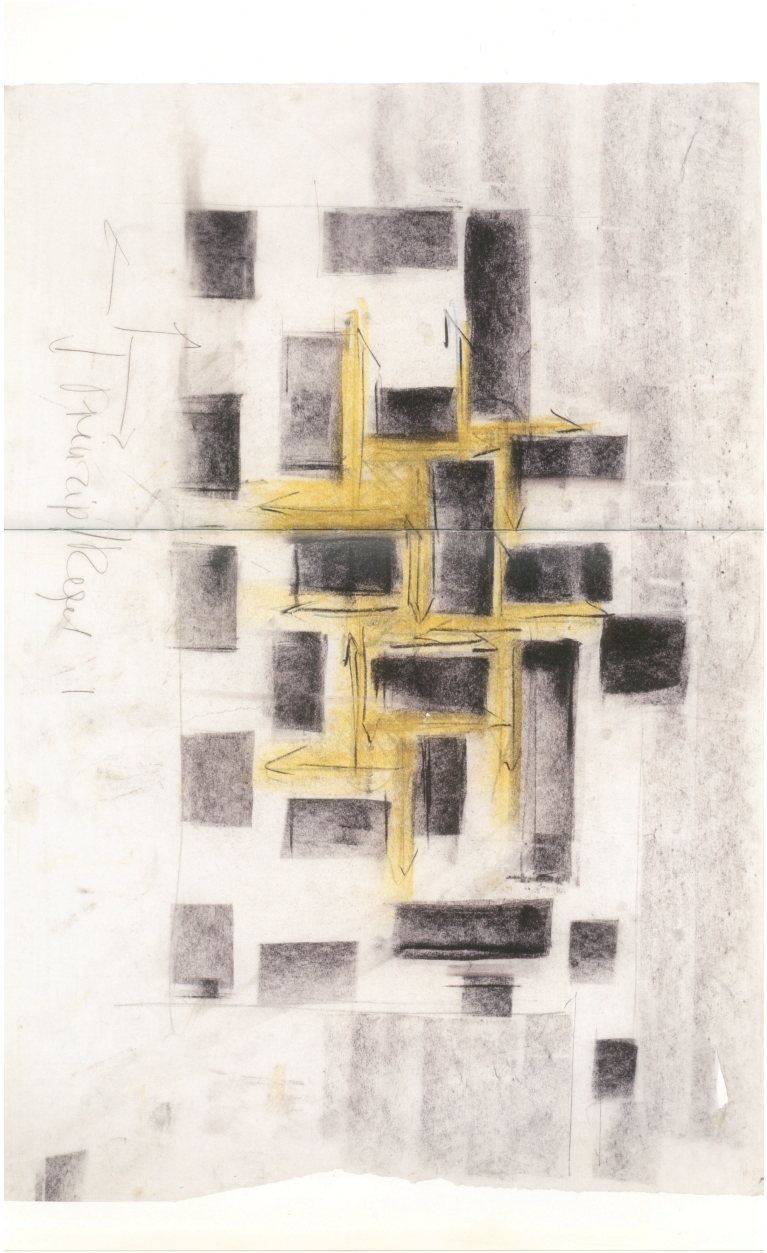
020. Termas de Vals, vista da piscina.



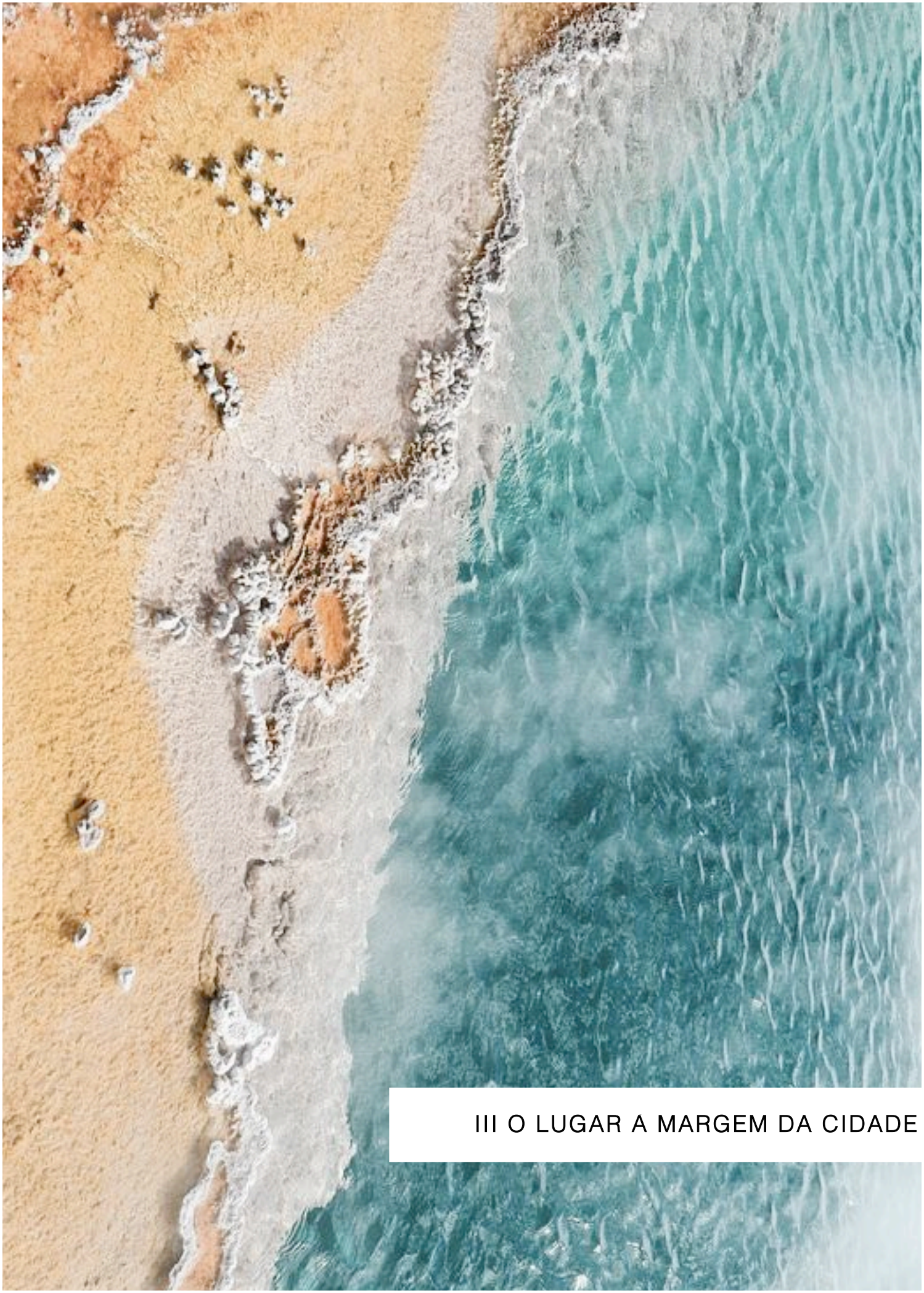
021. Termas de Vals, vista interior.



022. Termas de Vals; Esquiço sobre a geometria dos espaços.



023. Termas de Vals; Esquiço sobre a circulação.



III O LUGAR A MARGEM DA CIDADE

3.1 O Território – A Cidade de Almada

3.1.1 Formas de Ocupação e Crescimento Urbano

O Concelho de Almada cresceu tendo sempre presente na memória o seu protagonismo na história nacional, o seu papel na defesa e resistência a ocupações estrangeiras, a tradição na construção e reparação naval, o indelével movimento associativo e operário que marcou o século XX e a capacidade que o concelho conquistou, quanto à sua afirmação no contexto metropolitano.

A localização privilegiada de Almada junto ao Tejo, na convergência entre rotas e a fertilidade da região legitimam a ocupação humana desta área e atestam a importância estratégica de defesa da costa e posterior ocupação industrial que dependem diretamente do rio como via de ligação entre a margem sul e a capital. [34]

O primeiro núcleo urbano notável, entre os séculos XI e X a.C., situa-se em Almaraz, inserido sobre uma falésia fóssil virada a Sul e abrigada dos ventos dominantes do Norte, fatores que asseguram boas condições de salubridade.

O solo seco torna esta zona pouco interessante para a prática agrícola mas, em contrapartida, a geomorfologia da área de Cacilhas constitui-se como um porto natural, próxima de varadouros e abrigos fluviais.

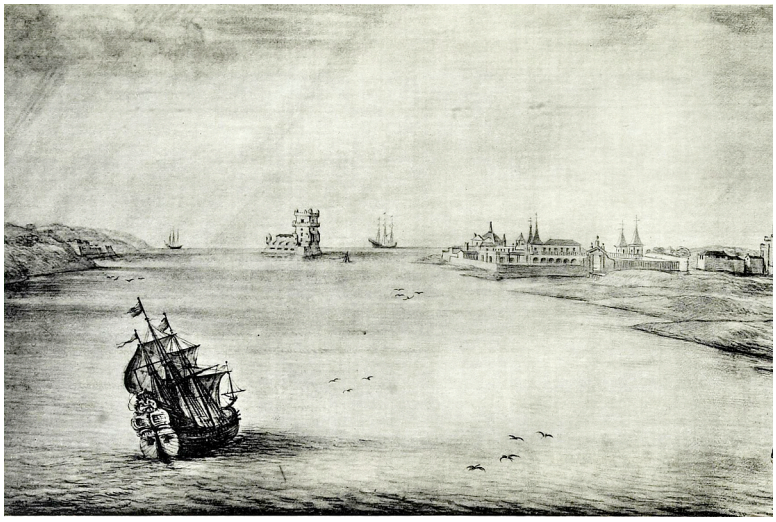
O primeiro entreposto comercial de que há registo é de afluência fenícia, entre os séculos IV e III a.C. (Luzia, 2013)

A presença romana que se verifica a partir do século I a.C. vincula a vocação agroindustrial da margem sul do Tejo, predominando as propriedades agrícolas dispersas ao longo do território, associadas a atividades como as salgas de peixe ou a olaria.

Durante a época medieval, a vila é uma importante praça militar árabe, aquando da sua conquista por D. Afonso Henriques. A cidade desenvolve-se posteriormente para Oeste, a partir do Castelo de origem Árabe que ocupa o ponto mais elevado do promontório fluvial e acompanha o declive natural.[35]

[34] LUZIA, Ângela (coord.) – *Ver Almada Crescer: 10 Anos do Museu da Cidade. Divisão de Museus e Património Cultural / Museu da Cidade*, Câmara Municipal de Almada, 2013, (p.6).

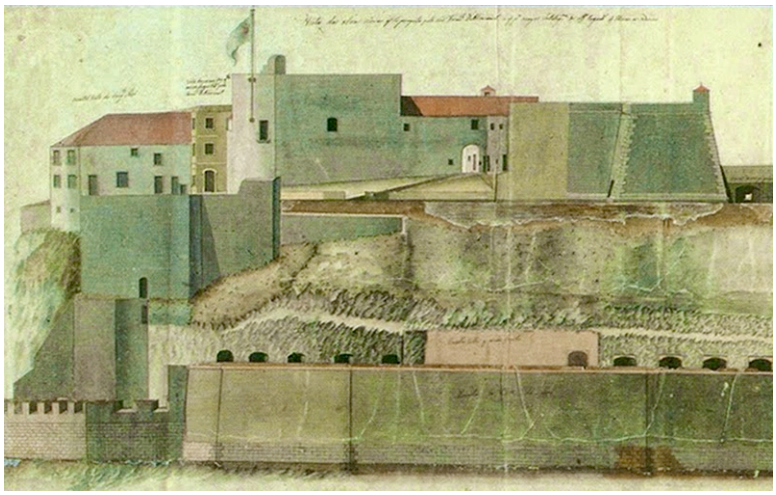
[35] VINAGRE, Miguel Nuno Pereira - *Do Obsoleto à Transformação: Reflexão Crítica sobre Arquitetura Industrial no Ginjal*, Volume um: Análise do Obsoleto, Tese de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017, (p.38).



025. Gravura sobre a viagem de Cosme de Médicis a Potugal, 1668/9.



026. Entrada na Barra do Porto de Lisboa, c.1700.



027. Torre de S.Sebastião da Caparica, 1794.

Este lugar a Oeste ainda se constitui como o atual núcleo histórico de Almada, apesar de ter sido reconstruído após o terramoto de 1755.

A construção de um conjunto de edificações defensivas entre os séculos XIV e XIX fomentou o desenvolvimento desses lugares afastados, aproximando-os do centro administrativo da vila, tornando-os atrativos à fixação de militares e trabalhadores associados a essas ações de defesa, gerando um aumento demográfico considerável.
Entre as atividades mais referenciadas associadas a esta área destacam-se as indústrias conserveiras e a construção naval em madeira, a moagem, os lagares de azeite e vinho e as atividades subsidiárias. Contudo, até meados do século XIX, a atividade agrícola ainda é predominante e excedentária, sendo o seu sobejante escoado para a capital. Este lugar afirma-se como principal eixo de ligação entre margens e acaba por se tornar no motor económico para trocas comerciais e escoamento de matérias primas entre o sul e o norte.

O transporte fluvial entre Almada e a Capital remonta ao século XIII, existindo diferentes tipos de embarcação fosse esta destinada à pesca, ao transporte de passageiros ou mercadorias. Em 1820 o aparecimento da energia a vapor vem facilitar a ligação entre estuários. [36]
Almada desenvolve-se como um concelho primeiro rural, depois operário, afirmando-se no contexto metropolitano pela sua posição estratégica em relação à capital, em estreita relação com o Tejo.

[36] FERREIRA, Tiago Luís do Vale – *Cidades Criativas: Projetar em áreas abandonadas ou deprimidas para uma revitalização social, cultural e económica: O caso da Cova do Vapor a Cacilhas*, Tese de Mestrado em Arquitetura – Especialização em Planeamento Urbano e Territorial, Faculdade de Arquitetura de Lisboa, 2013 (p.4).



028. Cova da Piedade, década de 1900.



029. Panorâmica parcial de Almada com o Rio Tejo ao fundo, s/ data.



030. Trafaria, década de 1900.

3.1.2 A Relação Cidade-Porto

Atraídas pela localização que permite o fácil acesso à frente-rio e baixo custo dos terrenos, a indústria em Almada desenvolve-se e concentra-se na frente ribeirinha entre a Arealva/ Olho de Boi e a Cova da Piedade/ Alfeite, beneficiando da proximidade do rio e da capital.
Atividades como a construção e reparação naval, a moagem ou a indústria corticeira, passam a marcar os ritmos do quotidiano Almadense, a par da pesca, destilação, fiação e tinturaria, bem como a indústria conserveira e de salga de peixe, atraindo um número crescente de mão de obra operária.
No decorrer do século XIX, a vila é a sede de um concelho predominantemente rural. Verifica-se uma afluência exponencial de trabalhadores provenientes de várias regiões do país que vêm procurar no concelho oportunidades de trabalho. Instalam-se na vila e em povoações na periferia, vivem em condições precárias com as suas famílias, quase sempre numerosas junto às fábricas que os empregam, em quotidianos marcados pelos ritmos fabris. Impera o trabalho ocasional, infantil e os salários baixos, existindo uma discrepância salarial notável entre homens e mulheres.
Agravam-se os problemas básicos de infraestruturas e saneamento, localizando-se em Cacilhas o único Chafariz canalizado (1874). [37]

O novo fôlego industrial causa um aumento na densidade demográfica e, por conseguinte, na construção de novos núcleos urbanos na órbita das maiores fábricas.
A pobreza é uma realidade inegável na Almada oitocentista. A quantidade de indivíduos válidos, mulheres e crianças que mendigam pelas ruas da vila aumenta até às primeiras décadas do século XX.
Ao longo dos últimos anos deste século, a transformação de centenas de assalariados rurais em operários, num processo replicado a uma escala notável no interior do concelho, dá origem a um grave problema de escassez de mão de obra para trabalhos agrícolas. Nesta época, ocorrem os êxodos sazonais de trabalhadores especializados em direção às zonas ribeiras que coroam o Mar da Palha, que se prolongará pela primeira metade do século XX.

[37] LUZIA, Ângela (coord.) – *Ver Almada Crescer: 10 Anos do Museu da Cidade*. Divisão de Museus e Património Cultural / Museu da Cidade, Câmara Municipal de Almada, 2013, (p.19-20).

Na viragem do século, Almada é ainda um concelho rural, um território com uma ocupação assimétrica e rarefeita.
Durante as primeiras décadas do século XX, a agricultura e a pesca são ainda as principais atividades económicas. No entanto, as novas indústrias atraem cada vez mais população vinda da Beira, Algarve e Alentejo. A fixação desta massa operária intensifica e reitera a identidade fabril do Concelho.
A implementação fragmentada de infraestruturas de água e saneamento, assim como a instalação de redes elétricas na vila remonta à década de 1920**,** contudo ainda de forma incipiente e irregular. A inexistência de redes de distribuição de água canalizada, tratamento de resíduos e a ausência de um hospital que sirva a área ou de um eixo viário estruturante, são fatores que evidenciam as carências que ainda se verificam em Almada, aquando da consolidação da vila como centro industrial.
A falta de equipamentos e infraestruturas prolonga-se até à da década de 30, reiterando o estatuto de Almada como a "*banda interdita*", consequência também da dificuldade de acesso entre o interior e a sede de concelho. O difícil acesso entre margens faz com que o rio constitua ainda uma barreira demarcada entre as duas margens, em vez de uma extensão natural entre dois centros urbanos. (Luzia, 2013)

As mudanças ocorridas entre as décadas de 60 e 70, em pleno processo de urbanização, tanto a nível nacional como mundial, alteraram o tecido económico do Concelho. Com o fim da 2ª Grande Guerra e recuperação dos países aliados, foram afastados de Almada quaisquer investimentos estrangeiros, afetando as exportações e conduzindo o Concelho a um declínio ainda que lento, irrecuperável.
As condições que viabilizaram a importância estratégica da Frente Ribeirinha de Almada deixam de se adequar às novas formas de produção e distribuição, originando alterações profundas na estrutura de consumo.

Enquanto que a sua localização privilegiada junto ao rio, em dependência direta, em tempos, era uma mais valia, a dificuldade de acesso rodoviário dita o seu declínio com o início da construção da Ponte 25 de Abril em 1962, inaugurada em 64. [38]

[38] Site do Jornal Observador – Disponível em: https://observador.pt (Data de consulta: 5-9-2018).



031. Vista sobre o Arsenal do Alfeite, década de 1930.



032. 6 de Agosto de 1966, Sacerdote na inauguração da Ponte 25 de Abril.

O transporte rodoviário substitui radicalmente o transporte fluvial de mercadorias entre as duas margens, retirando qualquer funcionalidade a um conjunto de infraestruturas essencialmente vocacionadas para o armazenamento. O encerramento ou deslocalização das maiores fábricas deixa um rasto de infraestruturas que antes pontuavam os ritmos diários, estrutura urbana e ambientes das localidades onde se situavam. [39]

A década de 80 reitera o declínio da indústria instalada em Almada, tanto com o encerramento das maiores entidades empregadoras, como pela situação financeira instável de empresas como a Lisnave, os estaleiros de construção e reparação naval Parry & Son ou a Companhia Portuguesa de Pesca (CPP). A estratégia adotada pelo Poder Local Democrático passa nesta altura pela diversificação da base económica do Concelho, numa tentativa de tentar reverter a precariedade social agravada pelo aumento do desemprego. (**luzia**, 2013)

A história e desenvolvimento da indústria em Portugal é indissociável da história e crescimento da cidade de Almada. Este território que, em tempos, se constituía como um dos motores económicos do país, cresceu a um ritmo desenfreado sem conseguir dar resposta a um planeamento urbano, capaz de prever e colmatar as carências que resultaram de um aumento demográfico exponencial.

[39] AAVV, Memórias do Ginjal – *Centro de Arqueologia de Almada*, 2000, (p.75).

3.1.3 Processos e Instrumentos de Planeamento

"Almada é hoje um todo feito de partes distintas, na forma, na intensidade e diversidade dos usos, lugar comum de modos de vida caracteristicamente urbanos, transcendendo a cidade até para lá dos limites administrativos do Concelho." [40]

O caráter fragmentado e disperso do território construído resulta de dinâmicas distintas entre estes novos núcleos e a cidade antiga, consolidada.
A desindustrialização e as transformações nos tecidos económico e social deixaram para trás grandes áreas do território, onde antes se fixaram indústrias que, ainda hoje, se encontram desativas e desafetas de função. São precisamente estes espaços que nos permitem hoje repensar a relação entre a cidade e o estuário do Tejo. À semelhança do passado, a frente ribeirinha e atlântica constitui uma oportunidade distinta e estratégica perante a Área Metropolitana. (**Luzia**, 2013)
Pela sua dimensão considerável e importância no contexto da AML, a reconversão destas áreas transcende a esfera municipal, dependendo da operacionalização da convergência de interesses entre diferentes municípios.

Entre a década de 40 até ao início do anos 70, Almada assistiu a um fluxo migratório largamente responsável pelo acentuado crescimento demográfico,[41] crescimento este que contribuiu em larga escala para a descaracterização da área urbana que cresce para além da sua capacidade. Enquanto não existiram estratégias e mecanismos de planeamento regional que estruturassem o concelho a um nível macro, nas autarquias e poderes locais regista-se alguma atividade ao nível do planeamento, planeamento este que se mantinha à margem das políticas do Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco. [42]

[40] LUZIA, Ângela (coord.) – *Ver Almada Crescer: 10 Anos do Museu da Cidade. Divisão de Museus e Património Cultural / Museu da Cidade*, Câmara Municipal de Almada, 2013, (p.35).

[41] Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal e Identificação dos Principais Fatores de Evolução do Município – Direção Municipal de Planeamento e Administração do Território – Dezembro de 2008, (p.16)

[42] CAVACO, Cristina – *Formas de Habitat Suburbano. Tipologias e Modelos Residenciais na Área Metropolitana de Lisboa*, Tese de Doutoramento em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura. Universidade Técnica de Lisboa, 2009, (p.113).

Em 1946, após ter sido posto em prática o Plano de Urbanização de Almada, começam-se a verificar alterações profundas na forma de ocupação do território, uso do solo e concentração populacional. É o início de uma nova cidade com diferentes dinâmicas económicas e sociais.
Os primeiros desenhos e documentos datados que desenham intenções de estruturação do território remontam a 1947, sob a coordenação do arquiteto-paisagista Étienne de Groer. Estes planos eram desenvolvidos a par do Plano Diretor da Cidade de Lisboa, também da sua autoria. (Cavaco, 2009)

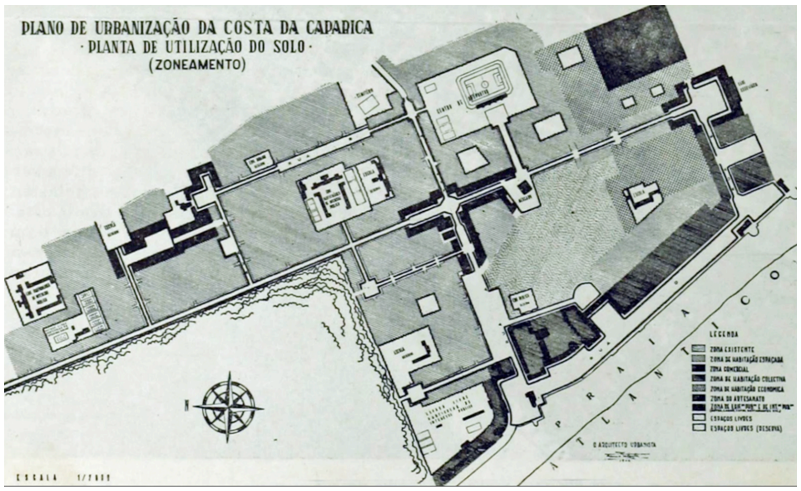
A vila sofre restruturações profundas, projetando-se a sua expansão e desenvolvimento para leste, criando-se instrumentos de planeamento que vão ajudar a coordenar intervenções em áreas maioritariamente rurais. As ações realizadas passam por expropriações de terrenos de caráter público para a construção de novas vias, bairros económicos e centro cívico, bem como tipologias de planos para construção de novas infraestruturas. Na sombra de uma Almada em pleno processo de urbanização, ainda permanecem as carências com que a população se debate diariamente, ao nível da infraestruturação básica, saúde, habitação e falta de equipamentos escolares, acompanhado de um agravamento do desequilíbrio existente entre a "nova Almada"[43] e o restante território concelhio.

Até à década de 50, Almada é um Concelho maioritariamente industrial. Os processos de urbanização, tanto na vila, como na Costa da Caparica dão origem a novas profissões ligadas à construção civil. A imprensa na capital reitera a ideia de Almada, como "cidade-bairro" da capital, debatendo-se ainda com uma rede de transportes terrestres e fluviais insuficiente.
Numa tentativa de responder à afluência constante de novos habitantes, a Câmara Municipal de Almada coloca à disposição da iniciativa particular lotes de terreno com facilidades de pagamento, iniciativa esta que leva à construção e reorganização de arruamentos e tecido edificado.

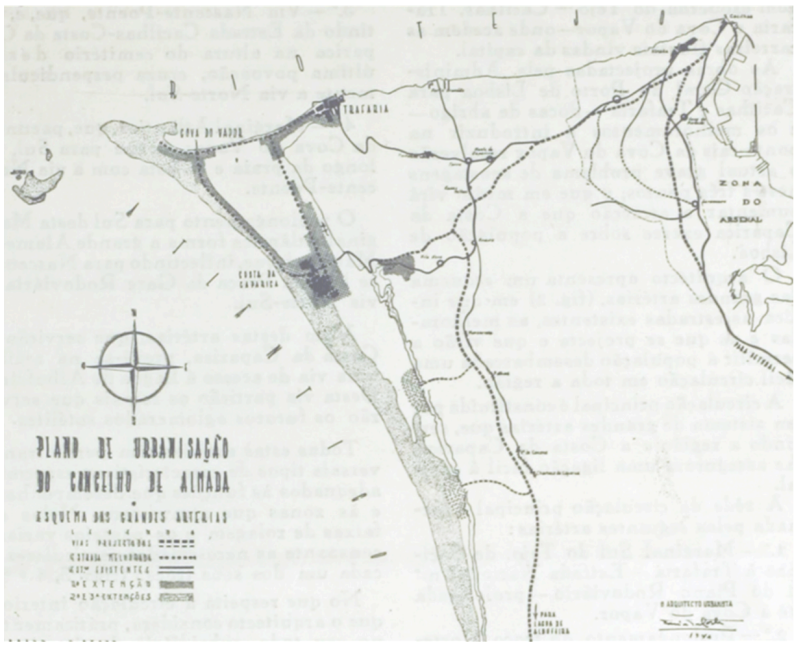
[43] LUZIA, Ângela (coord.) – *Ver Almada Crescer: 10 Anos do Museu da Cidade*. Divisão de Museus e Património Cultural / Museu da Cidade, Câmara Municipal de Almada, 2013, (p.11).



033. Planta de conjunto do Plano de Urbanização da Costa da Caparica, 1946.



034. Plano de Urbanização da Costa da Caparica - Planta de Utilização do Solo, 1946.



035. Plano de Urbanização do concelho de Almada; Esquema de grandes artérias, 1946.

Apesar do esforço e investimento por parte do município e do próprio governo a nível de planeamento infraestrutural, em plena década de 50 ainda se recorre a chafarizes públicos, as roturas são frequentes e a manutenção de fossas e valas perpetuam as doenças edémicas. A densidade populacional prevista no Plano de Urbanização elaborado na década anterior já se encontra largamente ultrapassada.
Em 1955, a imposição do governo quanto à criação do Gabinete de Urbanização em Almada, liderado pelo arquiteto José Rafael Botelho, orienta a Câmara Municipal para a realização de planos parciais que abrangiam as principais frentes em expansão e que não integravam o plano inicial. No entanto, apesar do empenho técnico, o crescimento urbano continua a realizar-se à margem do que está previsto nos planos parciais.[44]

A vila de Almada é elevada a cidade em 1973, ainda sem limites territoriais definidos. Continua a verificar-se um desequilíbrio entre a área urbana estabelecida, incluindo a zona ribeirinha a leste, e o interior do concelho, pontuado por bolsas de construção clandestina, onde a população se densifica sem um planeamento urbano e infraestrutural adequado e sem alternativas de transporte rodoviário.

A revolução de Abril traz consigo alternativas para a intervenção popular coletivas até então impossíveis. Inicia-se uma tão necessária revisão de critérios de planeamento urbanístico e adotam-se medidas que têm como objetivo prevenir e controlar a especulação imobiliária e a falta de planeamento herdada do Estado Novo.
Um ano após a revolução, a 25 de Abril de 1975, têm lugar as primeiras eleições para a Assembleia Constituinte. A constituição de 1976 é a resposta para um futuro planeamento territorial coeso e eficaz ao nível do ordenamento local ao conferir às autarquias locais um poder mais autónomo a nível de competências, orçamentos e planos de atividade próprios. Os partidos políticos intervenientes chegam a acordo em relação à criação de um novo quadro jurídico para as autarquias, marcando um ponto de viragem em relação à descentralização efetiva e à aproximação dos cidadãos da gestão local do seu território.

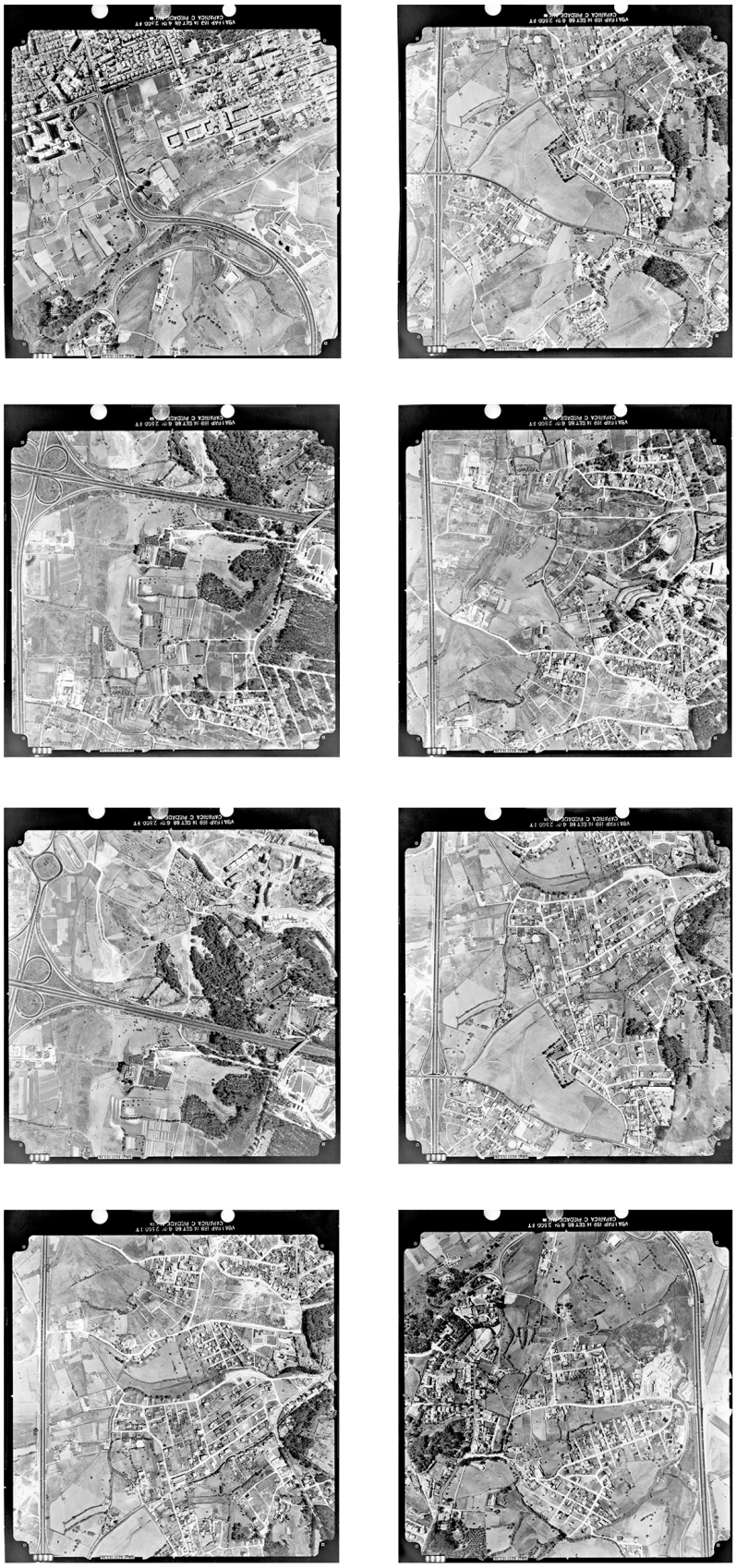
[44] CAVACO, Cristina – Formas de Habitat Suburbano. Tipologias e Modelos Residenciais na Área Metropolitana de Lisboa, Tese de Doutoramento em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura. Universidade Técnica de Lisboa, 2009, (p.144).

Até ao final da década de 80, a autarquia procura soluções que venham colmatar carências infraestruturais básicas em áreas menos consolidadas.
É precisamente neste período que têm inicio alguns dos longos processos de reivindicação e negociação com particulares, diferentes tutelas, organismos centrais e consensos intermunicipais indispensáveis à estruturação do concelho. Destacam-se, por exemplo, o Plano Municipal de Saneamento Básico (1976), bem como a gestão do controlo público de água e o Plano Interconcelhio de Ordenamento de Circulação (1980), transversal a Almada, Seixal e Sesimbra.
Intensificam-se as operações de ordenamento do território através da elaboração de planos de pormenor e de urbanização.

A criação do Plano Diretor Municipal (PDM-A) é o culminar de um vasto trabalho de planeamento que se desenvolveu desde o 25 de Abril de 1974. Os Planos Municipais de Ordenamento do Território foram instrumentos decisivos pela sua abrangência, quase total, do território, propondo uma estratégia global e integrada para o Concelho. [45]

Com a década de 90 chegam novas exigências e expectativas em relação à qualidade de vida. A intervenção municipal centra-se, à semelhança da década anterior, no ordenamento territorial e qualificação urbana, mas também no desenvolvimento socioeconómico, do ambiente e da mobilidade, educação, formação e cultura. Investe-se também na requalificação e valorização do espaço público, criando novas centralidades e espaços de referência simbólica, multifuncionais e inclusivos. Simultaneamente, promove-se a requalificação de espaços e edifícios com valor patrimonial, devolvendo-os ao público com novos conteúdos, valorizando o edificado histórico e favorecendo a reabilitação urbana em zonas consolidadas.
No decorrer da década de 90 (década do desenvolvimento integrado), o comércio de grandes superfícies retoma um novo fôlego com a abertura do Almada Fórum. Este será a primeira de um conjunto de grandes superfícies que irão autonomizar de Lisboa os consumidores residentes na Península de Setúbal.

[45] Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal e Identificação dos Principais Fatores de Evolução do Município – Direção Municipal de Planeamento e Administração do Território – Dezembro de 2008, (p.12).



036. Fotografias aéreas militares da via rápida da Caparica, Setembro de 1988.

Localizado na frente ribeirinha, o eixo Cidade Fluvial é parte integrante do Plano de Urbanização de Almada Nascente. Existem também planos de Pormenor para Cacilhas, Ginjal e Almaraz que abrangem as áreas abandonadas pelo encerramento dos estaleiros da Lisnave e pela desindustrialização do Cais do Ginjal e da Romeira/ Caramujo. Através da elaboração destes planos pretende-se a requalificação de uma grande área que integra a malha urbana consolidada, conferindo novos usos a estes espaços, atualmente desafectos de função.

Os Instrumentos de Gestão Territorial analisados que no decorrer deste trabalho, apontam o local de intervenção como sendo uma das "*áreas diferenciadas do restante tecido construído atendendo ao seu interesse patrimonial*",[46] visando ainda a qualificação do espaço público e áreas envolventes em dois núcleos prioritários (Trafaria e Cacilhas).
O Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário do Cristo Rei promovido pela Câmara Municipal de Almada (2011), visa a qualificação e valorização desta área na sua vertente turística, bem como a reconversão da frente-rio e a renovação do conjunto edificado remanescente nesta área, preservando a sua memória e valor patrimonial, assegurando uma melhor articulação com a cidade na cota alta.
Entre as intervenções já materializadas, destaca-se a construção do Elevador Panorâmico da Boca de Vento, que vem facilitar o acesso entre a cidade e a frente ribeirinha na cota baixa, bem como a reconversão de arruamentos, escadarias e zonas de permanência, e a consolidação da escarpa, que vem prevenir o eminente risco de derrocada nesta área, bem como a preservação dos corredores ecológicos, assegurando a continuidade natural.
Estas intervenções no espaço público contribuem para a consolidação e qualificação da frente ribeirinha e constituem um motor de arranque para intervenções futuras.

Apesar das assimetrias ainda existentes, Almada perspetiva-se como um território com uma identidade vincada e singular. A aposta crescente na frente fluvial e atlântica evidencia o potencial deste território, associada a uma malha urbana diversificada com novas polaridades e a uma ampla de rede de equipamentos e serviços.

[46] Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal e Identificação dos Principais Fatores de Evolução do Município – Direção Municipal de Planeamento e Administração do Território – Dezembro de 2008, (p.32).



037. Ortofotomapa de Lisboa e Almada com a área de intervenção destacada.



038. Fotografia tirada a partir do Elevador da Boca de Vento; Vista sobre as praias.



039. Fotografia tirada a partir do Elevador da Boca de Vento; Vista sobre o Museu Naval e antiga CPP.

3.2 O Lugar - Ginjal

3.2.1 A Chegada da Indústria

O Cais do Ginjal começou por ser um aglomerado de armazéns à beira rio que constituem o primeiro indício da industrialização de Almada, em parte dinamizada pela atividade agrícola da região onde no século XIX se destaca a produção vinícola. O cais albergava também atividades subsidiárias como a tanoaria, que fornecia barris de madeira para o armazenamento do vinho e a latoaria, que fabricava as embalagens para o azeite, fábricas destinadas a indústria conserveira e destilarias de álcool e água ardente, fábricas de cortiça, entre outras. (aavv, 2000)

A sua localização estratégica entre o Mar da Palha, Lisboa e a barra do Tejo como via navegável entre a capital e o interior do país e a abundância de recursos naturais fizeram deste lugar o território ideal para a fixação de grandes estaleiros ligados à construção e reparação naval. Os primeiros estaleiros que aqui se fixaram eram pequenos armazéns ligados à construção e reparação naval em madeira junto às praias, onde os artesãos trabalham a céu aberto.

A par do progresso, a utilização do ferro e aço na construção naval em Portugal inicia-se em Cacilhas transformando por completo esta indústria e formando os primeiros artífices nesta especialidade. (Alves, 1983)

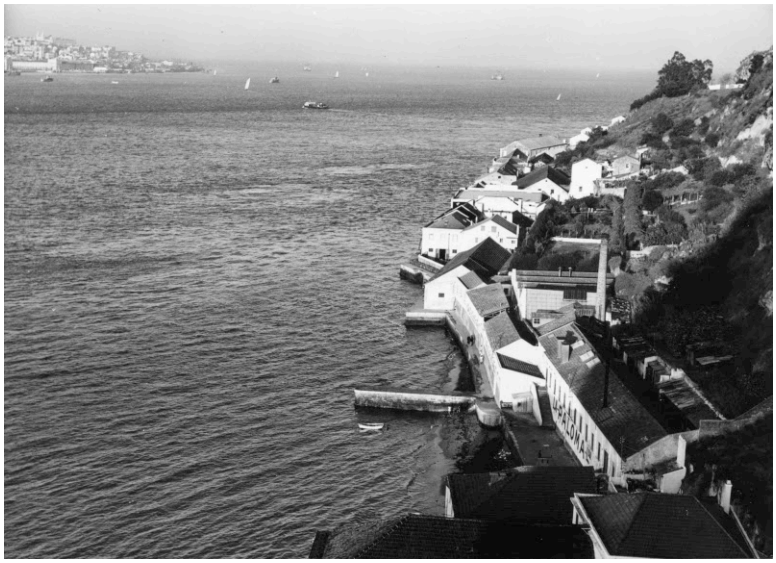
A crescente necessidade de adaptar o cais ao rápido progresso levou o Ministério da Marinha a contratar dois mestres caldeireiros ingleses, Hugo Parry e George Oakley que, em 1860 vêm fundar no Ginjal o estaleiro Parry & Son. Os primeiros barcos que aqui se construíram destinavam-se ao transporte de passageiros, contudo os estaleiros começaram a construir embarcações tanto para a Marinha como para clientes estrangeiros.

O declínio chega a par da crise mundial no setor, conduzindo a empresa à falência em 1986. A Parry & Son abriu caminho para que outras empresas aqui se instalassem, como é o caso da Lisnave (1967-2000), situada na Margueira, a Sociedade de Reparações de Navios no Ginjal (1942-1986) e a Companhia Portuguesa de Pescas no Olho de Boi (1922-1984), entre outras.[47] O cais esteve sempre a par do progresso e fervilhava de atividades que tiveram o seu fim, restando hoje o Arsenal do Alfeite.

[47] LUZIA, Ângela; ESTEVES, Joana; E.SANTOS, Maria José – *Na Rota do Progresso: A Indústria Naval em Almada*, 2012 (p.3).



040. Armazéns no Ginjal, s/ data.



041. Vista sobre os Armazéns La Paloma no Ginjal, década de 1940.



042. Vista sobre o Olho de Boi, década de 1940.

3.2.2 Habitar o Cais

Na órbita destes núcleos existiam habitações que albergavam os trabalhadores empregados nas fábricas que ali se implantaram, provenientes de várias regiões do país. No entanto, a pobreza e a precariedade ainda que, na maior parte dos casos, não fosse extrema, eram uma realidade para quem aqui vivia. A situação agravou-se a par da 2ª Grande Guerra quando o racionamento veio limitar ainda mais o já escasso consumo.

"(...) *vieram de Peniche e viviam ali num barracão, paredes meias com a fábrica, talvez uma dezena de operárias, encamadas naquele exíguo pardieiro, como sardinha em lata."*[48]

O Ginjal é descrito como um *"lugar solitário"* para quem lá habitava por não existir qualquer tipo de comércio ou serviços e "*Quem necessitasse do que quer que fosse haveria de subir a rocha ou ir de volta por Cacilhas."* (Correia, 2000)
Apesar da oferta ser escassa, a restauração é uma das atividades que até hoje prevalece no Ginjal, e que já nesta altura lhe deu mais fama, sendo muitas as pessoas que se deslocavam ao cais propositadamente.
No ginjal existiu também "*uma pensão de mau porte*" [49] que até à hora de almoço era frequentada por trabalhadores do Ginjal.

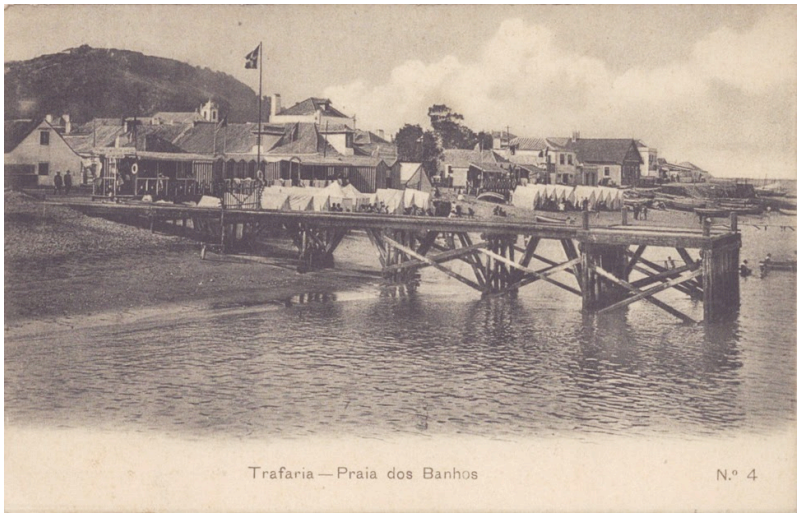
A promessa de conseguir trabalho no cais era muitas vezes uma ilusão e, quando o desemprego calhava ao chefe de família, os dias eram passados ou acabados nas tabernas. O alcoolismo constituiu um grave problema social ao longo do Estado Novo que se estende a todas as faixas etárias, em grande parte, devido ao incentivo do próprio Governo que apelava ao consumo de vinho.
As mulheres apesar de também trabalharem nas fábricas, recebiam menos que os maridos e os seus deveres não terminavam à saída da fábrica; tratavam da lide doméstica e criavam os filhos. As crianças enquanto não tinham idade para frequentar a escola em Cacilhas, vagueavam pelo cais durante o dia. Entretinham-se com tudo e com nada e muitas vezes iam apanhar fruta às Quintas ilicitamente, tanto por necessidade, como por mera brincadeira. Muitas não chegaram sequer a completar o ensino primário.

[48] CORREIA, Romeu *in Memórias do Ginjal* – Centro de Arqueologia de Almada, 2000 (p.33).

[49] A.R. *in Memórias do Ginjal* – Centro de Arqueologia de Almada, 2000 (p.54).



043. Homens e mulheres carregando o vinho Ginjal, s/ data.



044. Praia dos Banho na Trafaria, década de 1900.

"*Rotos, descalços, em dias de calor tudo reduzido a uma tanga, as suas gadelhas tanto desciam ao pescoço como apareciam à máquina zero. (...)*" [50]

Apesar de ser o trabalho a marcar o quotidiano no Ginjal, nos poucos momentos de lazer a atividade de eleição era, e ainda é, a pesca. A par da pesca, a tradição de banhos no cais remonta a tempos anteriores à sua construção, registando-se já no século XIX a existência de uma "*barraca de banhos"* em Cacilhas.[51] Este hábito prevaleceu até ao século XX, sendo a praia mais frequentada a das Lavadeiras, verificando-se um número crescente de banhistas e, perante a frequente prescrição de banhos de mar, o Tejo era mais acessível.

"*senhoras daqui que eram meninas finas (...) pessoas que vinham de Lisboa, também tomavam banho e aprendiam a nadar. Mas era com aqueles fatos antigos, de calça até abaixo, touquinha na cabeça.*" [52]

O Cais do Ginjal foi sempre um lugar de descoberta e ilusão, alimentada por histórias que construíram um imaginário passado de geração em geração com entusiasmo, ainda que muitas vezes não correspondesse à realidade.
O desenvolvimento económico e social do cais baseou-se fundamentalmente no trabalho braçal de homens, mulheres e crianças numa época em que a sua relação direta com o rio era o principal fator de viabilização económica deste lugar.

[50] CORREIA, Romeu – *Os Tanoeiros*, 1976 *in Memórias do Ginjal* – Centro de Arqueologia de Almada, 2000 (p.50).

[51] *O Almadense*, nº45, 16/11/1856 *in Memórias do Ginjal* – Centro de Arqueologia de Almada, 2000 (p.57).

[52] V.G. *in Memórias do Ginjal* – Centro de Arqueologia de Almada, 2000 (p.57).

3.2.3 O Auge e o Declínio

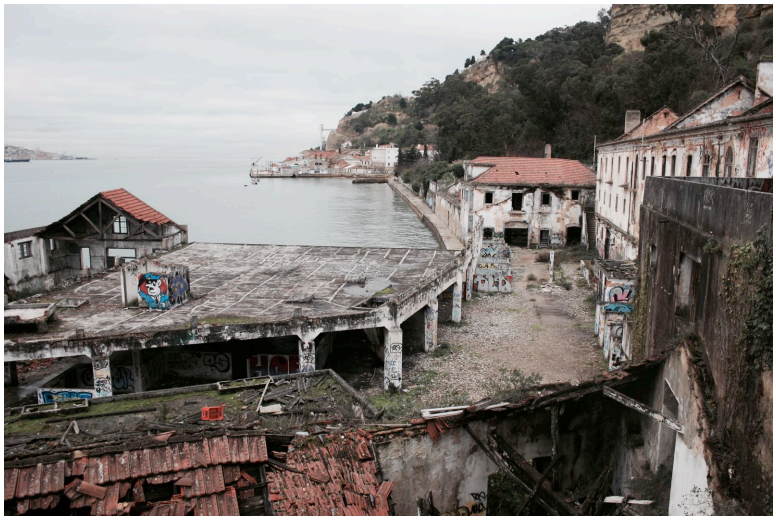
O grande impulso do cais chega quando a família Teotónio Pereira aqui instala em 1845, armazéns de vinho, azeite e vinagre. Os trabalhos nas fábricas distribuíam-se por homens e mulheres; os primeiros tratavam o vinho, enquanto as mulheres lavavam, engarrafavam e rotulavam as garrafas.
Os principais clientes da produção vinícola eram os países do Ultramar, não se limitando às colónias portuguesas, e o Norte da Europa. A expansão comercial da firma atinge o seu auge durante a 2ª Guerra Mundial por não existir concorrência, o que permitiu à família Teotónio Pereira rentabilizar os interesses vitivinícolas destinados ao abastecimento urbano e colonial.
Duas décadas mais tarde, devido ao incremento da concorrência externa e ao desenvolvimento dos transportes terrestres que facilitam a localização dos armazéns mais perto do produtor, a firma e o comércio de vinho na região entraram em declínio.
O cais não conseguiu acompanhar a evolução nas formas de produção e transporte, parou no tempo deixando para trás uma série de infraestruturas de apoio à produção e armazenamento, onde hoje vivem apenas as memórias do ritmo acelerado e da azáfama de outros tempos.

A área de intervenção, mais concretamente a Quinta da Arealva, é enquadrada pelo Tejo a norte e pela arriba a Sul. Hoje pouco resta da mansão senhorial novecentista, posteriormente adaptada e ampliada para apoiar a produção e engarrafamento de vinho. Em 1916 a Quinta foi adquirida pela Sociedade Vinícola do Sul de Portugal, que foi também a última empresa a laborar na frente ribeirinha de Almada, abandonando as atividades neste local na década de 60. Foi aqui que se construíram as adegas da empresa Arealva, Lda, que armazenavam vinho maioritariamente proveniente das regiões do Douro, Dão e Minho e posteriormente exportavam para o Reino Unido.
Apesar do ctual estado de conservação do conjunto, ainda são identificáveis vestígios do traçado original do edifício, estrutura da casa e lagar, bem como elementos patrimoniais e arquitetónicos que se pretendem preservar e integrar. [53]

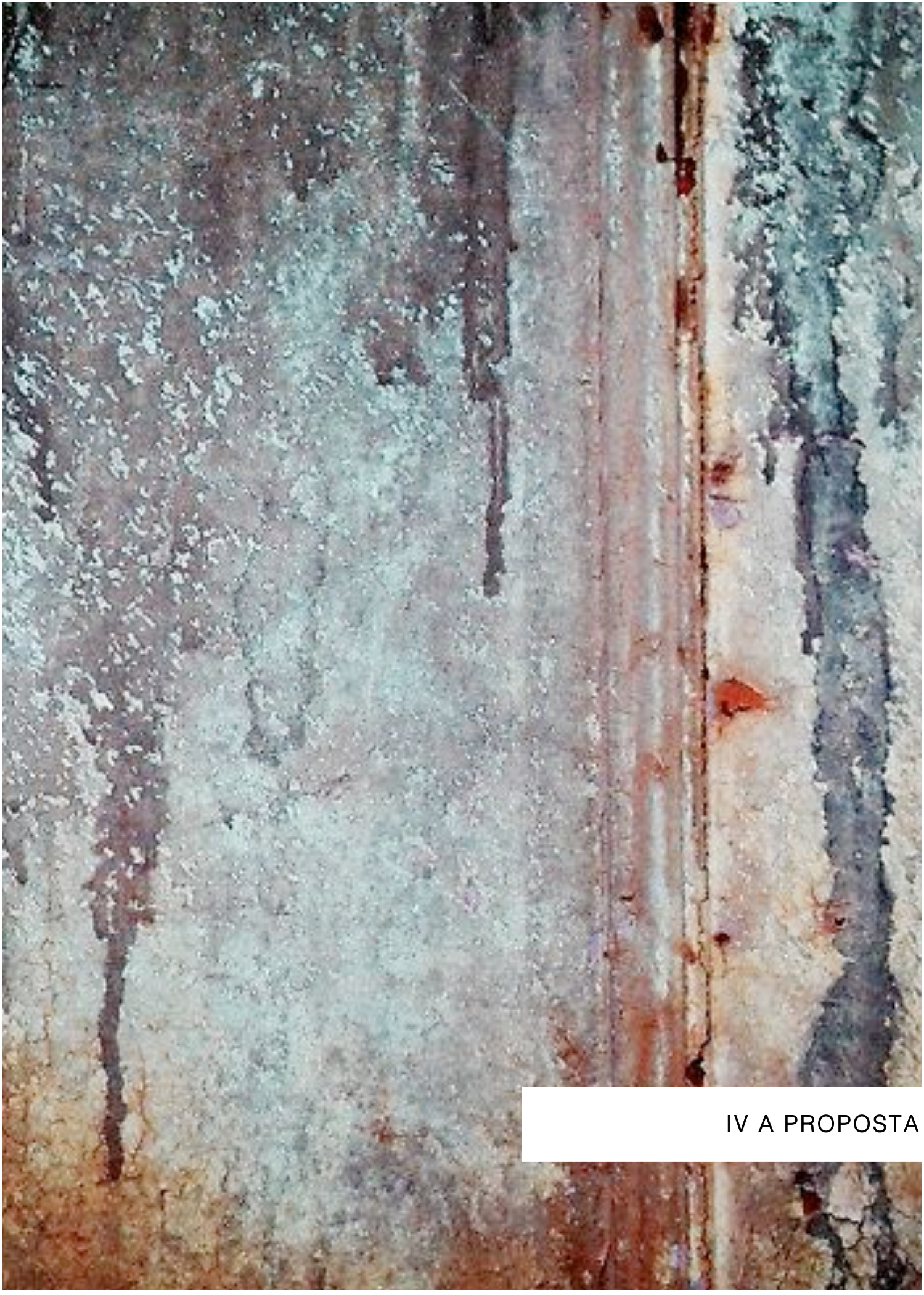
[53] CORREIA, Romeu *in Memórias do Ginjal* – Centro de Arqueologia de Almada, 2000 (p.33).



045. Mansão senhorial do século XIX na Quinta da Arealva; estado atual.



046. Conjunto edificado da Quinta da Arealva; estado atual.



IV A PROPOSTA

4.1 Um olhar sobre o Cais

Este capítulo consiste numa compilação de registos fotográficos captados ao longo do cais, registando o seu estado atual que, apesar de estar ao abandono, é um lugar incomparável pela sua relação com o rio Tejo e com a Arriba que o enquadra a Sul.
Estes registos pretendem captar memórias, pormenores e diferentes ambientes que este lugar com uma notável riqueza paisagística nos oferece, numa tentativa de compreender a singularidade e identidade deste território.

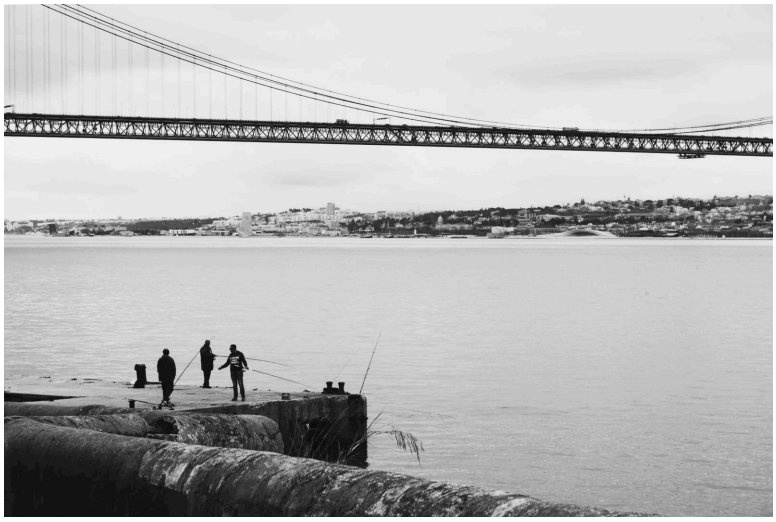
As fotografias são tiradas em dias, horas e estações do ano distintas, captando as cores, texturas, a luz e a sombra, as vivências e hábitos que ainda prevalecem.
Revelam-se os contrastes entre escalas, focando-se a abordagem na relação entre os elementos construídos, como as estruturas industriais existentes e a ruína, e os elementos naturais como a vegetação e o plano de água.

Exploram-se diferentes planos de profundidade em relação à paisagem, bem como perspetivas sobre a cidade de Lisboa, através das estruturas existentes ou de uma forma mais ampla.

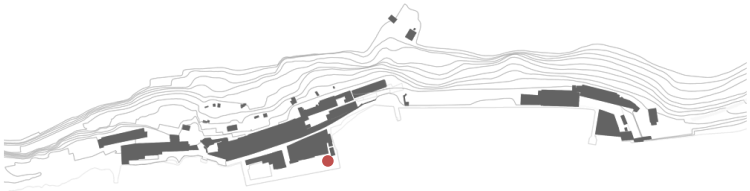
Pretende-se que a fotografia seja um instrumento que permita um melhor entendimento sobre o lugar e as dinâmicas que ainda prevalecem e, sobretudo, que revele o seu potencial através de uma viagem sobre a paisagem.



048. Barco na doca em frente à antiga CPP.

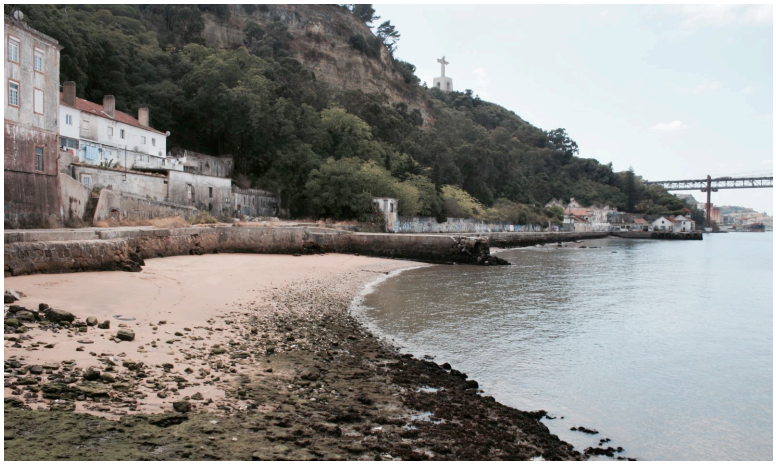


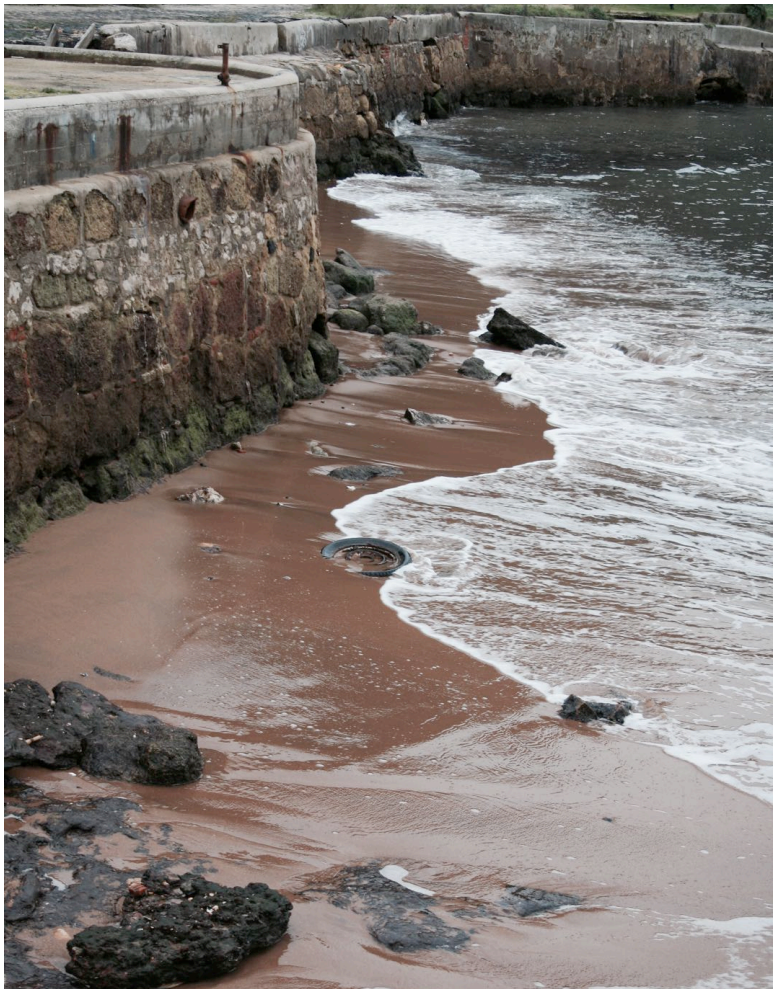
049. Pescadores no Cais.



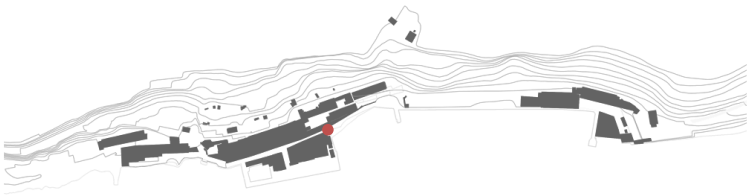
048. 17-01-2018 | Pelo nome de Deus Dará, a embarcação captada na fotografia encontra-se na doca da antiga CPP. Achou-se curioso o nome e o sítio onde esta se encontra, estabelecendo-se um paralelismo entre o estado atual do cais e esta embarcação.

049. 16-01-2018 | Regista-se um grupo de pescadores no Cais. É uma das atividades mais associadas a este lugar e que ainda se verifica, estando o Cais pontuado por pequenos grupos que se dividem entre o convívio e a pesca.

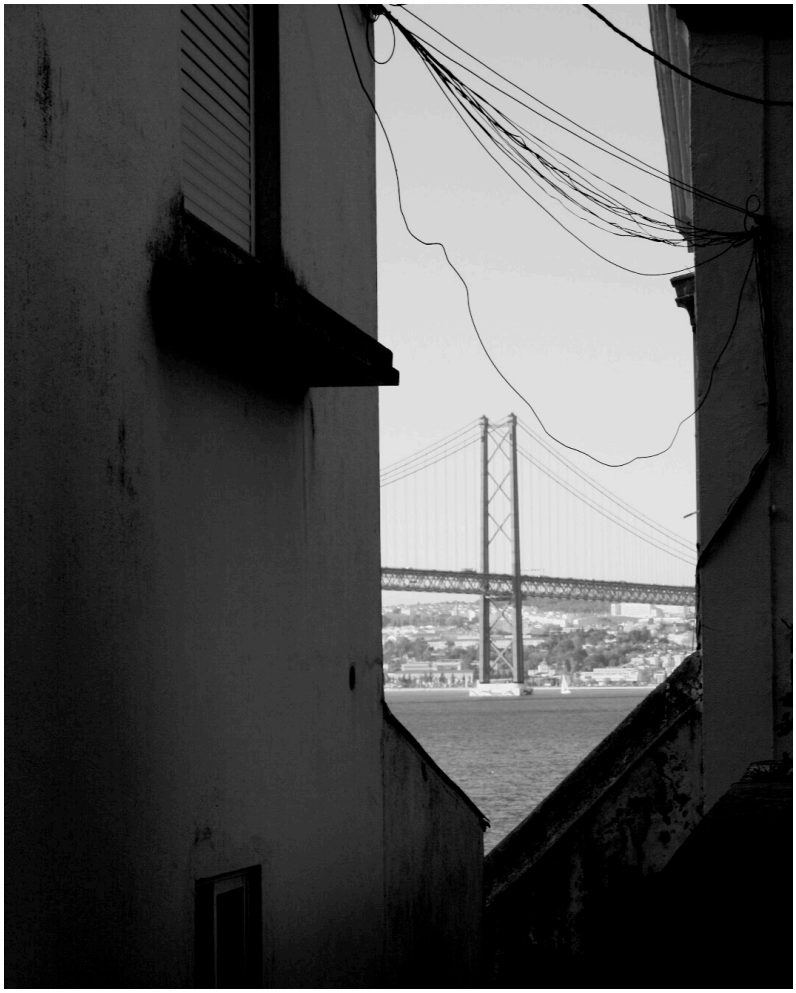




050 / 051. Bancos de areia e pontões.



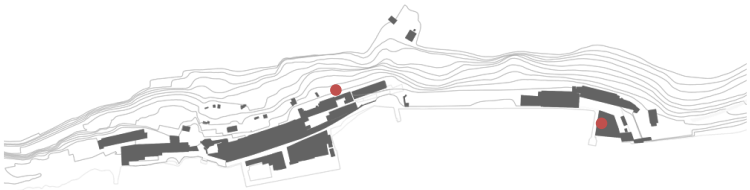
050. / 051. 16-01-2018 | Junto ao limite de circulação pedonal, registam-se as cores de um pequeno banco de areia e a ondulação à margem do Rio Tejo.



052. Ponte 25 de Abril.



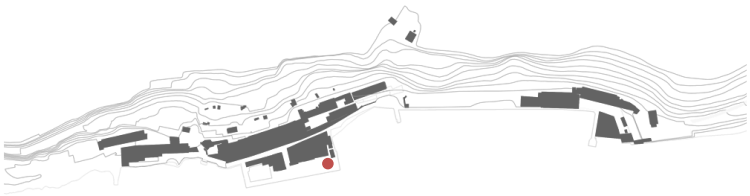
053. Edifício em ruínas na Quinta da Arealva.



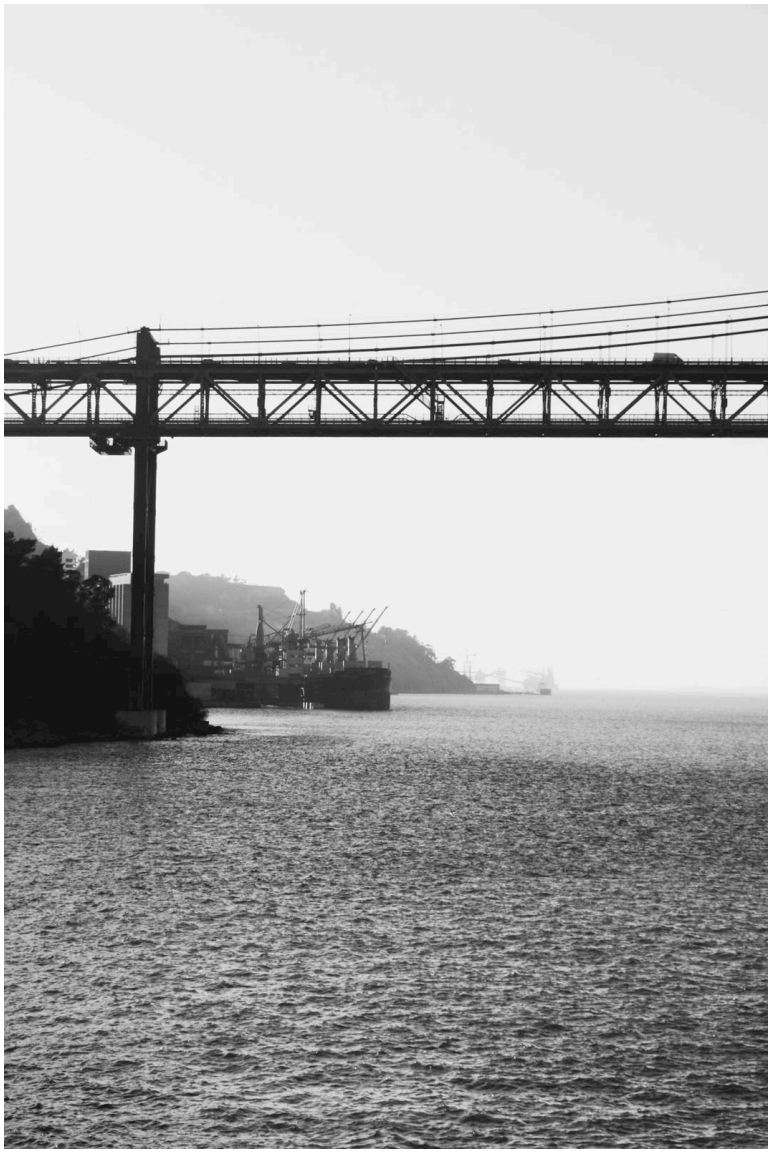
052. / 053. 23-09-2017 | Vista sobre Lisboa através de um edifício em ruínas na Quinta da Arealva e sobre a ponto na área que contém as habitações. Ao longo do cais são vários os momentos em que se pode olhar Lisboa e a Ponte 25 de Abril enquadradas pela ruína e pelas edifícios existentes.



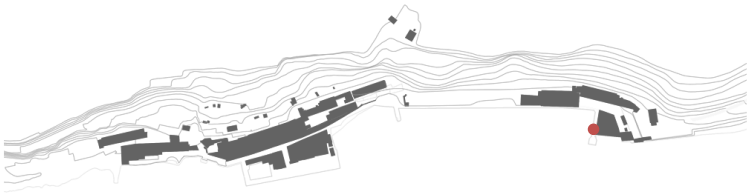
054. Fotografia tirada a partir da doca em frente à antiga CPP.



054. 17-01-2018 | Regista-se em contra luz a sombra projetada ao fim do dia por uma das várias estruturas de grandes dimensões na doca da antiga Companhia Portuguesa de Pescas em frente à Caldeiraria.



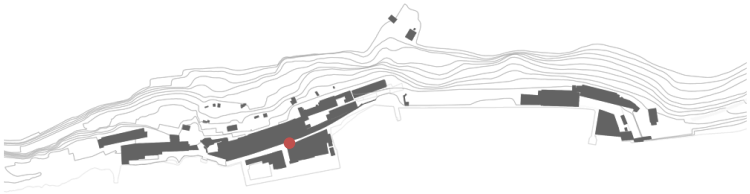
055. Fotografia tirada a partir da Quinta da Arealva; barco atracado na Refinaria Tagol.



055. 17-01-2018 | Ao pôr do sol, no limite de um pontão com vista sobre a ponte, captou-se o atracar desta embarcação de dimensão considerável junto aos silos de cereais da refinaria, registando-se a ainda, a forte presença industrial junto à margem do Tejo.



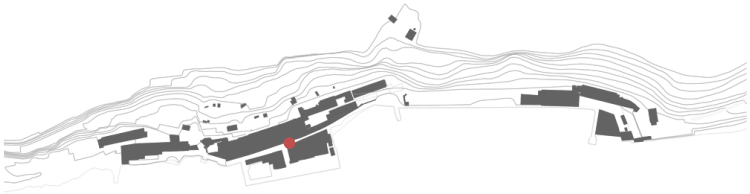
056. Fotografia tirada em frente à antiga CPP.



056. 17-01-2018 | Registo da cablagem da rede elétrica entre a Companhia Portuguesa de Pescas e o edifício em frente, formando um corredor coroado por cabos.



057. Vista sobre o Cristo Rei; Fotografia tirada em frente à antiga CPP.



057. 17-01-2018 | A neblina e a humidade que se faziam sentir neste fim de tarde ensolarado pintaram um manto de luz sobre o monumento do Cristo Rei, criando vários planos de profundidade sobre a paisagem.





058. / 059. – Fotografias da vegetação.



058. / 059. 09-02-2017 | Neste dia chuvoso, captaram-se as cores e texturas da vegetação existente na área habitacional junto a um muro de suporte em pedra.

4.2. Estratégia Urbana | O que se mantém, o que se anula

Após ter sido esboçada a intencionalidade da proposta, considera-se que para a preservação e salvaguarda de certos valores, é necessário a demolição e anulação de certas estruturas e elementos construídos. Atualmente, alguns destes elementos que compõem este território são dissonantes, na medida em que se construíram sem ter em conta as características do lugar, o enquadramento na paisagem, a relação com o rio e com o património industrial.
Os elementos pré-existentes que se optou por preservar entendem-se ser aqueles que vinculam a memória e a identidade deste lugar.

Entende-se que o antigo edifício da CPP e os volumes adjacentes (1), apesar de se encontrarem em mau estado de conservação, dada a sua dimensão considerável e por ainda ser bastante percetível o seu traçado a nível da fachada Norte, constituem um elemento identitário deste lugar e uma oportunidade de intervenção com vista à salvaguarda e preservação do Património Industrial existente nesta área.
Pretende-se igualmente a conservação do edifício imediatamente em frente à CPP que antes albergava os escritórios da Companhia (2) que, ainda que não mantenha a função original, encontra-se ocupado por particulares.

É eliminado o edifício correspondente à Caldeiraria (3) e algumas construções abarracadas que o precedem, dada a sua descaracterização. Apesar de se encontrar em uso por particulares ligados à metalurgia, considera-se não ter nenhuma característica arquitetónica que importe preservar. Este elemento possui um protagonismo imoderado sobre a paisagem pela sua dimensão e localização muito perto da margem, obstruindo a vista sobre o rio, sendo um elemento de rotura na relação entre a frente construída e o sentido de contemplação que se pretende do Tejo.

Anula-se a correnteza de habitações que existe a uma cota superior, dada a sua descaracterização e à falta de coerência nas fachadas. São propostos novos módulos de habitação que se consideram estar mais integrados na paisagem, centrando-se a intervenção também no redesenho de acessos entre a cota de circulação junto ao rio e a cota das habitações. (4)

Quanto à área da Quinta da Arealva, onde se centra a intervenção a uma escala de detalhe, são mantidos e reabilitados os edifícios que pontuam a chegada ao lugar que, apesar do estado de ruína em que se encontram atualmente, restando apenas as fachadas e alguns elementos pré-existentes no interior, a nível formal se encontram num diálogo muito próximo com a mansão senhorial do século XIX. (5) Este último será o principal elemento que se pretende conservar pela sua dimensão e pelo seu testemunho na cultura e na história deste lugar. Encontra-se atualmente em estado de ruína apresentando apenas as quatro principais fachadas, onde ainda se nota o ritmo de vãos e o traçado arquitetónico. (6)

As estruturas que se anulam nesta área são os edifícios situados no topo Oeste e Norte, correspondentes aos antigos lagares e estruturas adjacentes que se encontram em ruínas, por constituírem uma barreira visual com rio e a cidade de Lisboa. Considera-se que a área onde estão implantados tem um papel preponderante no desenho de novas relações com a frente de água. (7)

Pretende-se que através da análise elaborada quanto ao estado de conservação e valor patrimonial do edificado neste território, se clarifiquem as decisões tomadas, quanto ao que se mantém e reabilita e ao que se anula, com vista à sua consolidação tanto a nível urbano como à preservação e manutenção da sua memória e identidade.

Legenda:

- Bom
- Médio
- Mau
- Ruína

Planta do estado de conservação do edificado | Esc. 1:5000 N

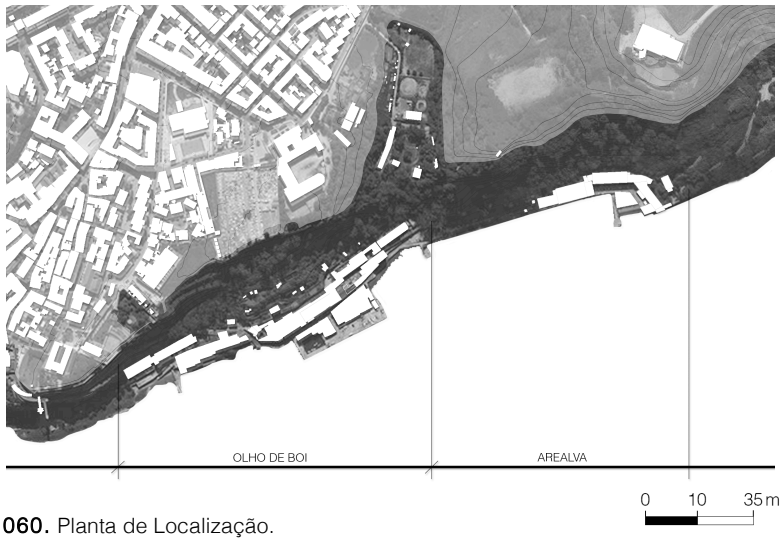
Legenda:

- Manter
- Demolir

Planta do edificado a manter / demolir | Esc. 1:5000

N

4.3 Programa e Conteúdos



060. Planta de Localização.

Numa primeira fase as intervenções propostas para a área do Olho de Boi não se materializam a uma escala de detalhe, tendo como intenção apenas, a requalificação urbana deste espaço e clarificação do valor patrimonial de certos edifícios. As novas propostas contemplam questões volumétricas, sugerindo-se novos usos que se pensam ser pertinentes para este lugar.
Tendo em consideração a instabilidade da arriba que remata a área de intervenção a Sul, optou-se por não projetar novas vias de circulação rodoviária nem prolongar as existentes, numa tentativa de preservar a cobertura vegetal e minimizar os movimentos de terras.
A diversidade de usos é outro fator que se pensa ser importante, não só em termos de viabilidade financeira, mas também por atrair diferentes tipos de consumidores e tornar esta área mais atrativa e transversal.

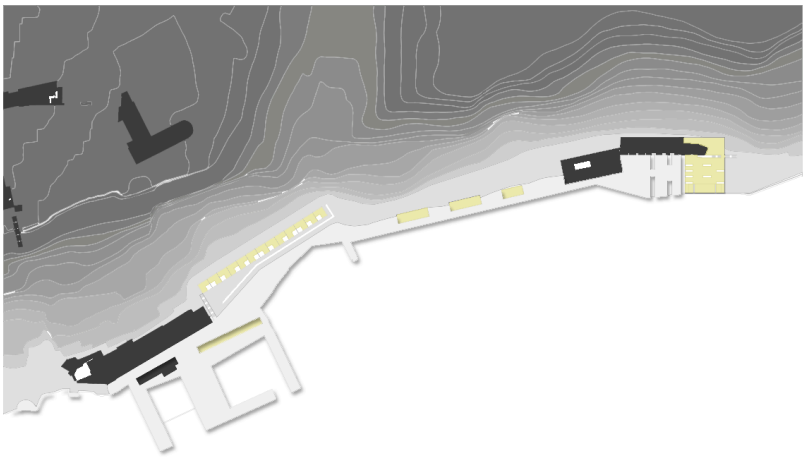
O programa proposto para a antiga Companhia Portuguesa de Pescas passa por uma extensão do núcleo museológico já existente na área. Pelo seu valor patrimonial e papel na história do lugar, bem como pela sua dimensão considerável, pensa-se ser um espaço ideal para acolher tanto exposições permanentes, como temporárias que se relacionem com o espaço expositivo do atual Museu Naval de Almada. É proposta a reabilitação ao nível das fachadas, mantendo-as o mais fiel possível ao original.

Para o novo volume que se desenha na área da antiga Caldeiraria sugere-se um novo núcleo do Clube Náutico de Almada que, em tempos, funcionava neste local, mudando as

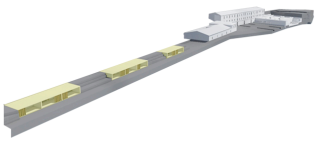
suas instalações posteriormente para a zona de Cacilhas onde permanece até hoje.
Propõe-se o redesenho da plataforma onde se implantam estes volumes, dado o seu estado atual de degradação, aumentando-a, propondo uma rampa para barcos e uma área onde embarcações mais pequenas possam atracar.
Ao nível do pavimento, propõe-se o nivelamento dos blocos de basalto que constituem o pavimento existente, facilitando a circulação pedonal. São desenhados também novos acessos à área habitacional, facilitando a circulação entre cotas.

Legenda:

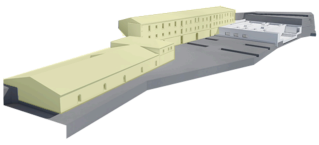
Volumes Existentes
Volumes Popostos



061. Planta de volumes existentes e propostos.



062. Núcleo de restauração.



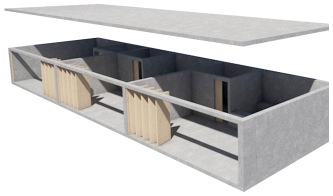
063. Edifício do hotel.



064. Edifício das termas.

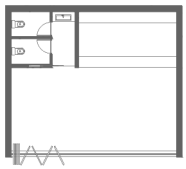
A uma escala de detalhe, o programa proposto divide-se assim em três partes distintas:
Numa primeira fase propõe-se um novo núcleo de restauração, inserida nuns módulos que se estendem ao longo da última parte do percurso de chegada à Quinta da Arealva. Não foram colocadas guardas ao longo do percurso, mantendo-o fiel ao existente, reabilitando apenas o pavimento, visto que este se encontra bastante degradado.
Optou-se por não criar um aterro que servisse de zona de esplanada, evitando a conquista ao rio, antes projetando o módulo de forma a que o próprio espaço coberto seja a zona de esplanada e se abra ao percurso e à frente de água, diluindo a noção de interior e exterior. Estes módulos são desenhados em betão à vista, com uns painéis de madeira que se recolhem para que estes espaços se abram sobre o rio.
A nível de desenho urbano, optou-se por redesenhar a plataforma onde se implantam, não só os edifícios pré-existentes, como o novo volume proposto, dado que esta se encontra num avançado estado de degradação. Considerou-se

assim necessário, repensar o limite e redesenhar o toque da terra com o rio.
Os espelhos de água que se desenham na praça pretendem manter uma relação visual com o rio em pontos estratégicos relacionados com a entrada para a arcada que antecede a entrada no hotel. O ultimo espelho de água que se encontra paredes meias com o edifício das termas, pretende desvendar a quem circula na praça o programa termal, visto que o edifício se encontra encerrado sobre si, aberto apenas ao rio.



065. Modelo tridimensiona dos módulos de restauração.

Posteriormente é proposto um hotel de apoio às termas no espaço que resta da antiga mansão senhorial do século XIX e nos dois edifícios adjacentes. Optou-se por reabilitar este edifício, uma vez que, apesar do notável estado de degradação em que se encontra, ainda apresenta vestígios do traçado inicial. Assim, o principal objetivo foi a conservação da traça original da fachada Norte, alterando apenas a configuração dos vãos ao nível do piso térreo, deixando que o existente ditasse a organização interior.



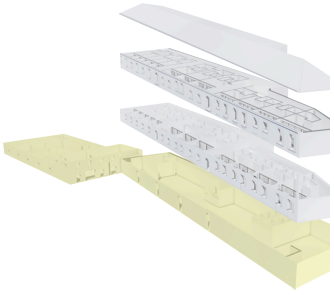
066. Planta do módulo de restauração. Esc. 1:400.

Optou-se por fazer da fachada existente, uma espécie de “pele“ que evolve o novo núcleo construído, afastando a construção nova da pré-existência, criando varandas na zona dos quartos, onde é possível espreitar o rio através dos vãos originais.
Desenhou-se o mesmo recuo ao nível do piso térreo, criando assim, uma arcada que permite a circulação abrigada, tanto no acesso ao hotel, como ao edifício onde se encontram as termas.
O edifício é composto por três pisos, existindo dois núcleos de acessos verticais aos pisos superiores que foram estrategicamente colocados em relação a zonas que consideraram excecionais na fachada pré-existente. Tanto o piso térreo, como o primeiro piso encontram-se semi-enterrados, existindo apenas a fachada Sul no último piso.



067. Diagrama da fachada.

O piso térreo contém as funções comuns e áreas técnicas necessárias ao funcionamento do hotel. À entrada encontra-se o balcão de receção e uma zona de circulação destinada apenas a funcionários. Este corredor estabelece a ligação entre as áreas técnicas e a zona de balneários destinados ao staff, existindo ainda uma ligação à receção do edifício das termas. No piso térreo encontram-se também as zonas de estar, a área do bar, bem como a parte de restauração do hotel, administração, salas polivalentes e um auditório.

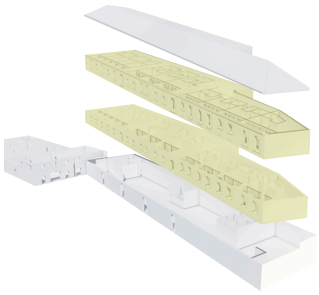


068. Diagrama do piso térreo.

Os dois pisos superiores contêm a zona dos quartos, rematados num dos topos por áreas de arrumos e monta cargas. Desenharam-se 8 quartos individuais, 10 quartos duplos e 6 triplos, 24 no total, sendo a entrada dos quartos recuada, em relação ao corredor de circulação.



069. Planta do Piso 1 – Hotel.



070. Diagrama dos pisos 1 e 2.



071. De cima para baixo: quarto duplo, triplo e individual | Esc. 1:400.

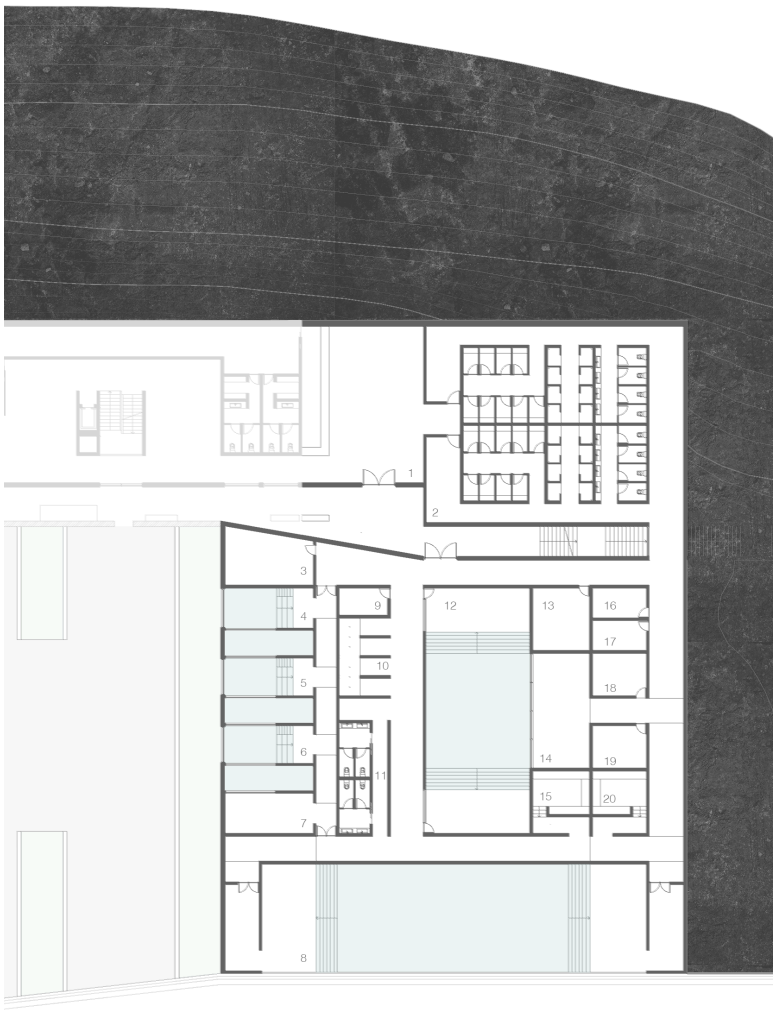
Os quartos individuais apresentam uma configuração semelhante aos duplos; à entrada encontra-se a instalação sanitária que está dividida em duas áreas para que possa ser utilizada simultaneamente (no caso dos quartos duplos). Transposta a zona de entrada no quarto, chega-se à zona de dormir, onde se encontra uma pequena área de trabalho.
No caso dos quartos triplos, a zona de águas faz a separação entre a cama individual, junto à zona de entrada e a cama dupla, para que seja possível ter alguma privacidade.
A entrada de luz é feita através, não só da varanda fruto do recuo em relação à fachada pré-existente, como também de um vazio criado com o intuito de funcionar como uma “coluna de luz”, que se estende até a cobertura do edifício.
O segundo e último piso é igual ao piso intermédio, com a particularidade de se encontrar de nível a um caminho pedonal existente à cota 11. Tirou-se partido deste facto para desenhar entradas de luz na fachada Sul que iluminassem a zona de circulação.

Numa tentativa de remeter a um passado distante através da recuperação e salvaguarda das memórias e hábitos associadas a este espaço, propõe-se a criação de umas termas no extremo da área de Intervenção, que remata a Quinta da Arealva.
A tradição de banhos neste território remonta a tempos anteriores à sua edificação, por isso a escolha do programa prende-se com a longa história e a estreita relação que esta área tem com o rio, e na esperança de que este reative esta relação.



072. Perspetiva do conjunto.

Em termos volumétricos, optou-se por cingir o objeto a um piso, alinhado à cota do piso térreo do volume pré-existente e, implantou-se o edifício das termas na área onde termina a Quinta, dando continuidade à ideia de uma praça que remata um percurso e para que de Lisboa se continue a poder olhar a mansão senhorial, agora reabilitada.
O projeto desenhou-se de dentro para fora, seguindo o modelo programático das termas romanas e tendo especial consideração pela relação dos tanques principais e com o rio Tejo.



073. Planta do piso térreo – Termas. Esc. 1:400.

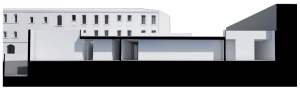
1.Receção **2.**Balneários **3.**Enfermaria **4.**Caldário **5.**Tepidário **6.**Frigidário **7.**Sala de repouso **8.**Piscina exterior **9.**Toalheiro **10.**Duches de jato **11.**I.S **12.**Piscina interior **13.**Sala de tratamento **14.**Zona de repouso **15.**Sauna **16.**Sala de tratamento **17.**Sala de tratamento **18.**Sala de massagens **19.**Sala de massagens **20.**Banho turco.



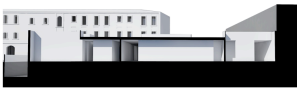
074. Diagrama das entradas de luz zenital.



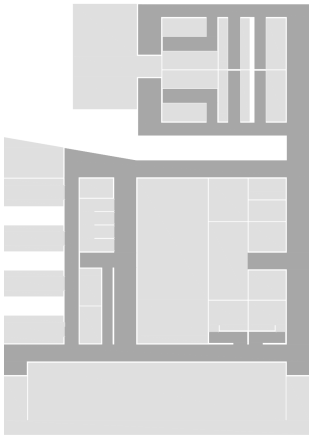
075. 9:00 horas.



076. 12:00 horas.



077. 16:00 horas.



078. Diagrama das zonas de circulação.

A luz natural tem um papel fundamental na construção deste espaço. Optou-se por desenhar as entradas de luz zenital, de forma a que estas marquem a entrada em certas áreas ou evidenciem zonas de tensão e transição entre espaços. A luz é, neste caso, um elemento tão importante como a escolha da materialidade ou até a própria água, sendo uma das premissas deste projeto, controlar a luz natural para que esta seja capaz de causar sensações através da sua presença ou da sua ausência.

A entrada no edifício pode ser feita tanto pelo interior do hotel como pela arcada, para que exista uma interdependência funcional entre os dois programas e para que o usufruto das termas não se cinja aos hóspedes do hotel. A receção das termas é, portanto, um espaço comum aos dois programas. Desenhou-se também um acesso em escada à cobertura do edifício e à cota 11, onde se encontra o estacionamento.
Transposta a zona de recepção, seguem-se os balneários, masculino e feminino, onde se optou por criar uma espécie de cabines, em vez do comum sistema de cacifos, o que permite uma maior privacidade ao utilizador.

Existem duas salas de massagem destinadas a tratamentos complementares aos rituais termais que antecedem a entrada para uma zona de repouso e relaxamento que olha sobre a piscina interior.

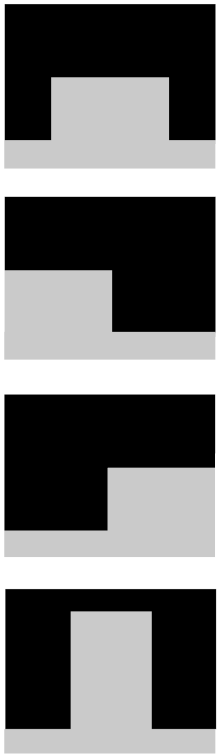
Os espaços destinados à sauna e ao banho turco encontram-se numa área que antecede a piscina exterior. Estas áreas consistem em dois compartimentos simétricos com entradas resguardadas da área de circulação. Estes espaços encontram-se a uma cota mais baixa, criando um pé direito mais elevado.

No centro do edifício encontra-se um dos tanques de maior dimensão, coberto, e as respetivas zonas de permanência iluminadas estrategicamente por entradas de luz zenital.
Depois da zona do toalheiro, entre a área com os tanques de água a diferentes temperaturas e a zona de circulação que dá acesso à piscina interior, encontra-se uma área destinada aos duches de jato. A entrada neste espaço faz-se através da passagem entre umas “lâminas” de betão que, não só separam esta área do corredor de circulação, como podem ter umas peças que permitam pendurar a toalha, enquanto se usufrui do duche. A área do duche, encontra-se a uma cota inferior da zona de circulação permitindo o eficiente escoamento de água.

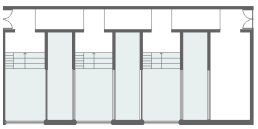
Transposta esta área, existem instalações sanitárias masculinas e femininas.
À semelhança dos espaços que constituíam o monumento termal romano, desenharam-se três tanques, ligados por um corredor de circulação com pequenas diferenças de cota que marcam as entradas nos diferentes espaços, com águas a diferentes temperaturas. Estes espaços são intercalados por espelhos de água a céu aberto que, não só permitem a entrada de luz natural, como estabelecem uma continuidade visual com o plano líquido entre tanques. O primeiro, o Caldário, é o tanque com a água mais quente. Segue-se o Tepidário com a água a uma temperatura amena e, por último, o Frigidário, o tanque com água mais fria. Depois destes três espaços existe ainda uma zona de repouso que antecede a área da piscina exterior.

O último espaço que remata a relação ente o edifício e a frente de água é a piscina exterior. Quando se transpõem as portas que estabelecem a relação com a zona exterior, optou-se por colocar paredes adjacentes ao limite do tanque que constituem um último obstáculo visual antes de o utilizador ter a privilegiada vista sobre o rio. Desenhou-se a piscina paralelamente ao rio para que nunca se perdesse, antes se prolongasse o contacto visual com este elemento. Assim, mesmo nas zonas de repouso, preserva-se sempre a vista sobre o Tejo.

Quanto à materialidade, este volume projeta-se em betão à vista no seu interior, numa intenção de que exista um contraste entre a rudeza do betão quase cru, ainda com as cofragens à vista e a fluidez do elemento líquido.



079. Estudo elaborado a partir de esquissos sobre a posição do tanque principal em relação ao rio.



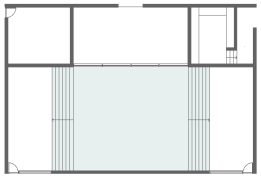


080. Caldário.



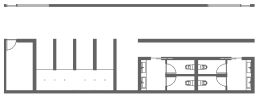
081. Corte perspetivado do caldário, tepidário e frigidário.





082. Vista da sala de repouso junto à piscina interior.





083. Vista da zona junto aos duches de jato.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Cais do Ginjal é um reflexo da transformação da paisagem pela obsolescência industrial que aqui deixou a sua marca de forma vincada. Hoje, restam fragmentos desta existência, contentores de memórias e fruto da sobreposição dos diferentes tempos que aqui atuaram.

A incidência do trabalho sobre as problemáticas ligadas ao abandono e degradação das frentes de água pós-industriais, focando-se em questões que se prendem com a transformação da paisagem e da valorização da memória construída, surge numa tentativa de encontrar soluções para a revitalização destes espaços expectantes.
A investigação elaborada quanto à contextualização histórica foi preponderante na elaboração da proposta e na escolha do programa, permitindo uma compreensão de fundo sobre este território e o valor patrimonial dos elementos construídos que o compõem. Identificadas as linhas estratégicas de atuação que regem a intervenção, considera-se que se encontraram soluções que contribuem para a coesão dos tecidos construídos, do desenho do espaço público, e para a valorização do património industrial existente.

A proposta teve como principal premissa o desenho e estruturação de espaços a partir da água, sendo este o elemento catalisador que assume o papel de destaque ao longo não só de grande parte da investigação, analisando as múltiplas valências deste elemento, como também no desenho da estratégia para o espaço público e objeto arquitetónico.

Neste sentido, espera-se que o programa proposto seja capaz de recuperar e salvaguardar as memórias e práticas associadas a este lugar que entretanto se perderam no tempo, reativando a estreita relação deste lugar com a margem, enquadrando-o num contexto de futuro.

VI BIBLIOGRAFIA

AAVV - *Memórias do Ginjal* – Centro de Arqueologia de Almada, 2000.

AAVV - *Rehabitar en nueve episódios*, ep.1, Barcelona, 2010.

AGUIAR, José – *Reabilitação Urbana: Problemas e Oportunidades*, (s/d).

ALVES, Eduardo – *Construção e Reparação Naval*, Jornal de Almada, 11 de Março de 1983.

BORGES, Henrique – *URBEX – Incursão*, 1ª Edição, Lisboa, 2018.

BUSQUETS, Joan - *Los Waterfront de nuevo una prioridade urbanística in Ciudades, Portos e Frentes de Água Mediterraneo,* nº 10-11, UNL, Lisboa, 1997.

CAVACO, Cristina – *Formas de Habitat Suburbano. Tipologias e Modelos Residenciais na Área Metropolitana de Lisboa*, Tese de Doutoramento em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura. Universidade Técnica de Lisboa, 2009.

CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, 2ª Edição, Editora: Edição 70, Lisboa, 2008.

COSTA, João Pedro – *Urbanismo e Adaptação às Alterações Climáticas: As Frentes de Água*, Editora: Livros Horizonte, 2013.

DIAS COELHO, Carlos (coord.) - *O Tempo e a Forma – Cadernos Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa*, Editora: Argumentum, 2014.

FERREIRA, Tiago Luís do Vale – *Cidades Criativas: Projetar em áreas abandonadas ou deprimidas para uma revitalização social, cultural e económica: O caso da Cova do Vapor a Cacilhas*, Tese de Mestrado em Arquitetura – Especialização em Planeamento Urbano e Territorial, Faculdade de Arquitetura de Lisboa, 2013.

FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge – *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Editora: Livros Horizonte, 1999.

HAUSER, Sigrid; ZUMTHOR, Peter – *Therme Vals*, Editora: Scheidegger & Spiess, 2011.

JACOBS, Jane – *Morte e Vida das Grandes Cidades*, 1ª Edição, 2000.

LOURO, Margarida – *Memória da Cidade Destruída: Lisboa/ Chiado-Berlim-Sarajevo*, Editora: Caleidoscópio, 2016.

LUZIA, Ângela (coord); COSTA, Ana; NUNES, Margarida – *Ver Almada Crescer: 10 Anos do Museu da Cidade*. Divisão de Museus e Património Cultural / Museu da Cidade, Câmara Municipal de Almada, 2013.

LUZIA, Ângela; ESTEVES, Joana; E.SANTOS, Maria José – *Na Rota do Progresso: A Indústria Naval em Almada*, 2012.

LYNCH, Kevin – *A Imagem da Cidade*, Editora: Edições 70, Lisboa, 1960/1989.

MANGORRINHA, Jorge – *Á Volta das Termas*, 2002.

MEYER, Han - *City and Port: Urban Planning as a Cultural Venture in London, Barcelona, NewYork and Rotterdam: Changing Relations Between Public Urban Space and Largescale Infrastructure*, Utrecht : International Books, 1999.

MONTEIRO, Ricardo Rica Soares - *A Fábrica Do Ginjal: Abordagem no Contexto de Intervenções Arquitetónicas no Existente,* Dissertação/ Projeto para obtenção do Grau Mestre em Arquitetura de Interiores, Faculdade de Arquitetura de Lisboa, 2014.

MOORE, Charles W. – *Water and Architecture*, Editora: Thames & Hudson, 1994.

OCHOA, Rita – *Espaço Público e Frente de Água [repensar o limite]*. Disponível em: https://ubi.academia.edu/RitaOchoa, (s/d).

OCHOA,Rita; QUINAS,David - *Cidade, Espaço Público e Frente de Rio*. Projeto de Regeneração em Ribeira de Santarém, 2015.

PORTAS, Nuno - *Água: Cidades e Frentes de Água*, 12ª ed. Porto : FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade Porto, 1998.

Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal e Identificação dos Principais Fatores de Evolução do Município – Direção Municipal de Planeamento e Administração do Território – Dezembro de 2008.

Relatório Final do Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário Nacional do Cristo Rei - CEDRU, Junho 2011.

SANTOS, António Maria A. – *Arqueologia e História*, Volume 52, Editora: Colibri, Lisboa, 2000.

TICCIH – Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial, 2003.

VINAGRE, Miguel Nuno Pereira - *Do Obsoleto à Transformação: Reflexão Crítica sobre Arquitetura Industrial no Ginjal, Volume um: Análise do Obsoleto*, Tese de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017.

ZUMTHOR, Peter – *Atmosferas*, 2006.

WEBGRAFIA

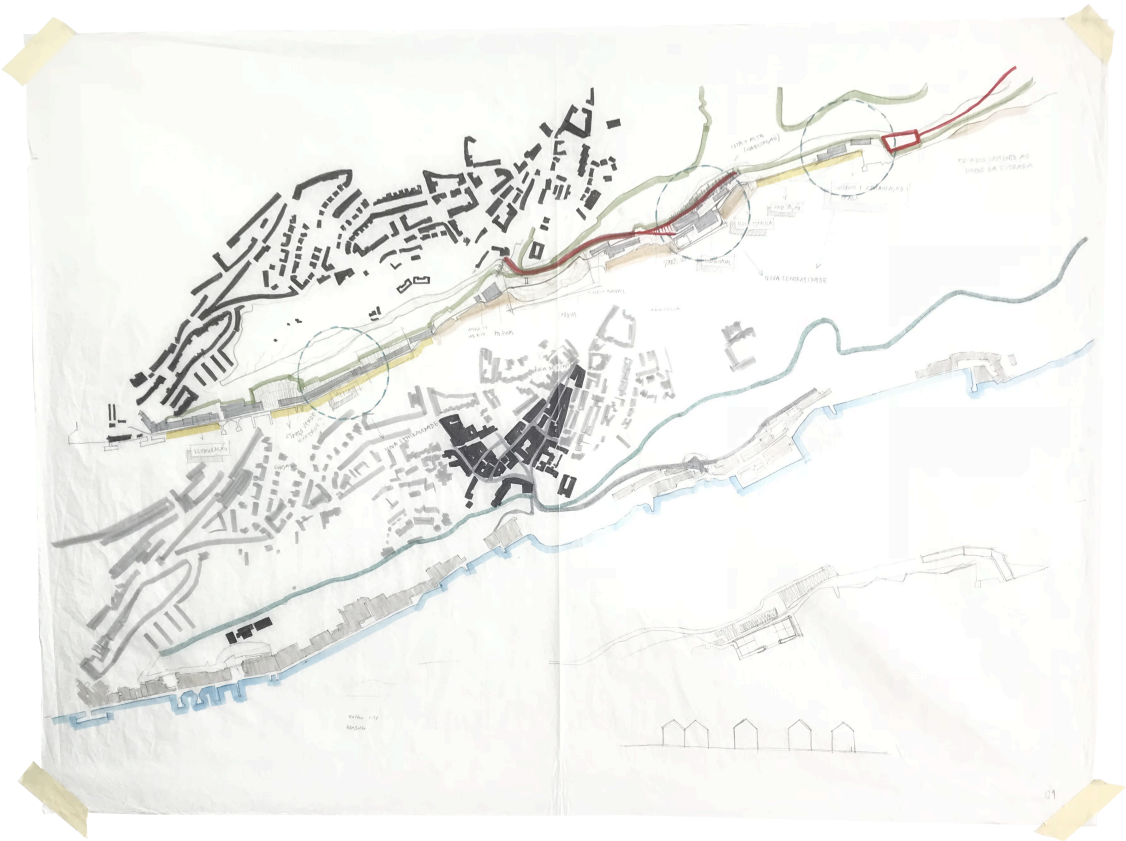
Site do Jornal Observador - https://observador.pt/2016/05/09/lisboa-as-primeiras-imagens-raras-da-ponte-25-abril/ (data de consulta: 5 de Setembro de 2018).

http://www.mataderomadrid.org/prensa.html (data de consulta: 4 de Outubro de 2018).

http://www.archdaily.com.br/ (data de consulta: 3 Outubro 2017).

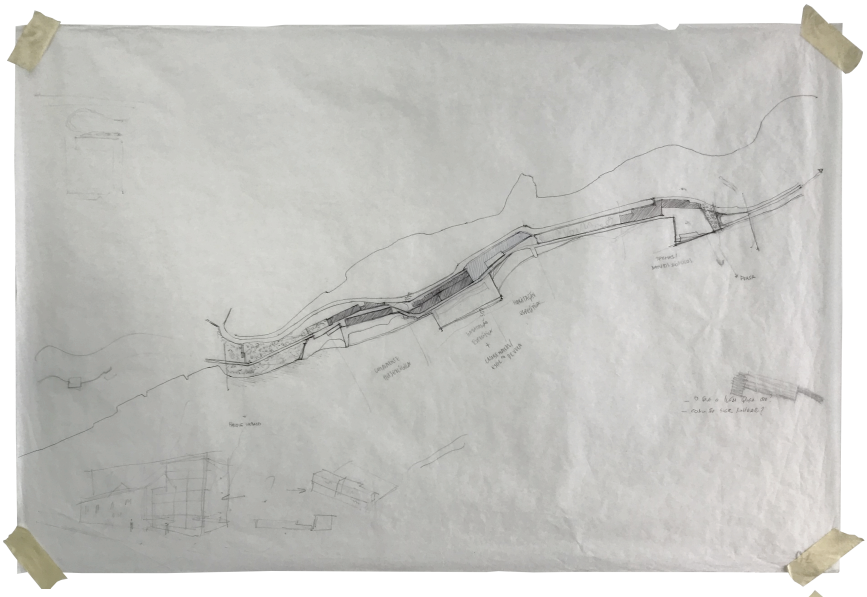


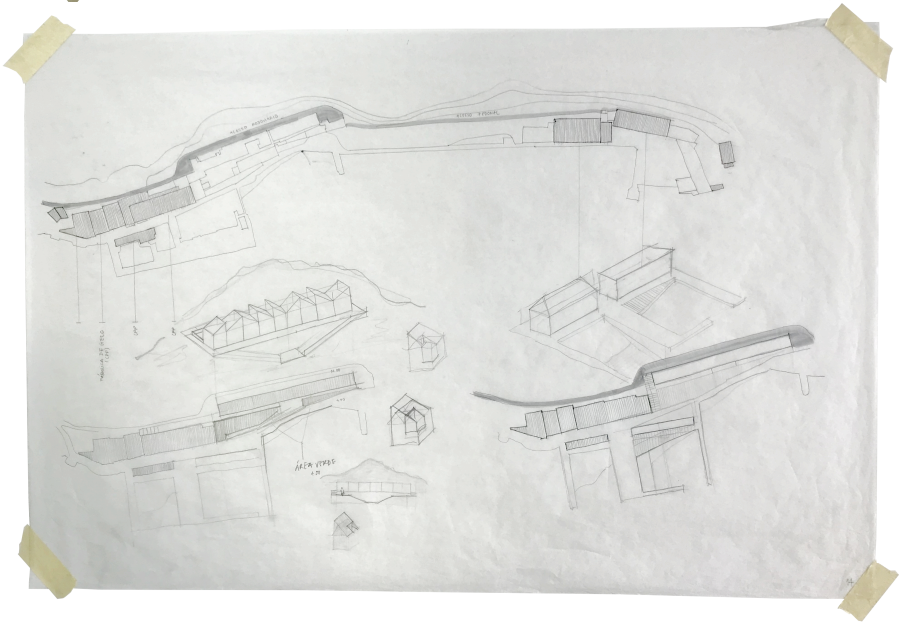
VII ANEXOS

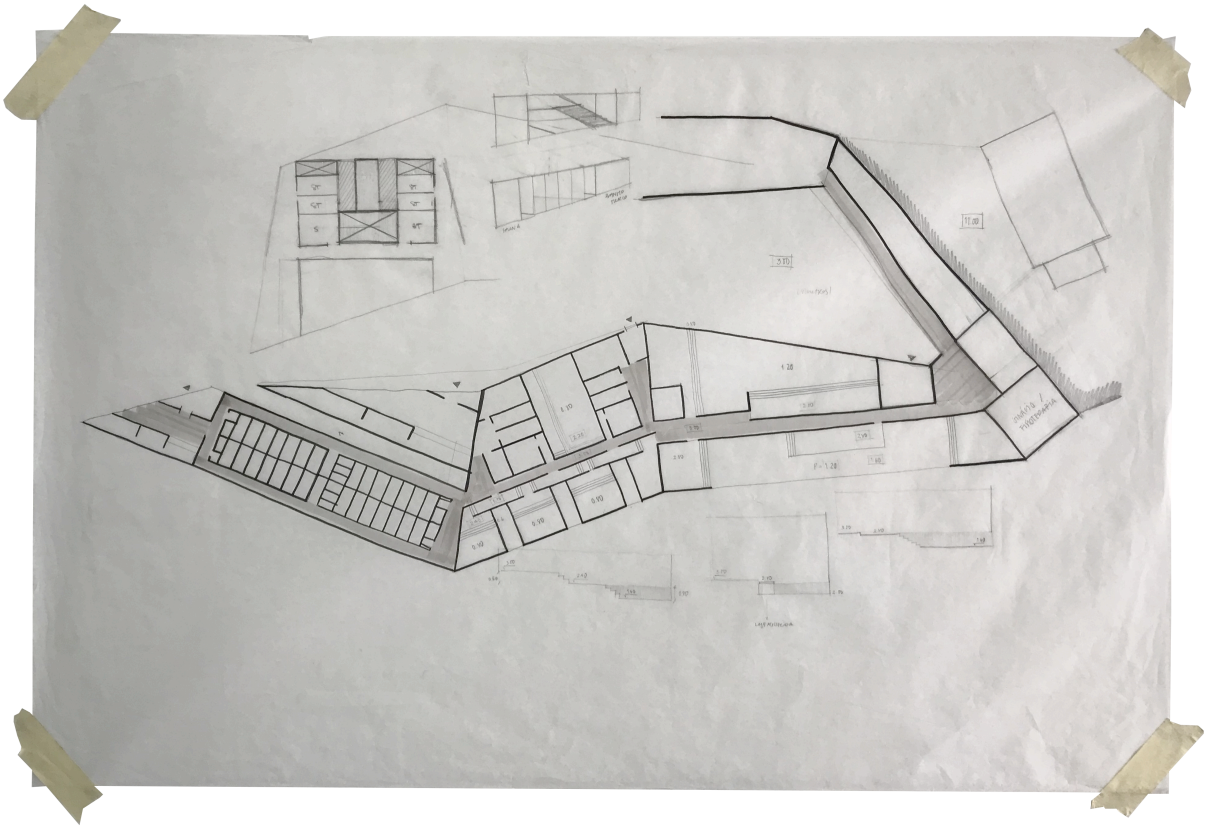


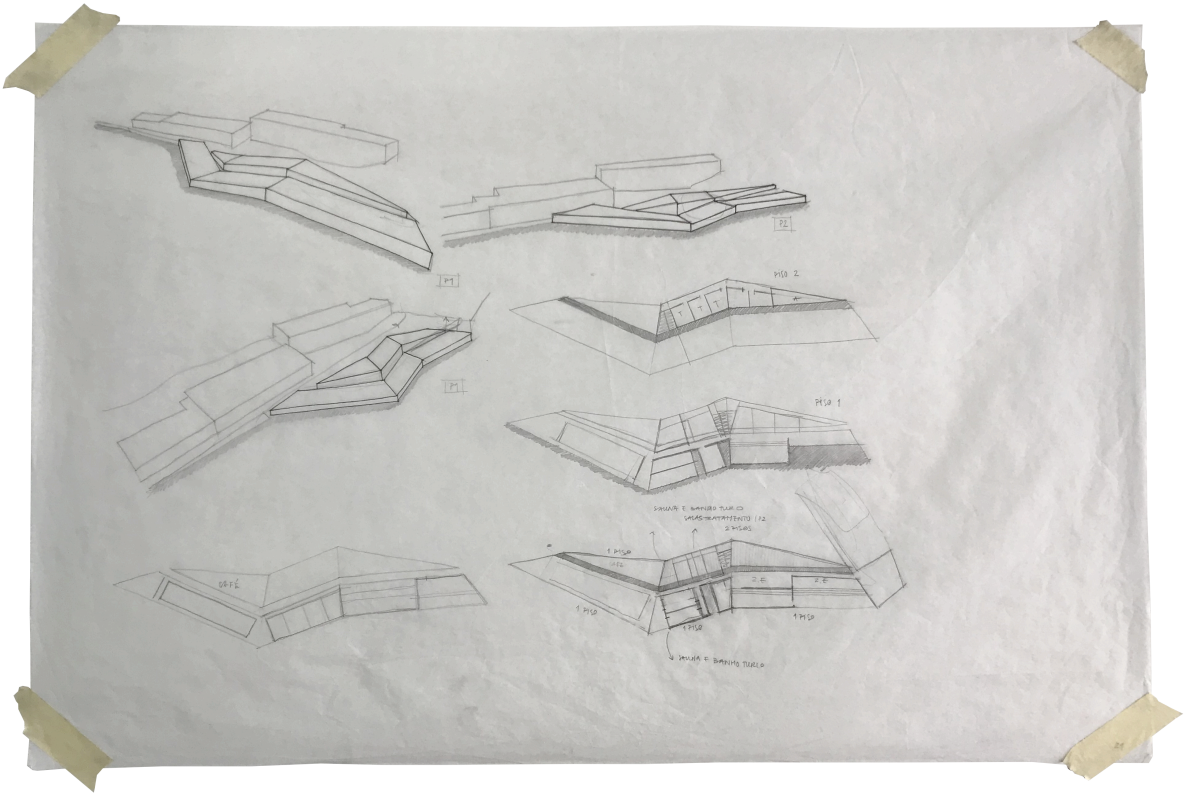


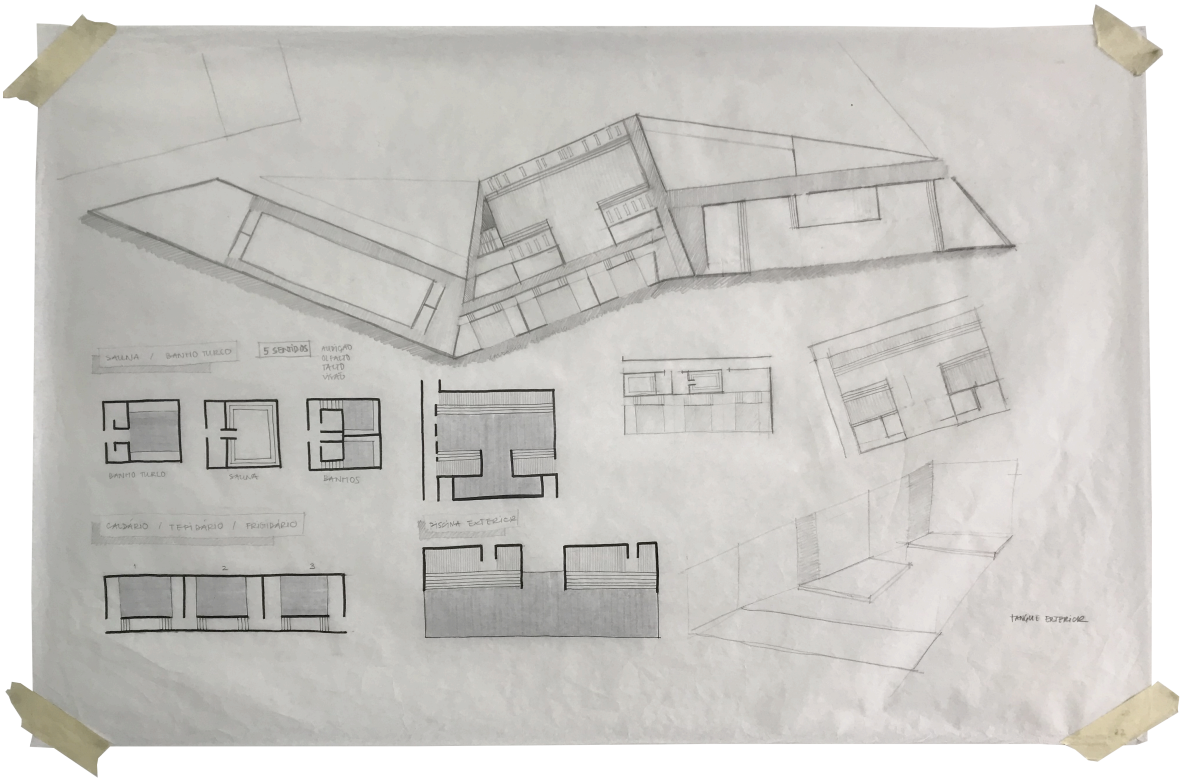


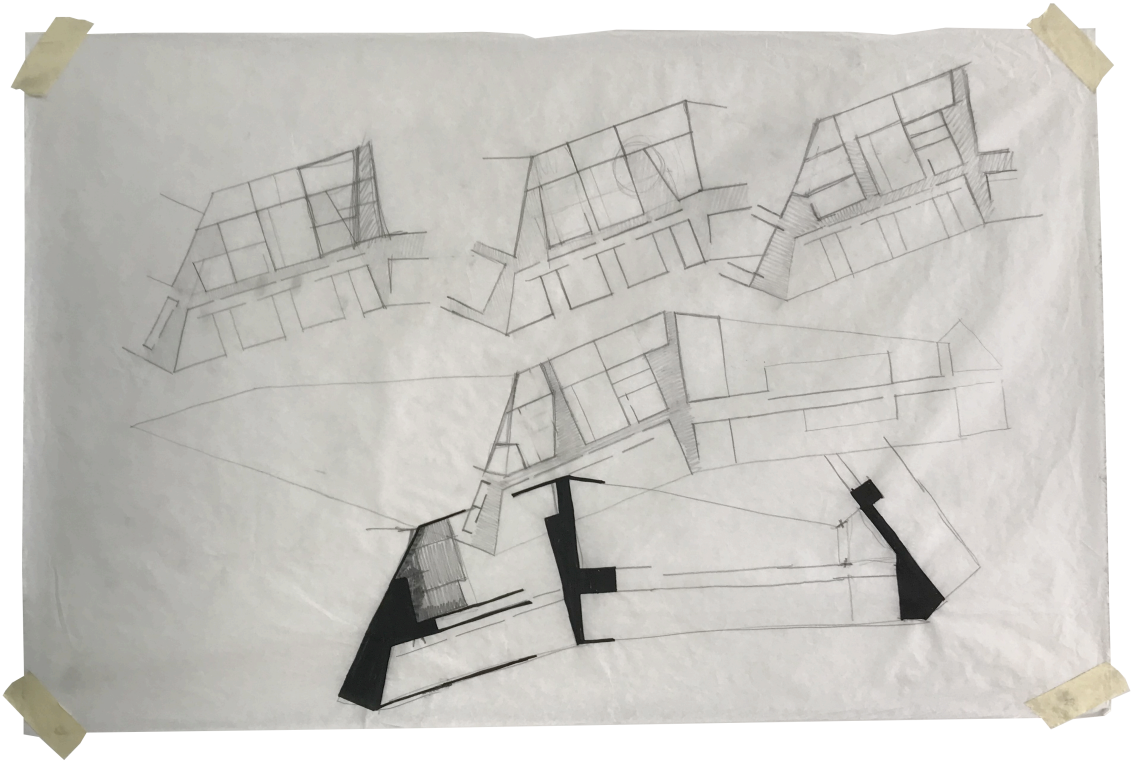


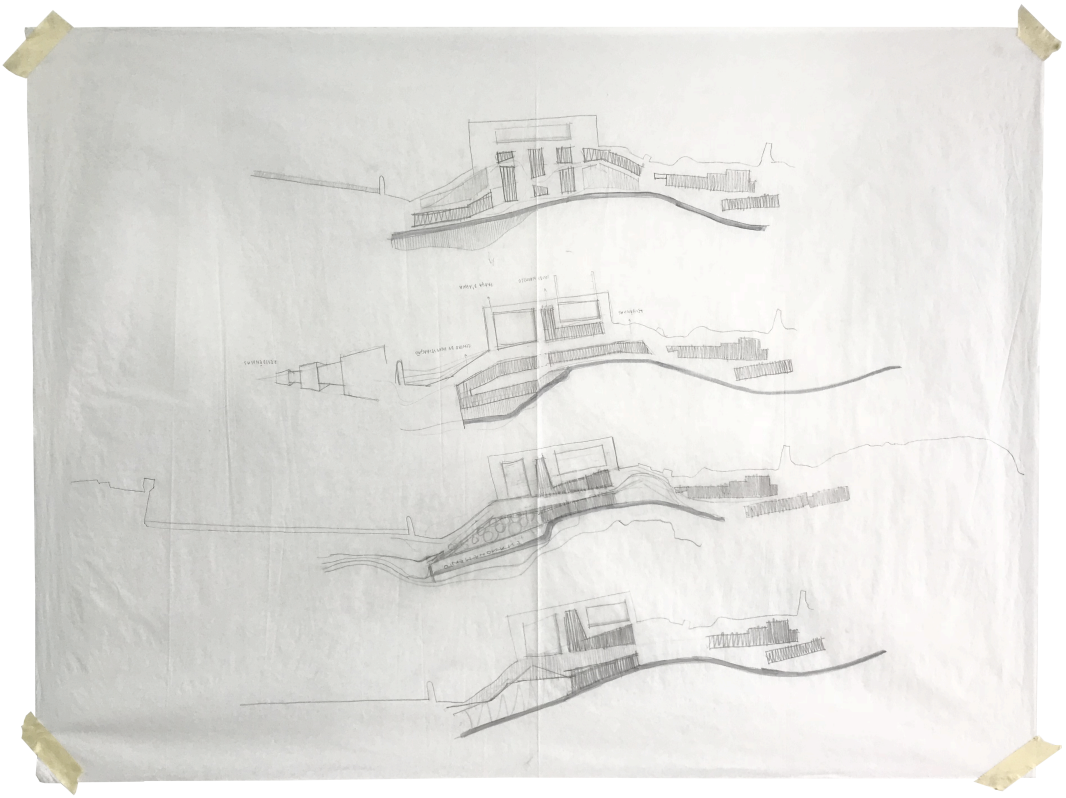


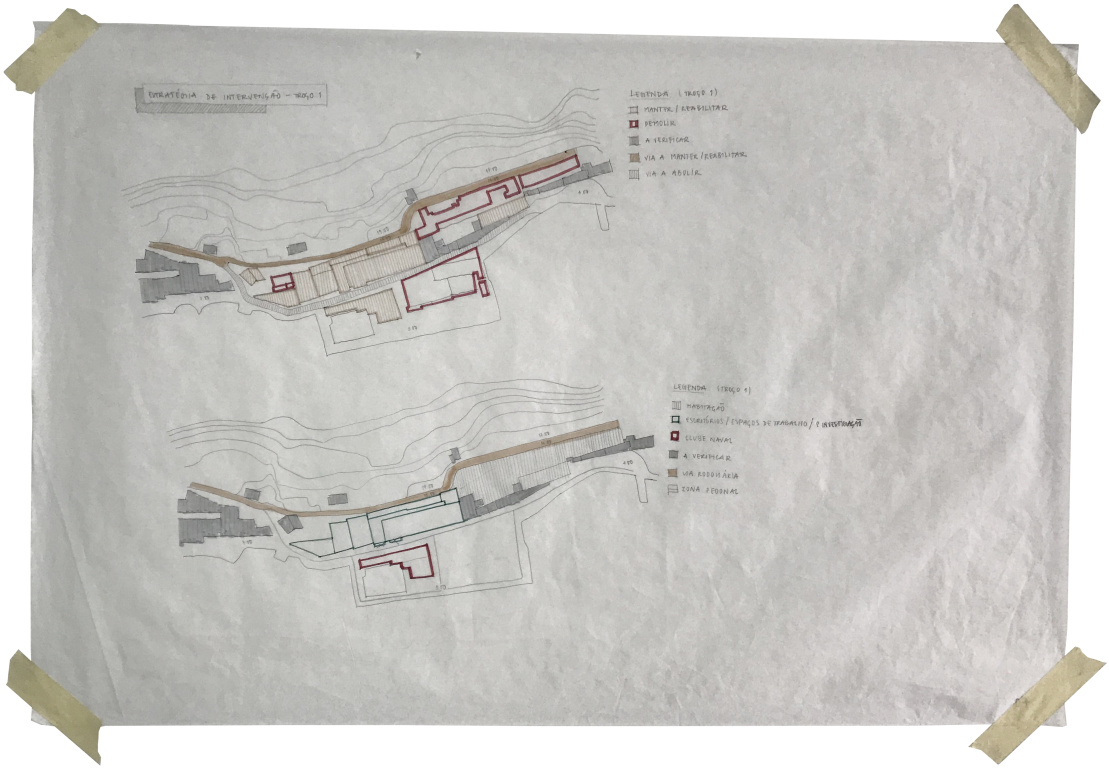


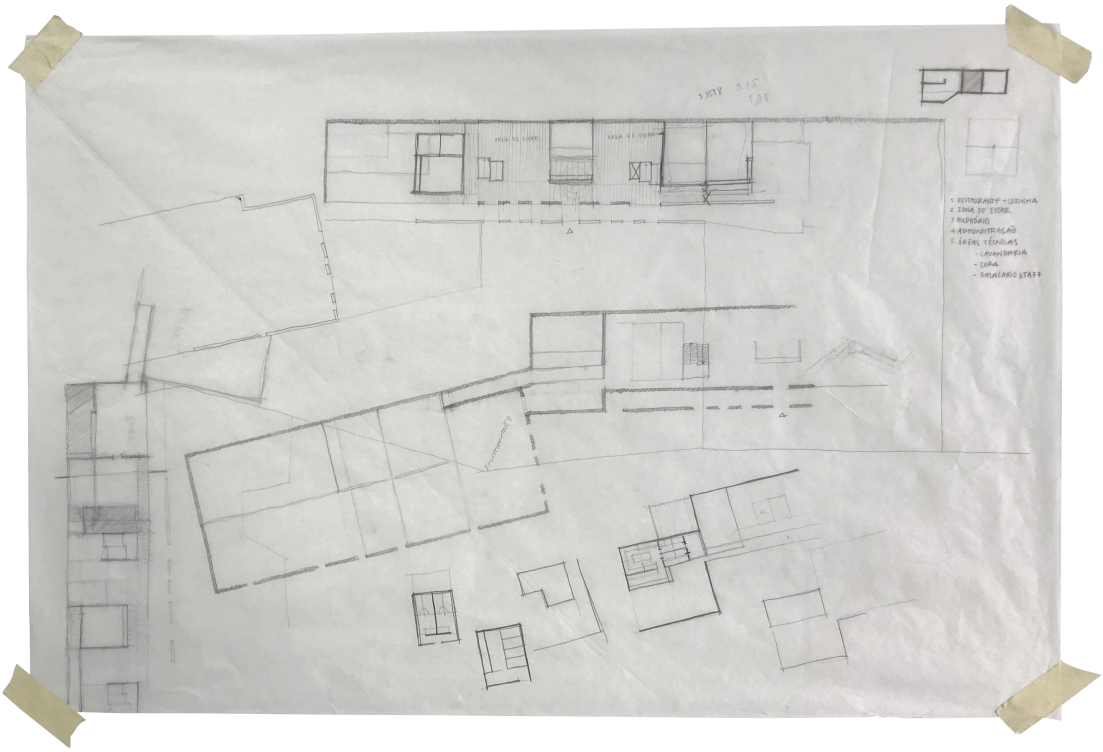

PISO 2
PISO 1

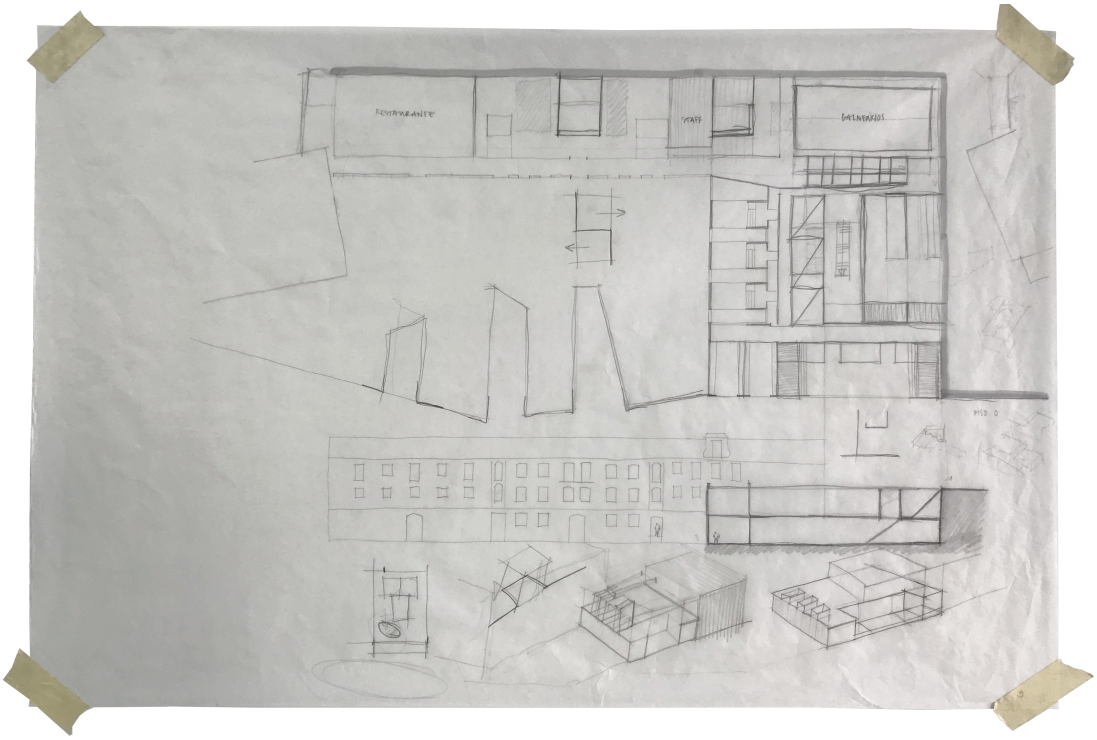

SALLAJA / BAÑO TURCO
5 SENTIDOS
BAÑO TURCO
SALUNA
BAÑOS
CALDARIO / TEMPLADARIO / FRIGIDARIO
PISCINA EXTERIOR



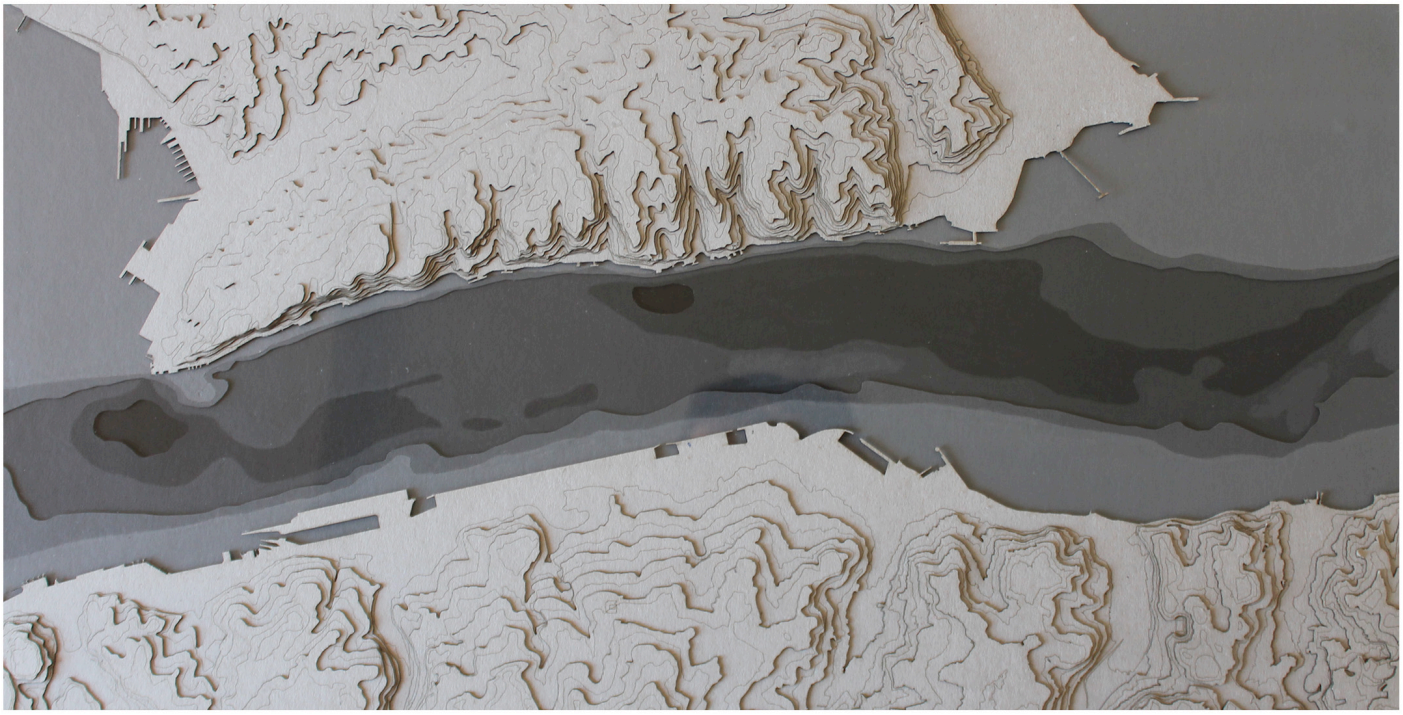



ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO – TROÇO 1
LEGENDA (TROÇO 1)
MANTER / REABILITAR
DEMOLIR
A VERIFICAR
VIA A MANTER/REABILITAR
VIA A ADOLIR
LEGENDA (TROÇO 1)
HABITAÇÃO
ESCRITÓRIOS / ESPAÇOS DE TRABALHO / E INVESTIGAÇÃO
CLUBE NAVAL
A VERIFICAR
VIA RODOVIÁRIA
ZONA PEDONAL

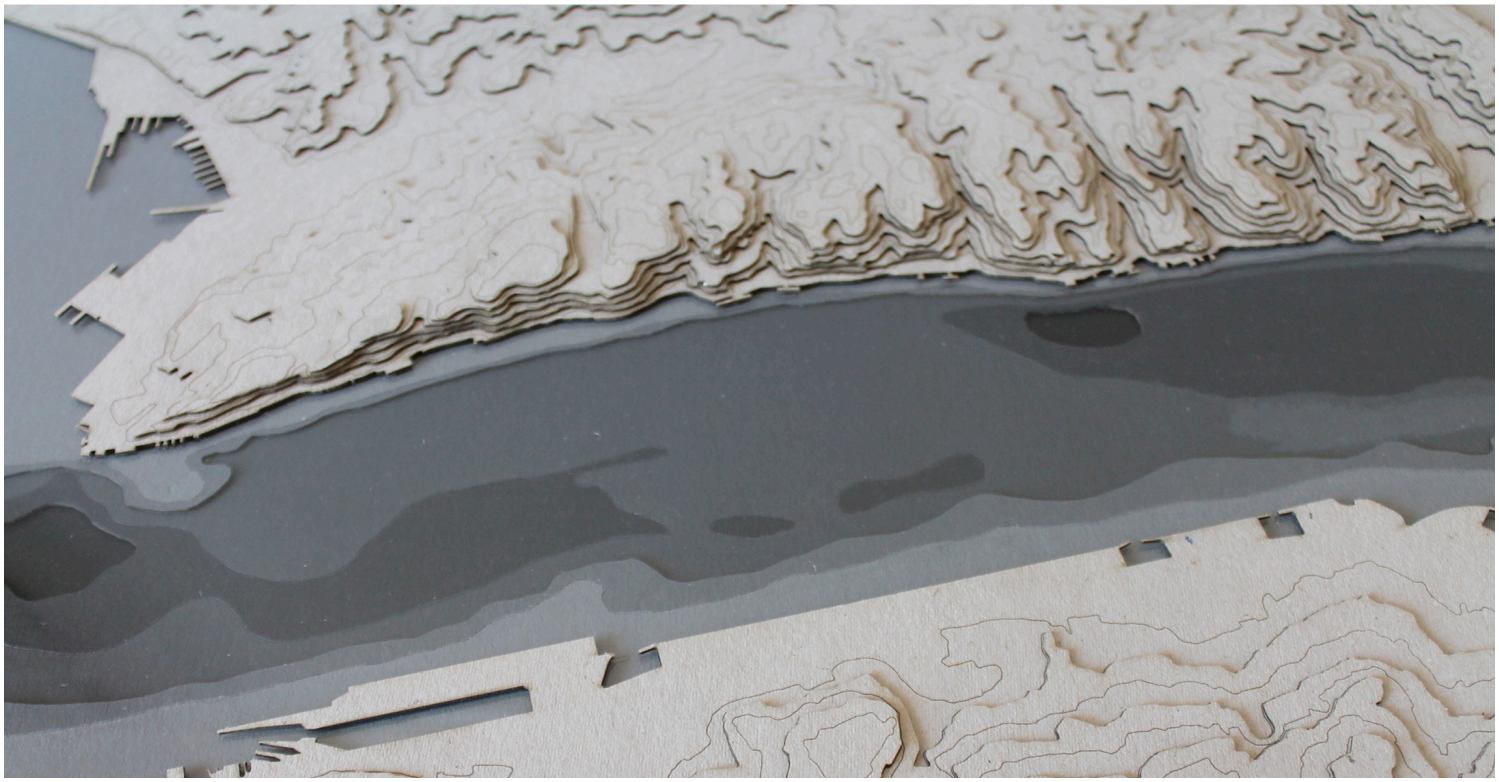

1 RESTAURANTE + COZINHA
2 ZONA DE ESTAR
3 RAPOSEIRO
4 ADMINISTRAÇÃO
5 ÁREAS TÉCNICAS
- LAVANDARIA
- COPA
- BALNEÁRIOS STAFF

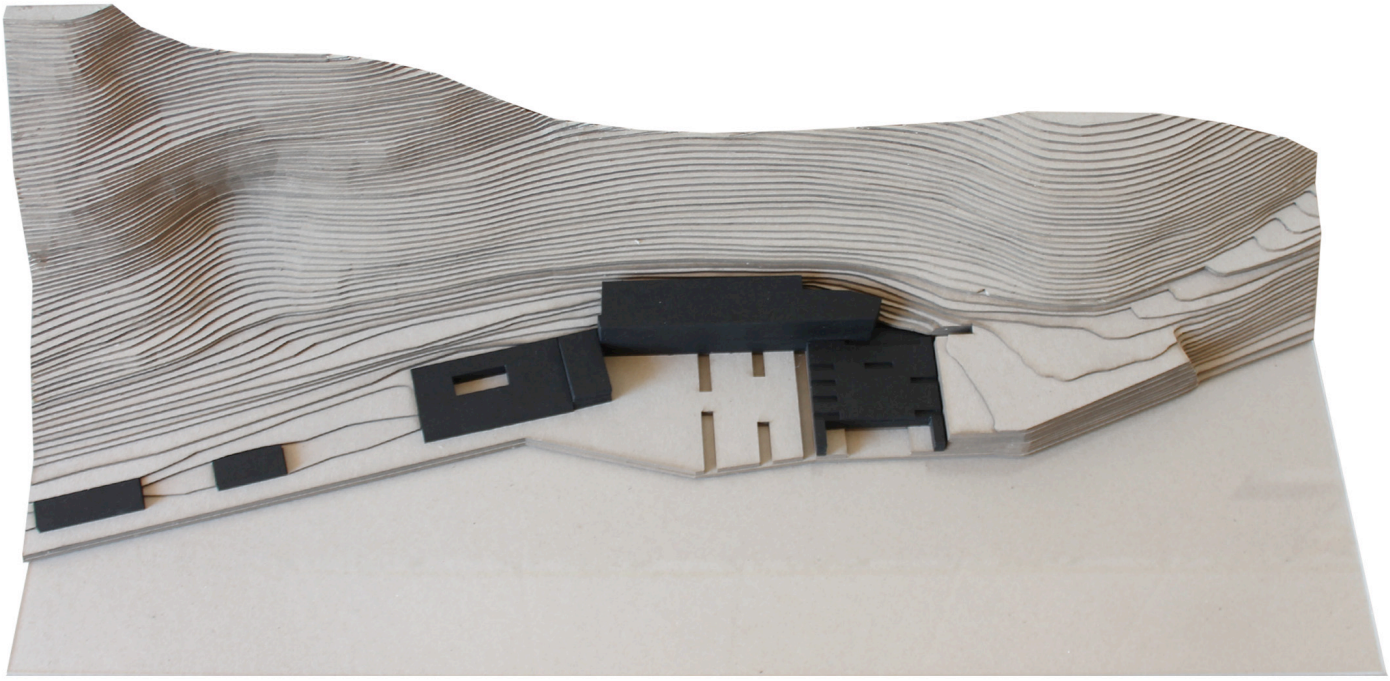

RESTAURANTE
STAFF
BALNEÁRIOS

MAQUETES

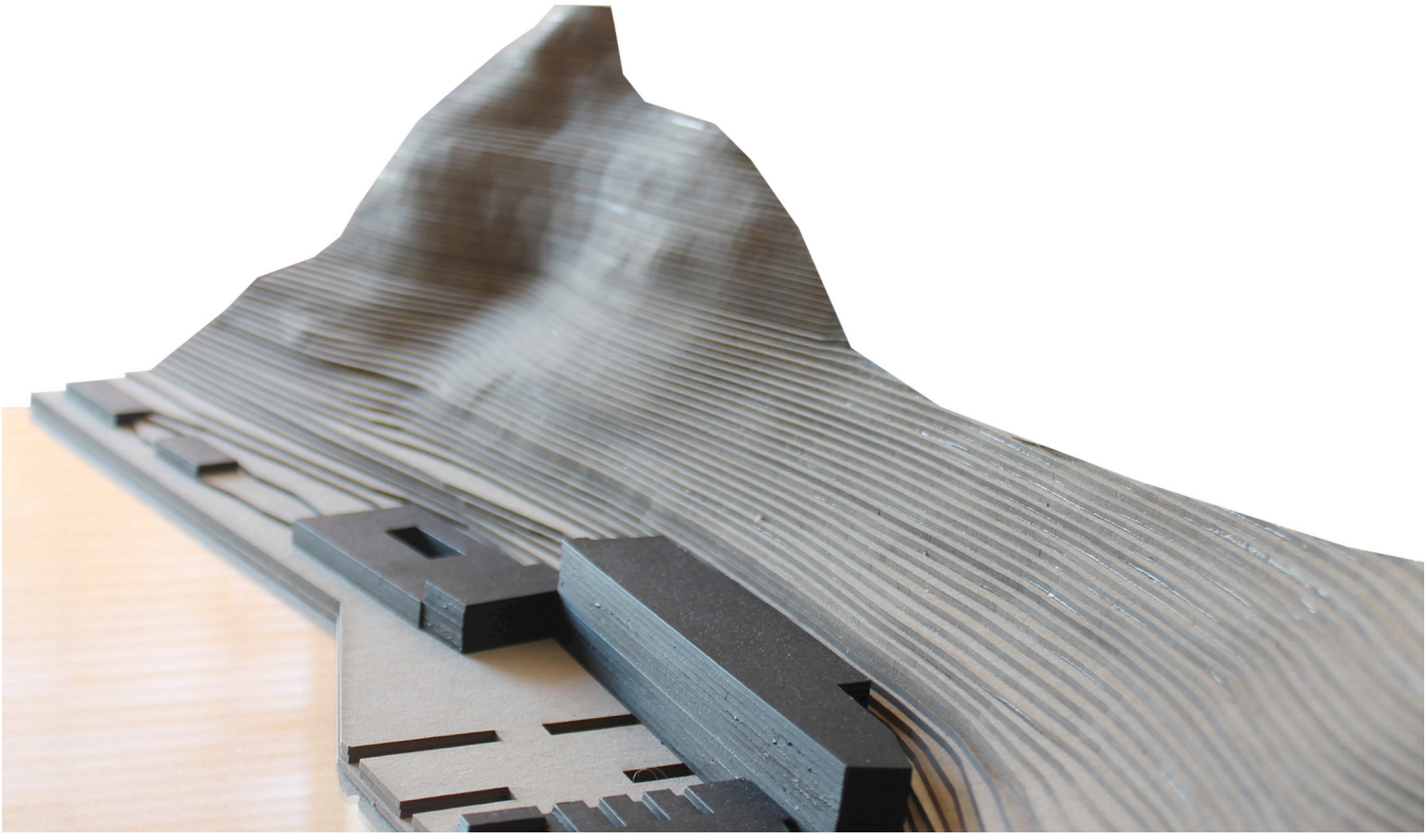


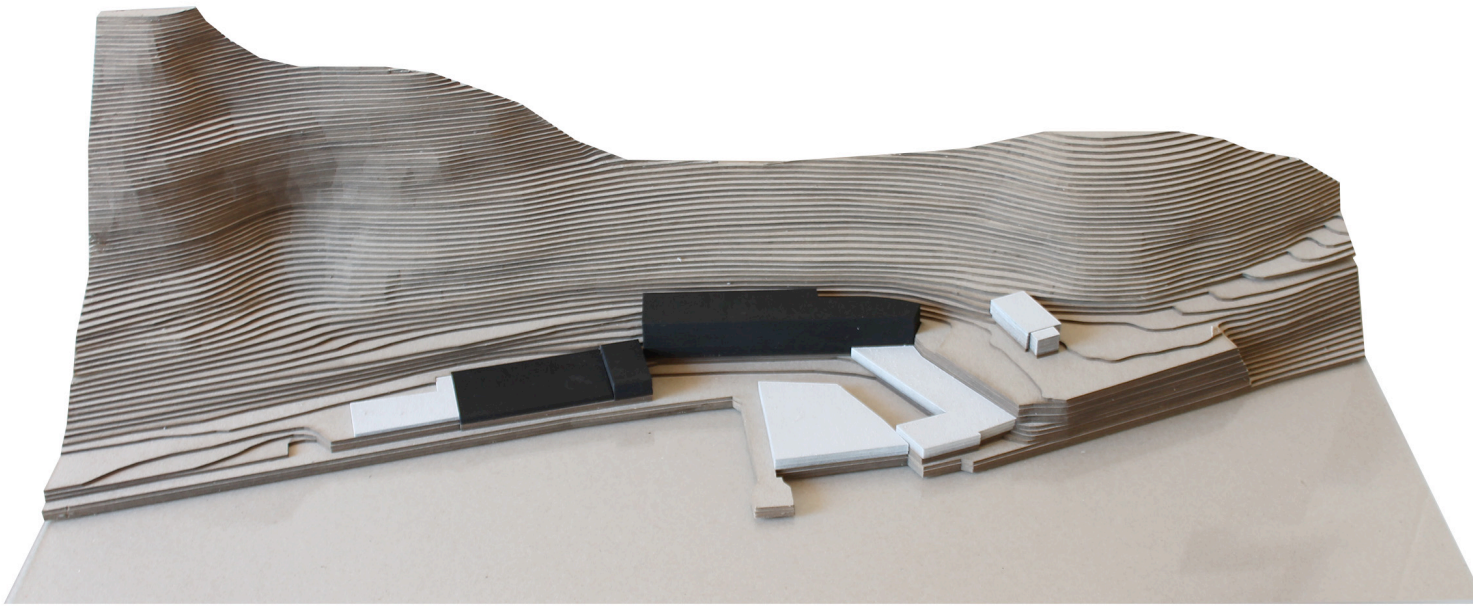
MAQUETE ENTRE MARGENS | **ESCALA** 1:20 000



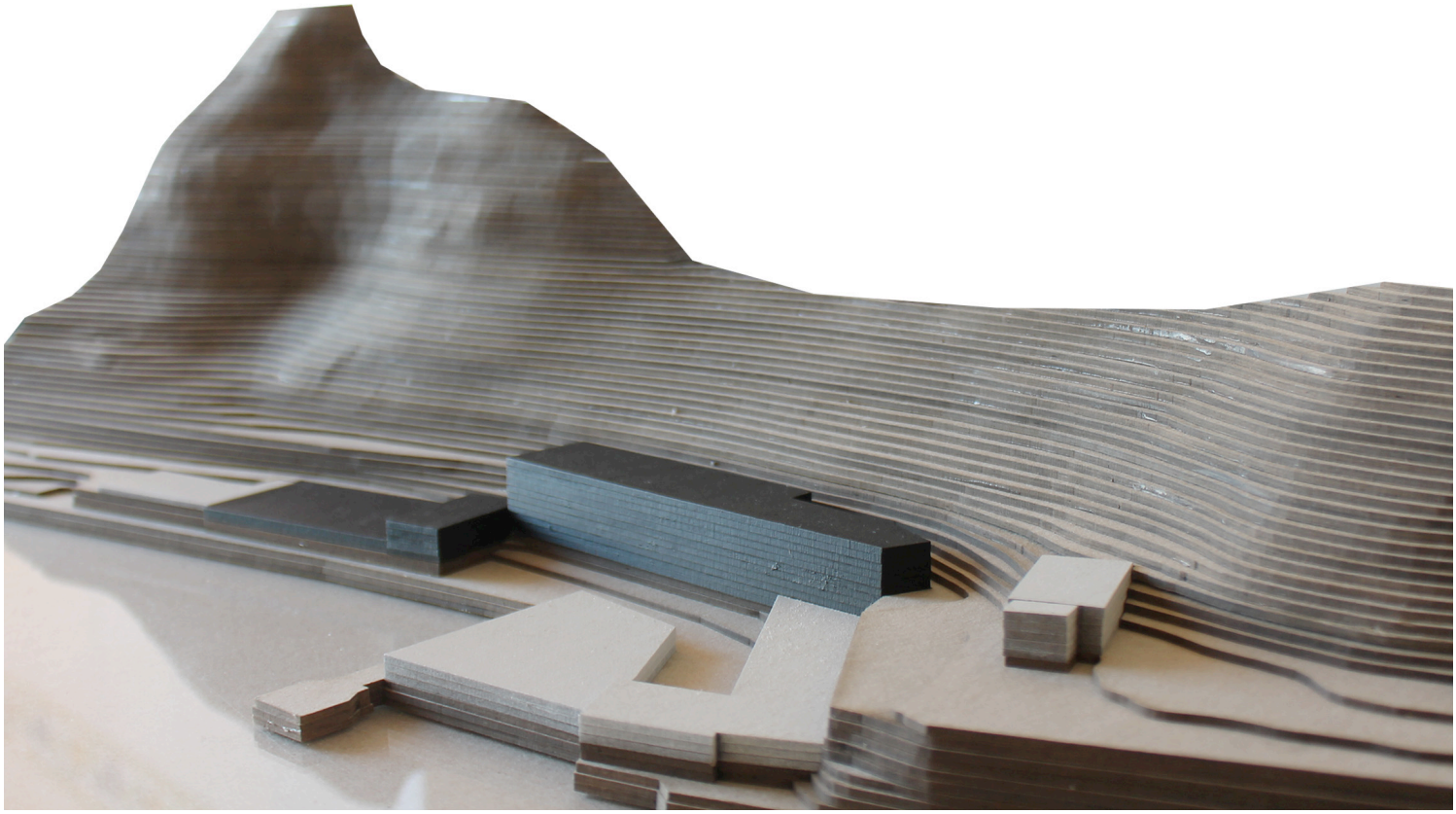


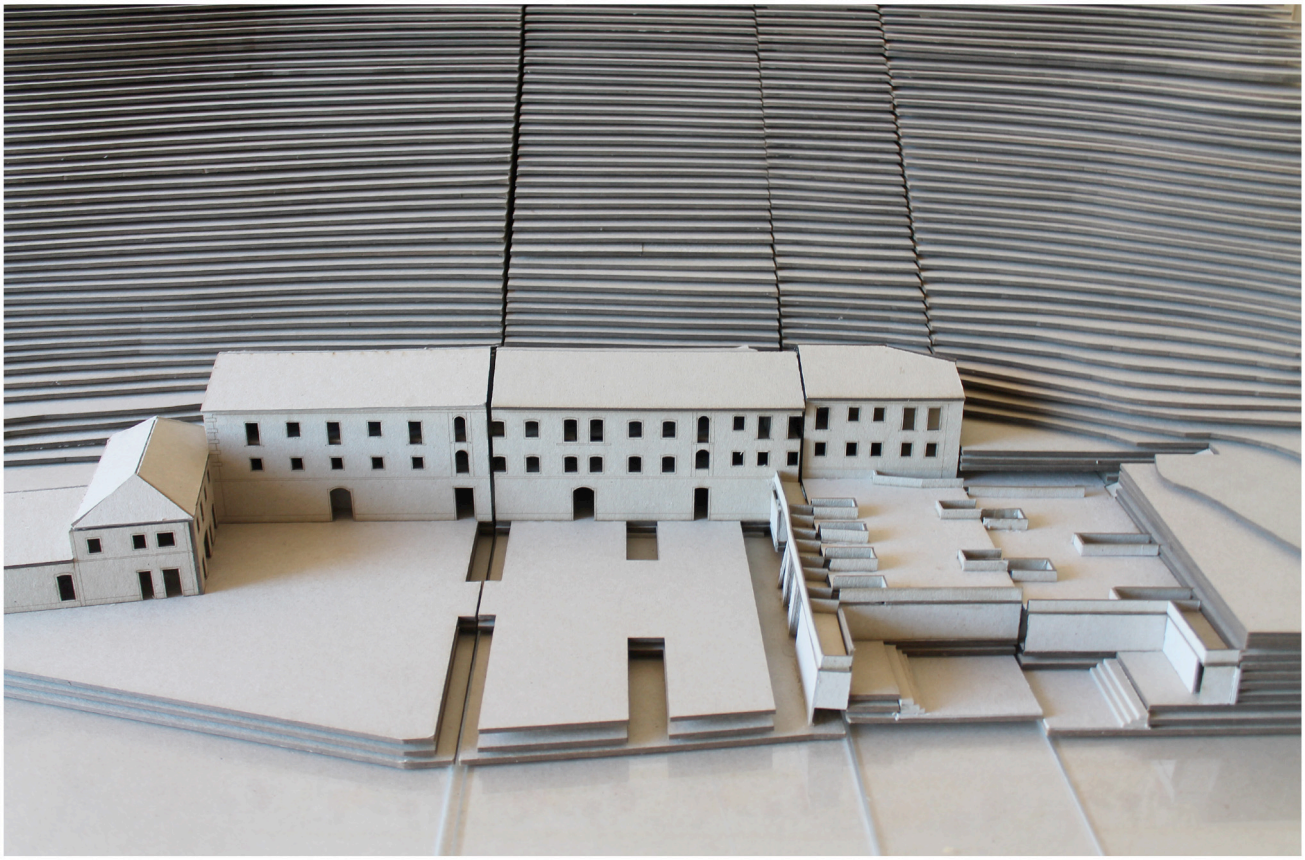
MAQUETE DO EDIFICADO EXISTENTE | **ESCALA** 1:500



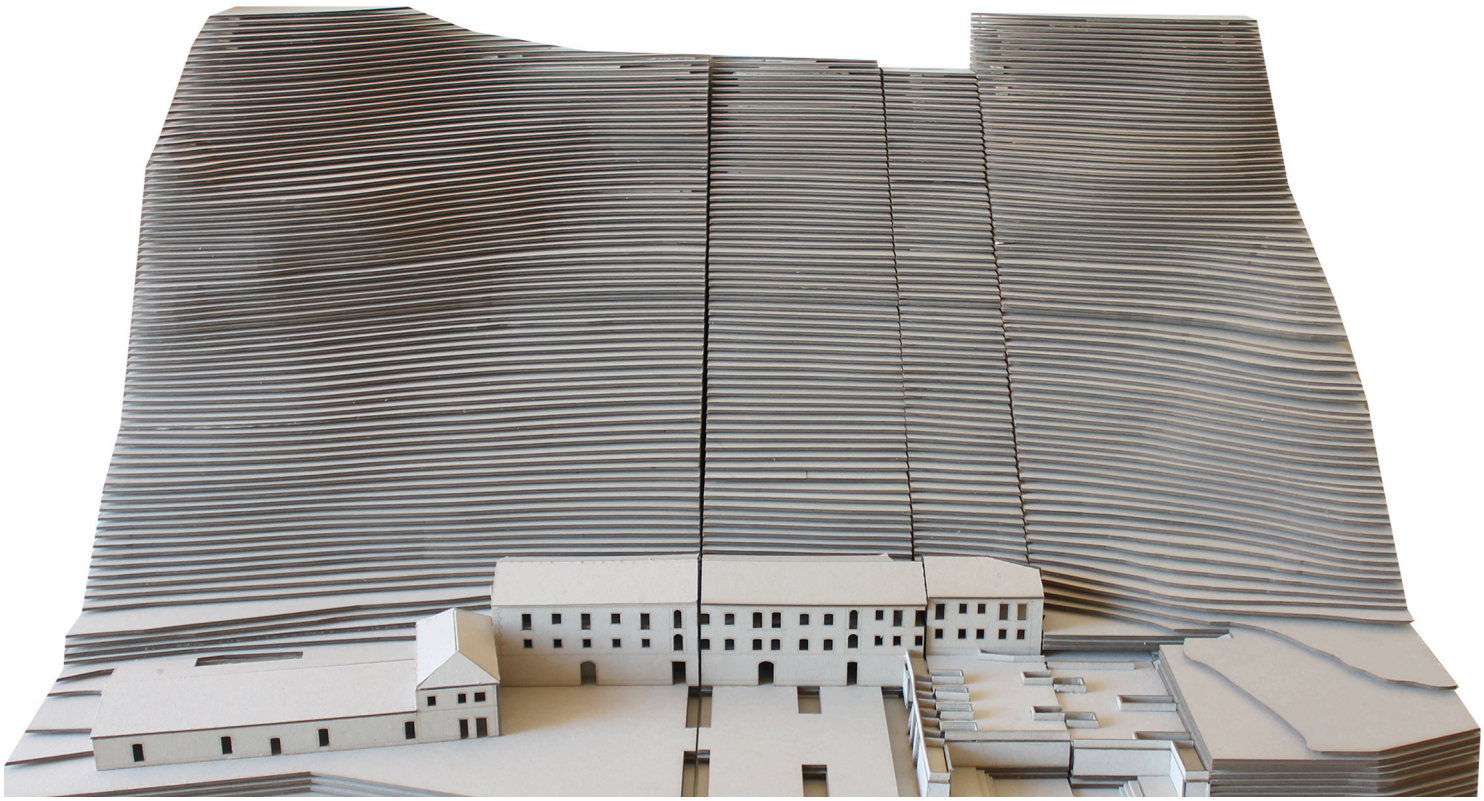


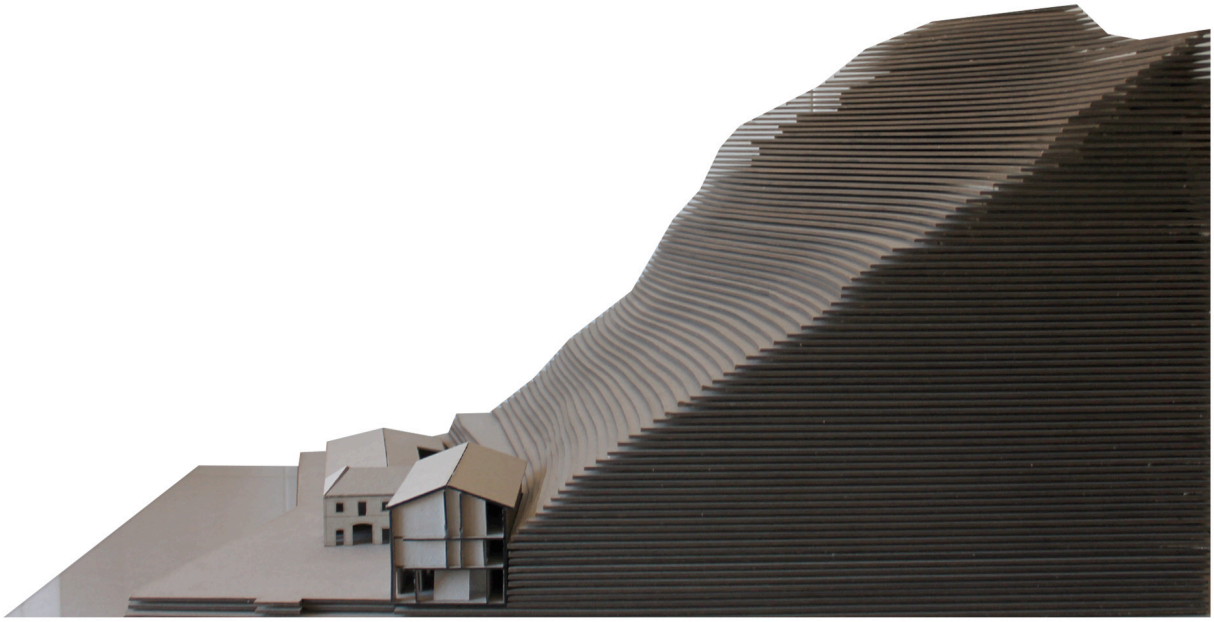
MAQUETE DO EDIFICADO PROPOSTO | **ESCALA** 1:500

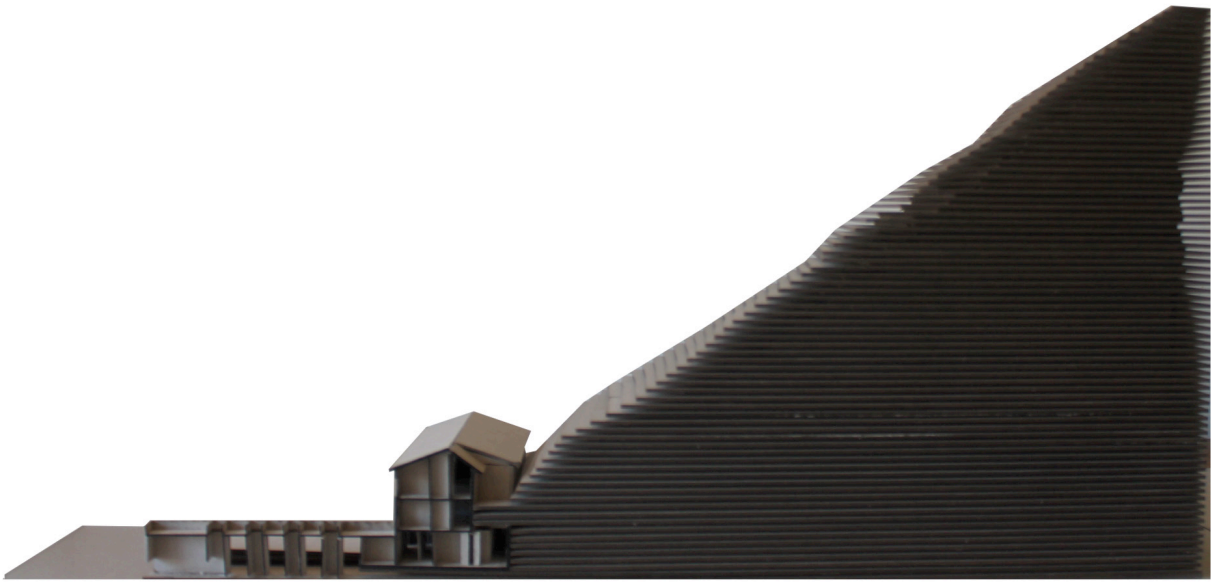


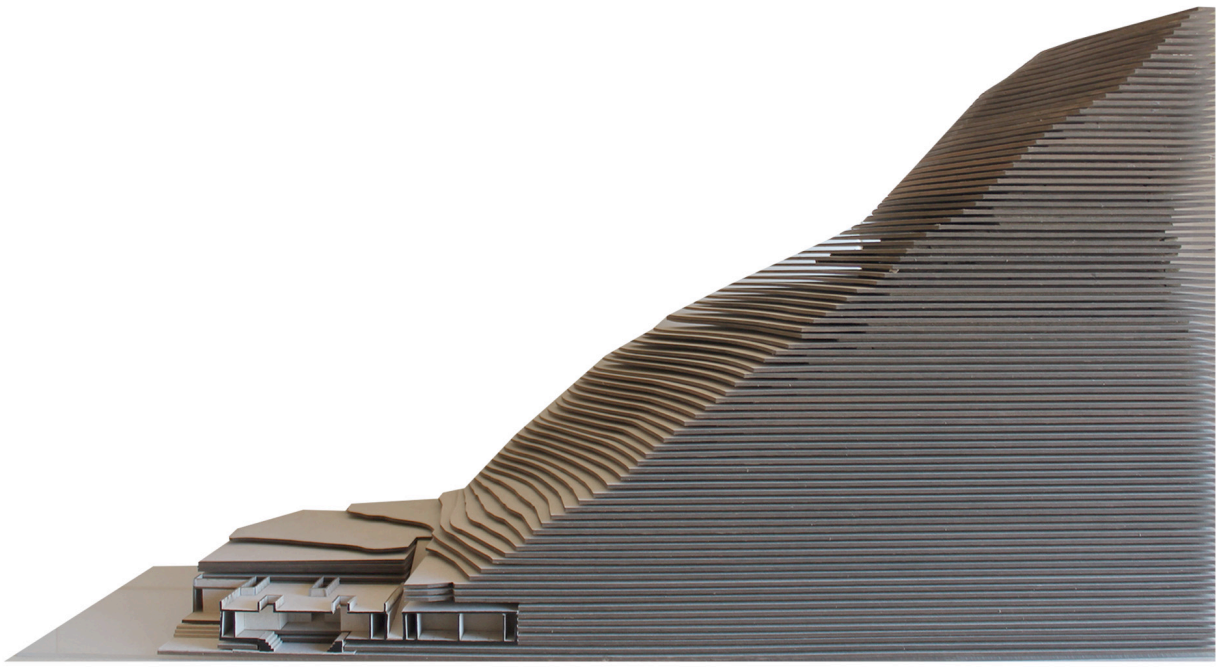


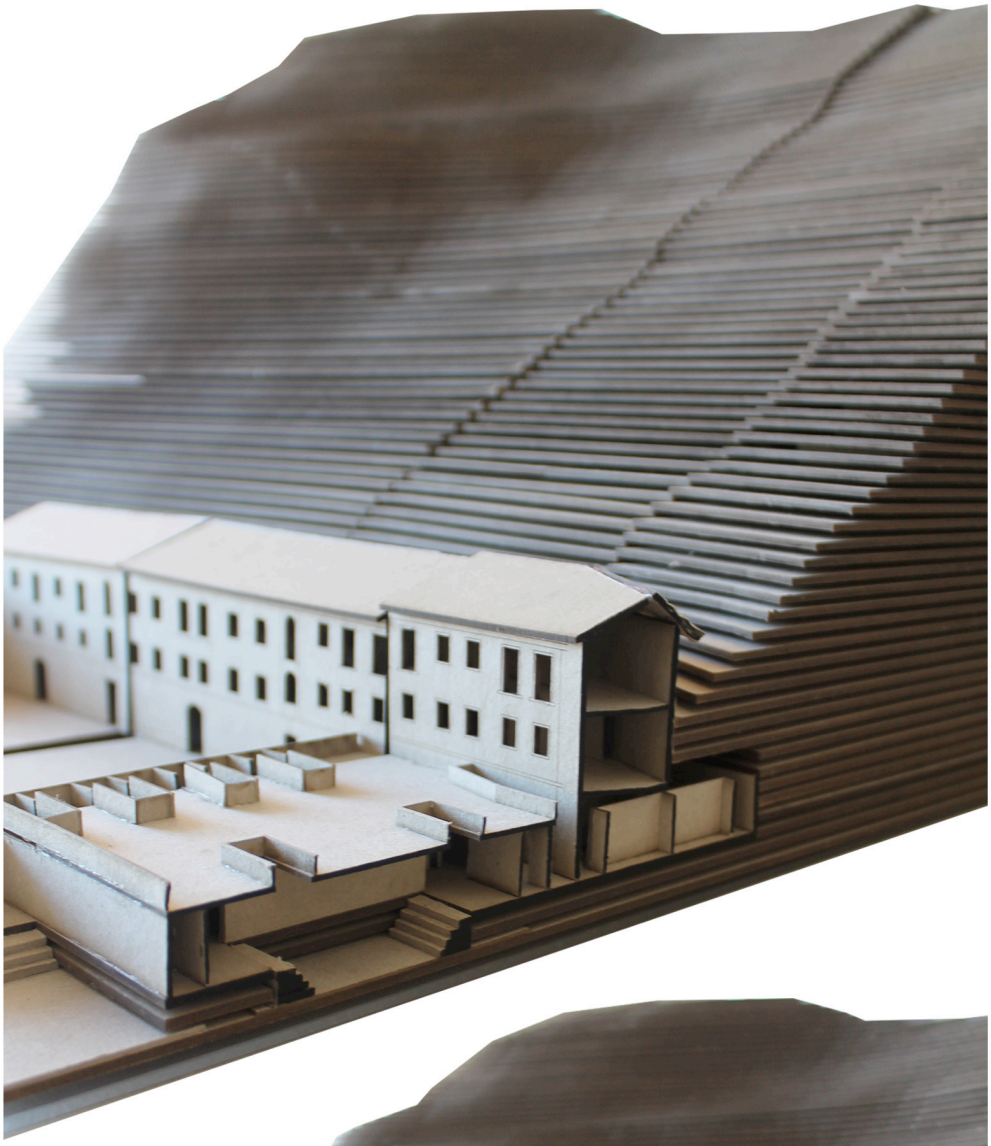
MAQUETE DA PROPOSTA | **ESCALA** 1:200

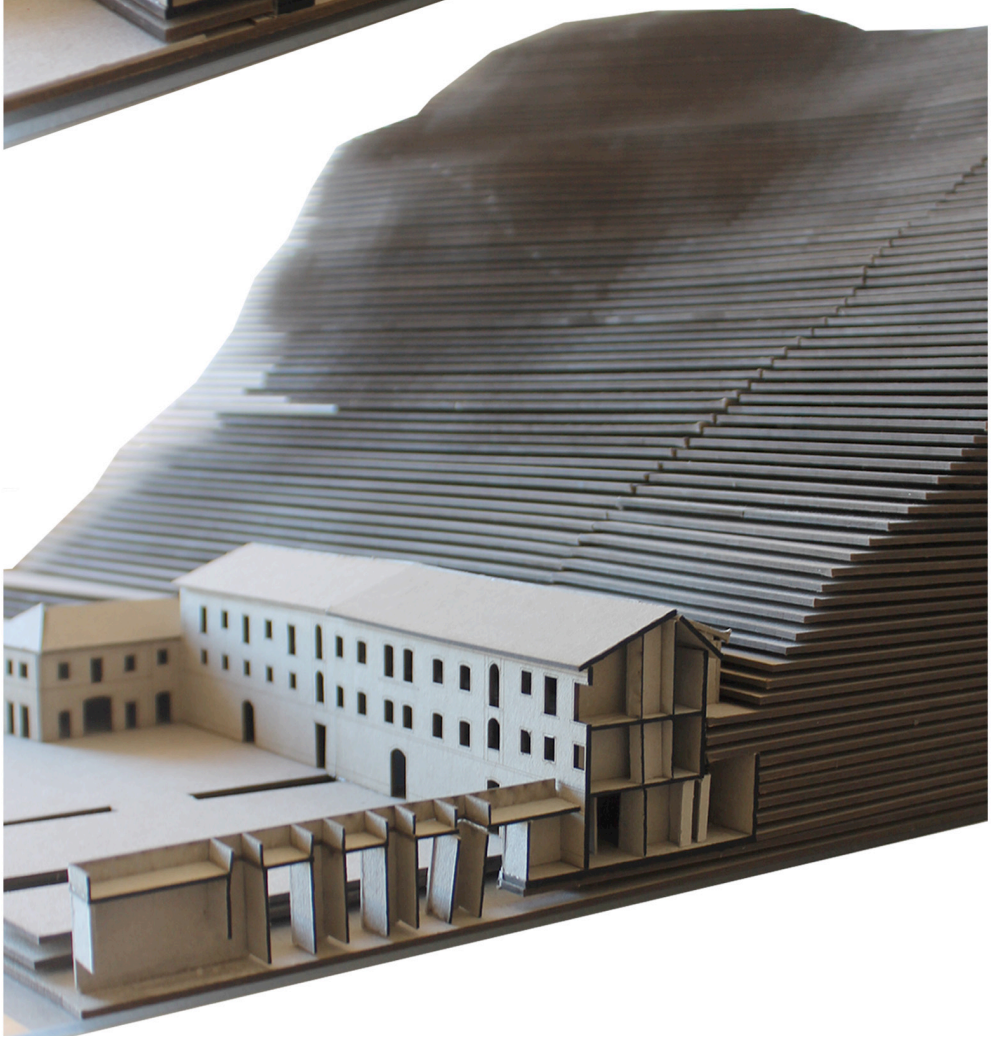












PAINÉIS

P1
O LUGAR À MARGEM DA CIDADE



A frente ribeirinha de Almada perspectiva-se como um território singular no contexto metropolitano

A localização privilegiada de Almada junto ao Tejo, na convergência entre rotas e a fertilidade da região legitimam a ocupação humana desta área e atestam a importância estratégica de defesa da costa e posterior ocupação industrial que dependem diretamente do rio como via de ligação entre a margem sul e a capital.

Apesar das assimetrias ainda existentes, Almada perspectiva-se como um território com uma identidade vincada e singular. A aposta crescente na frente fluvial e atlântica evidencia o potencial deste território, associada a uma malha urbana diversificada com novas polaridades e uma ampla de rede de equipamentos e serviços.

LEGENDA:

- ⚓ Docas
- Rotas entre Lisboa e Almada

Planta de Localização | Escala 1:50 000



LEGENDA:

1. CASTELO DE ALMADA

2. ELEVADOR PANORÂMICO DA BOCA DE VENTO

3. CASA DA CERCA

4. MUSEU NAVAL

5. COMPANHIA PORTUGUESA DE PESCAS

6. QUINTA DA AREALVA

7. CRISTO REI

8. PONTE 25 DE ABRIL

Planta de Localização | Escala 1:5000

P3



Estado de Conservação

LEGENDA:

- Bom
- Médio
- Mau
- Ruína



Manter | Demolir

LEGENDA:

- Demolir
- Manter

2. NÚCLEO MUSEOLÓGICO

1. ESCOLA DE VELA

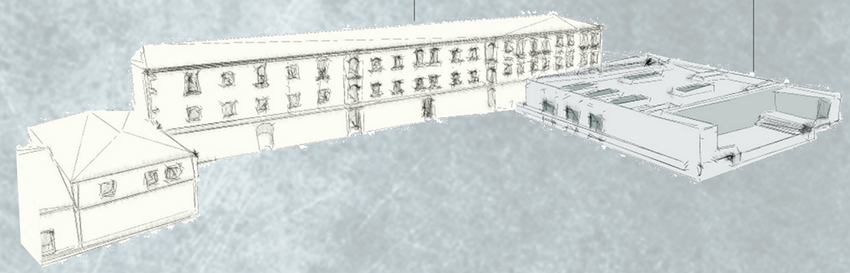
3. HABITAÇÃO

4. RESTAURAÇÃO

5. HOTEL

6.TERMAS

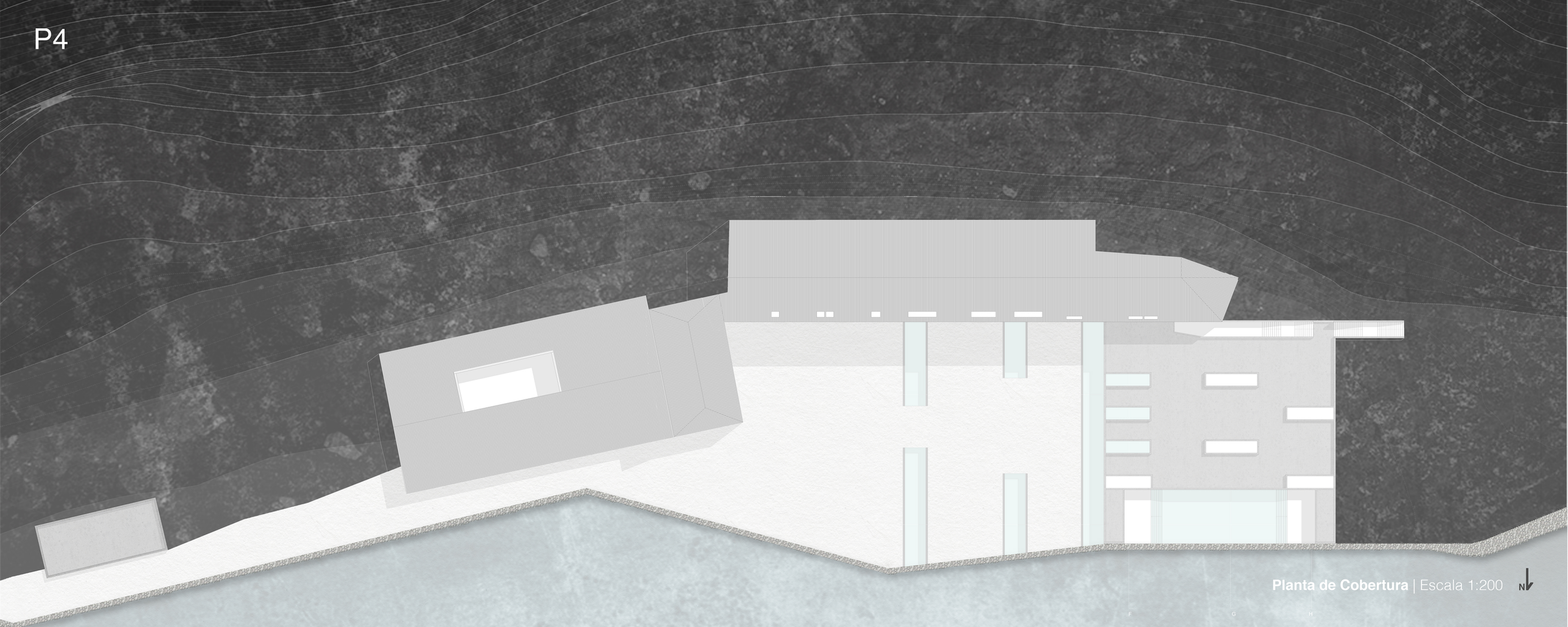
Planta de Enquadramento | Escala 1:500 N



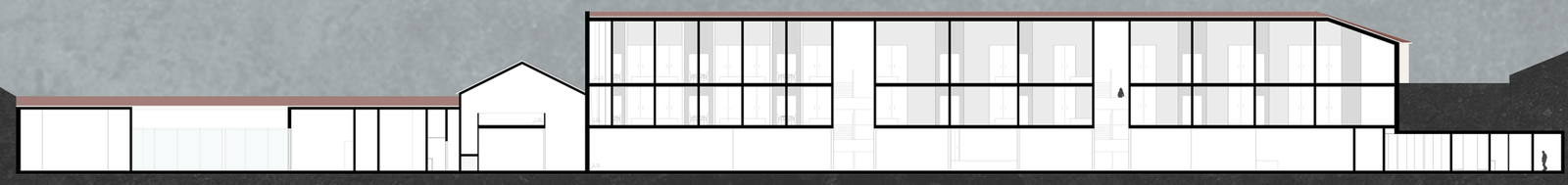


Perfil 1 | Escala 1:1000

P4

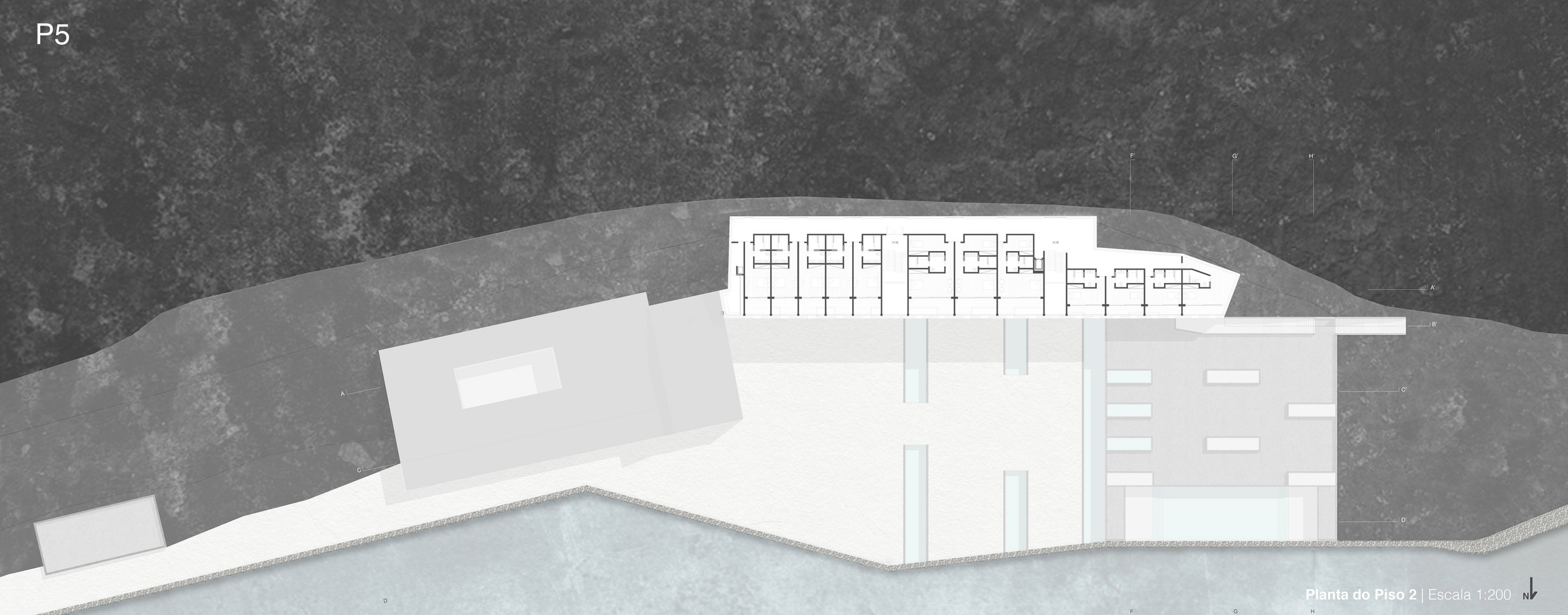


Planta de Cobertura | Escala 1:200

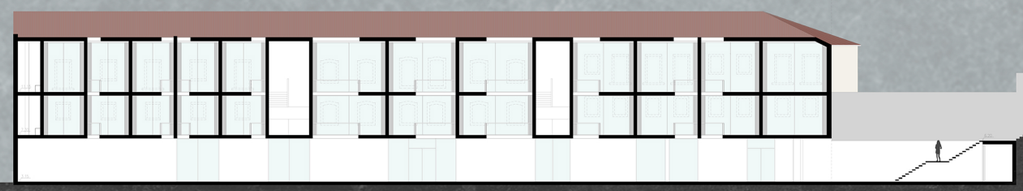


Corte AA' | Escala 1:200

P5



Planta do Piso 2 | Escala 1:200

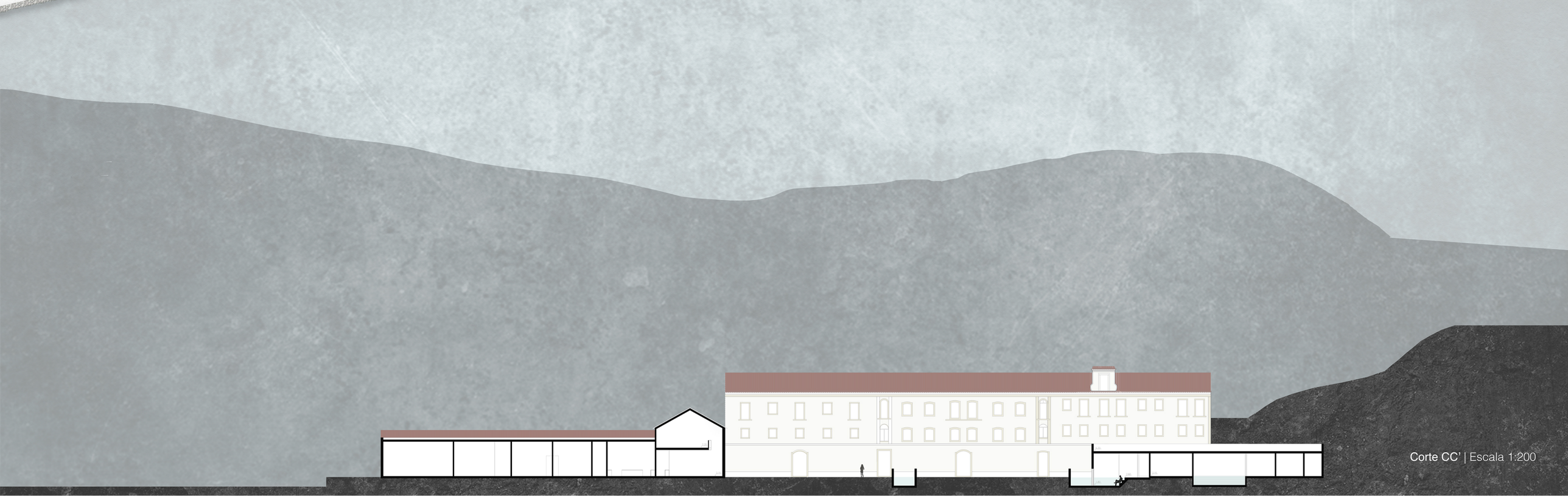


Corte BB' | Escala 1:200

P6

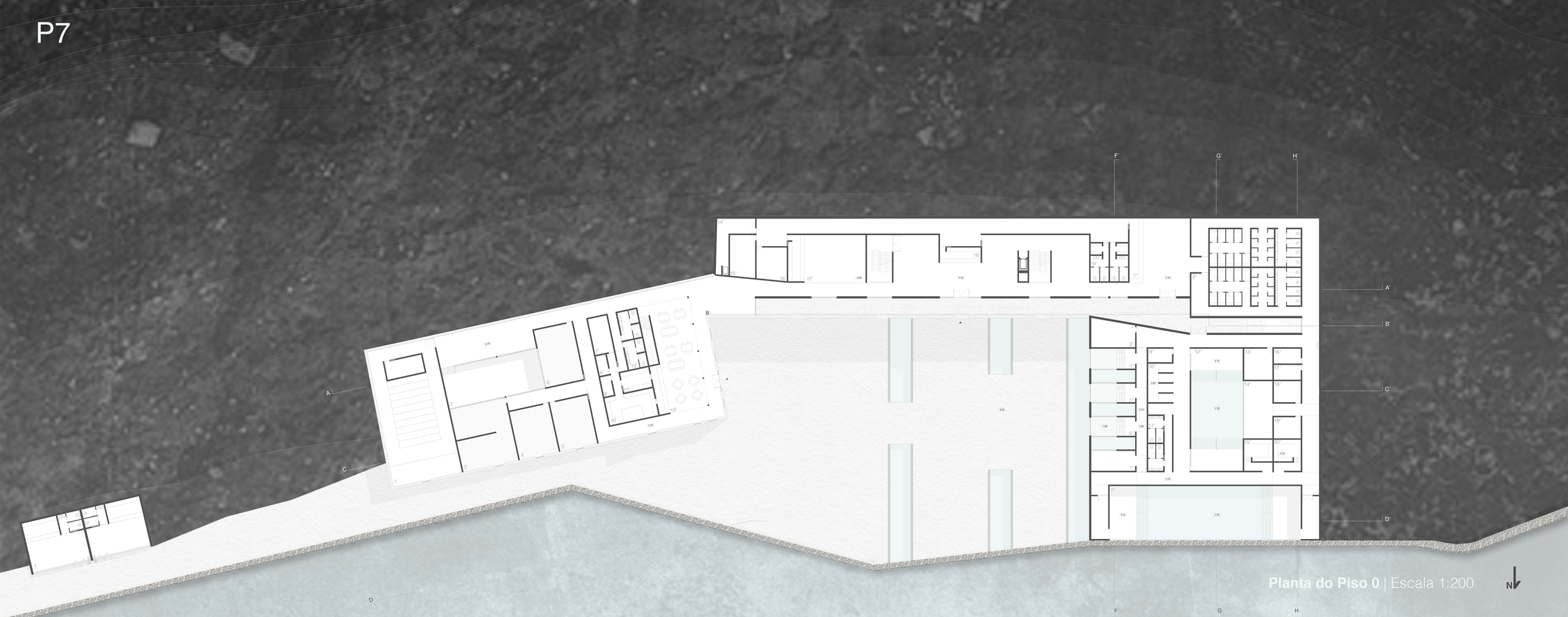


Planta do Piso 1 | Escala 1:200



Corte CC' | Escala 1:200

P7



Planta do Piso 0 | Escala 1:200

N

LEGENDA:

1 Restaurantes

1' Audtório **2'**Pateo Exterior **3'** Administração **4'** Sala de Reuniões **5'** Sala Polivalente **6'** Sala Polivalente

7' Dispensa de Frios **8'** Dispensa **9'** Dispensa **10'** Cozinha **11'** Zona de Preparação

12' I.S **13'** Zona de Refeições **14'** Área Técnica **15'** Área Técnica

16' Área Técnica **17'** Bar **18'** Receção **19'** Balneários Staff

1" Receção **2"** Balneários **3"** Enfermaria **4"** Caldário **5"** Tepidário **6"** Frigidário

7" Zona de Repouso **8"** Piscina Exterior **9"** Toalheiro **10"** Duches de Jato **11"** I.S

12" Piscina Interior **13"** Sala de Tratamento **14"** Zona de Repouso **15"** Sauna **16"** Sala de Tratamento

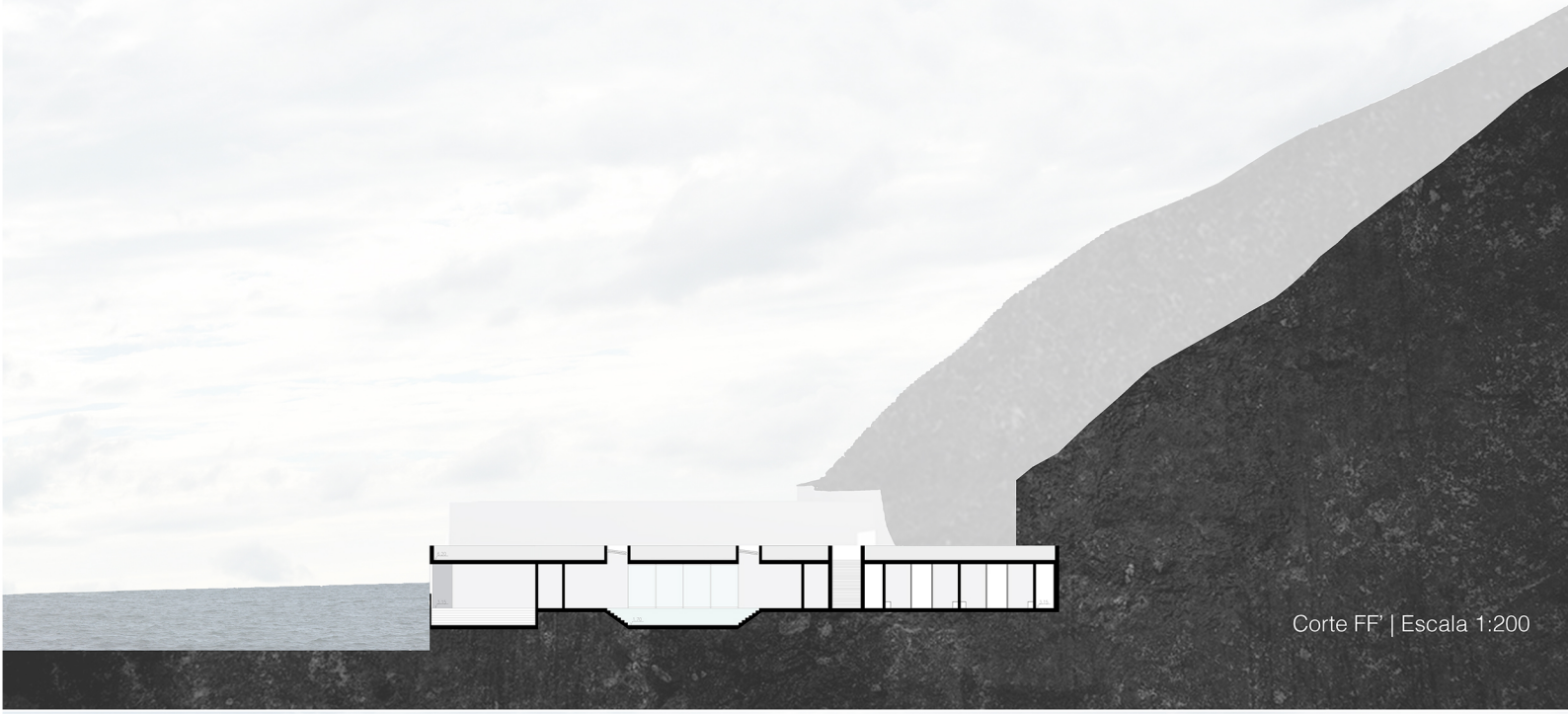
17" Sala de Tratamento **18"** Sala de Massagens **19"** Sala de Massagens **20"** Banho Turco



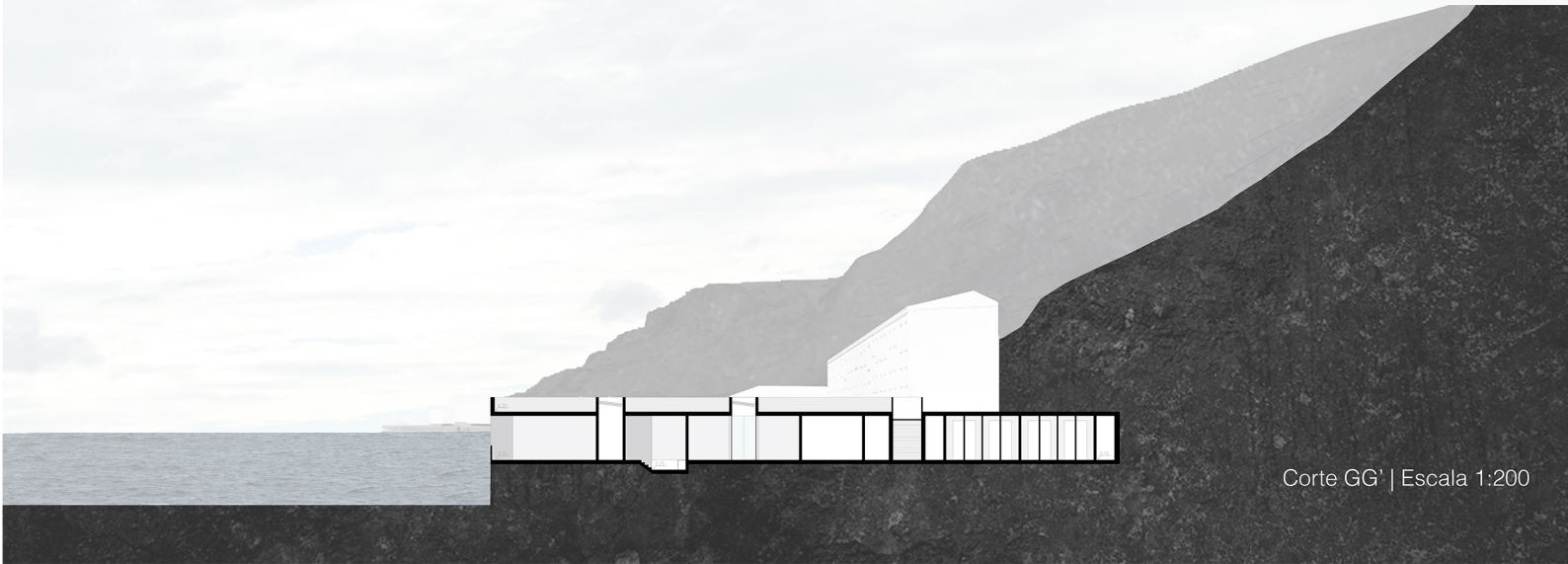
Corte DD' | Escala 1:200



Corte EE' | Escala 1:200



Corte FF' | Escala 1:200



Corte GG' | Escala 1:200

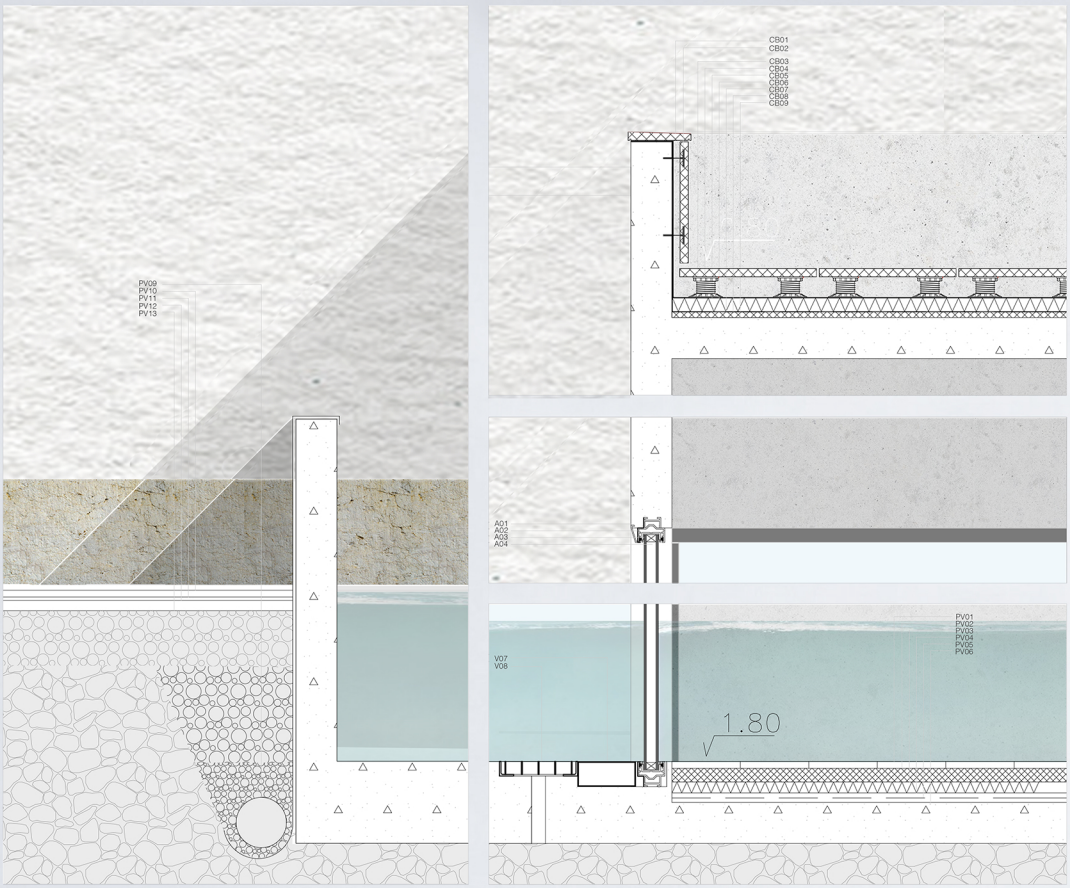
P9

LEGENDA:

PV01 Lajetas de Betão pré-fabricado com acabamento amaciado
PV02 Camada de forma e de regularização
PV03 Isolamento
PV04 Tela dupla asfáltica impermeabilizante
PV05 Camada Geotêxtil
PV06 Laje de Betão Armado
PV07 Perfil metálico retângular de suporte
PV08 Raio metálico Inoxidável
PV09 Dreno
PV10 Lajetas de pedra de lioz branca amaciada
PV11 Camada de forma e de regularização
PV12 Manta geotêxtil
PV13 Gravilha

PA01 Betão aparente com aplicação de verniz incolor impermeabilizante
PA02 Sistema de Fixação
PA03 Duplo Acrílico "High Resistence"
PA04 Caixa de Ar

CB01 Lajetas de Betão pré-fabricado
CB02 Sistema de fixação
CB03 Buzon pedestal Internacional | DPH 2
CB04 Manta protetora geotêxtil em propileno
CB05 Complexo de Impermeabilização
CB06 Isolamento térmico
CB07 Tela barreira de vapor
CB08 Camada de forma e de regularização
CB09 Lajeta de Betão armado | 300mm

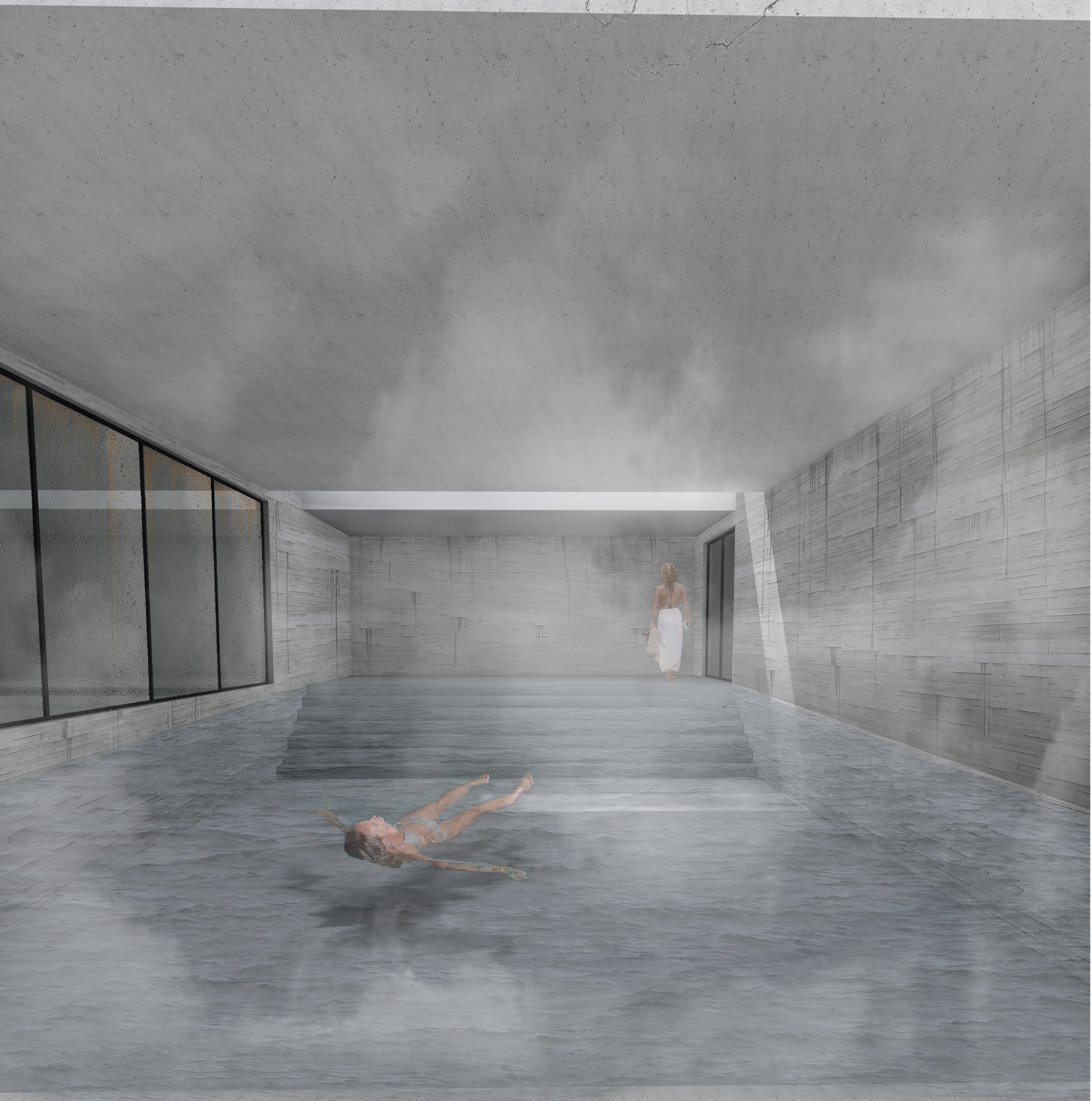


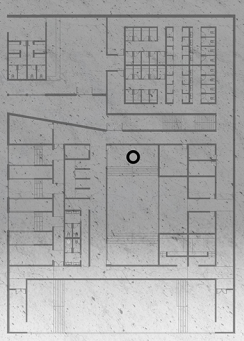
Pormenores Construtivos | Escala 1:20



Corte CC' | Escala 1:50







P12

